

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA**

**HÁBITOS DE CONSUMO E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR:  
ESTUDO DE CASO DA ILHA DE SANTIAGO**

**MARIA FERNANDA DE FREITAS SILVA**

**ORIENTADOR:** Doutor Bernardo Manuel Teles de Sousa Pacheco de Carvalho, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

**Júri:**

**PRESIDENTE-** Doutora Helena Margarida Nunes Pereira, Professora Catedrática do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

**VOGAIS:** Doutor Bernardo Manuel Teles de Sousa Pacheco de Carvalho, Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor José Bessa Ribeiro, Professor Auxiliar da Universidade de Trás -os Montes e Alto Douro;

Doutora Maria Helena de Almeida, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

**MESTRADO EM PRODUÇÃO AGRÍCOLA TROPICAL**

**LISBOA**

**2005**



## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho apenas foi possível com o apoio de diversas pessoas, instituições e família, às quais se expressam aqui os meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor Associado Bernardo Pacheco de Carvalho o orientador científico do ISA, quero deixar um sincero agradecimento pela confiança em mim depositada, pela compreensão e pelo seu valioso contributo como conhecedor da realidade cabo-verdiana.

Aos Professores José Eduardo Mendes Ferrão, Manuel Augusto Correia, Maria Helena Guimarães e Isabel Januário da secção de Agronomia Tropical do ISA, pelo incentivo demonstrado ao longo destes anos.

Ao Presidente da ANSA Miguel Monteiro e restante pessoal colaborador, pelo apoio prestado aquando da minha estadia em Cabo Verde.

Às Directoras das Escolas Amor de Deus, Irmã Francisca Tavares, Turminha Dr.ª Sara Pereira, e SOS da Fazenda Dr.ª Tomásia, pela disponibilidade e ajuda dispensada na realização dos inquéritos.

Aos alunos e familiares das escolas supra mencionados, pelo contributo que deram à realização deste trabalho.

Aos meus amigos, Isildo Gomes, Samuel Gomes e Ângela Semedo pelo apoio e incentivo prestado aquando da minha estadia em Cabo Verde.

Aos colegas da EPCI em especial à Dra. Gorete Cacho e aos meus amigos cuja amizade e incentivo foram vitais na realização deste trabalho.

Aos colegas de Mestrado, Augusto João Bock, Luís Reis, Josina Amado, Raquel Chantre, Rita Almeida, Valdemira Tavares, pelas palavras de conforto e encorajadoras nas horas difíceis.

Ao Dr. Severino Soares, do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde e colegas pelo material bibliográfico dispensado, apoio moral e incentivo á realização deste trabalho.

A todas as pessoas e instituições que contribuíram directa ou indirectamente para o nascimento, evolução, realização e conclusão do presente estudo.

Aos meus familiares um agradecimento especial, pela dedicação, tolerância, carinho e compreensão nos maus e bons momentos do meu percurso.

## **RESUMO**

A alimentação/nutrição é hoje considerada inseparável do desenvolvimento, sobretudo em países deficitários a nível da oferta face a uma população crescente como é o caso de Cabo Verde.

As questões de alimentação/nutrição (Segurança Alimentar) no país têm merecido uma enorme atenção, reflectindo uma preocupação pela situação de défice alimentar, que torna o país muito dependente do exterior para satisfazer as suas necessidades alimentares.

A presente dissertação tem por objecto o estudo dos Hábitos Alimentares e Comportamento dos Consumidores em Cabo Verde (caso da ilha de Santiago). Este país transitou para um segundo estado de desenvolvimento (Desenvolvimento Médio), mas continua com uma significativa percentagem da população a viver em situação de pobreza e grande vulnerabilidade, o que se reflecte nos níveis de acesso ao consumo alimentar e nutricional da população.

Utiliza-se dados secundários (consultados nas diversas fontes bibliográficas), e levantamento directo de informação, com aplicação de inquéritos e entrevistas que permitiram responder às principais questões levantadas nas fases elementares e são utilizadas em processo de modelação e definição de “racionalidades”. Fez-se ainda análise mais pormenorizada de algumas situações que nos pareciam mais relevantes. Os resultados obtidos permitem evidenciar alterações nos hábitos alimentares.

Através da análise antropométrica, e dos resultados obtidos, conclui-se que existem problemas e carências nutricionais. As famílias de maior dimensão são as que apresentam maior vulnerabilidade alimentar e consumos energéticos inferiores aos recomendados. Este estudo permitiu evidenciar alguns problemas nas crianças. Os problemas de obesidade afectam cerca de 11% das crianças, enquanto que a mal nutrição aguda moderada atingia cerca de 5%.

Verifica-se uma tendência para a diminuição do consumo de produtos tradicionais (como é o caso do milho) e também uma maior diversificação da dieta com o aumento do rendimento, (caso do consumo do arroz) que aumenta globalmente, mas observando-se também diminuição *per capita* com níveis de rendimento mais elevados. Para o caso do leite há uma tendência para incremento do consumo com o rendimento. Estas alterações de consumo de leite fazem-se em duas direcções. Por um lado o aumento do rendimento induz a um maior consumo de leite, por outro a substituição do leite em pó por leite de “pacote” é uma evidência para estratos mais elevados de rendimentos.

Comprova-se que a alimentação absorve uma fatia muito elevada do rendimento familiar, a elasticidade consumo alimentar ao nível do rendimento familiar é muito grande.

Constata-se a partir dos modelos econométricos que o nível de educação da família é importante para a definição do padrão alimentar e que existe espaço para melhorias comportamentais da população, designadamente nas formas e escolhas de consumo alimentar

**Palavras-chave:** Cabo Verde; Hábitos alimentares; Segurança alimentar; Qualidade de vida; Nutrição, Educação alimentar.

## **ABSTRACT**

Food/nutrition is considered, nowadays, inseparable from development issues, especially in countries such as Cape Verde with deficient food supply to a growing population.

Food/nutrition (Food security) in the country is a major concern in political terms. This situation reflects the concern on food needs supply very dependent from imports to satisfy its needs.

The present essay's goal is the study of food habits and behaviour of consumers in Cape Verde (island of Santiago). This country has reached the second level of development (Medium Development) but continues with a large percentage of its population living in poverty conditions, which has reflection on the levels of access to nourishment and nutritional consumption of the population.

The essay was based on data (referred to in various bibliographic entries), supported by different sources and with the use of inquiries and interviews to obtain comparative data. The results obtained reveal the changing food habits, and consumer behaviour shortage and nutritional problems.

Through the anthropometric analyses and the results obtained, one concludes the existence of nutritional problems. The bigger the household, the more vulnerable it is. This study has also allowed to point out problems in children. Obesity affects around 11% of children and mal-nutrition around 5 %.

Using econometric models, it is proved that nourishment (caloric intake) is proportional to income and that the level of education of the members of the household is extremely important in the family consumption patterns.

One concludes that there are traditional products (corn and rice) which consumption will tend to decrease with the raise of the available income growth. This improvement on available income is reflected in a more diverse diet and changes on consumption patterns. Food is still an important

component on family budget. The models show that education is the most important variable to explain food patterns consumption and also show the possibilities to improve food consumption choices to achieve a better quality of life.

**Key-words:** Cape Verde; Consumer behaviour; Food Security; Life quality Nutrition; Food education.



## ÍNDICE GERAL

	Pág.
RESUMO	
ABSTRACT	
ÍNDICE DE QUADROS	
ÍNDICE DE FIGURAS	
ÍNDICE DE GRÁFICOS	
ÍNDICE DE ANEXOS	
NOMES E ABREVIATURAS UTILIZADAS	
CAPÍTULO 1- Introdução e Objectivos.....	1
1.1.Introdução.....	1
1.2.Objectivos.....	2
1.2.1.Objectivos Gerais.....	2
1.2.2.Objectivos Específicos .....	2
1.3. Hipóteses.....	3
CAPÍTULO 2- Caracterização de Cabo Verde.....	4
2.1.Breve Caracterização Histórico-Geográfico.....	4
2.1.1.História.....	4
2.1.2.Geografia.....	6
2.1.3.Clima.....	7

2.1.4.Solos.....	8
2.1.5.Hidrografia.....	10
2.2. Caracterização Sócio - Económica de Cabo Verde.....	11
2.2.1.Demografia.....	112
.2.1.1.A nação cabo-verdiana.....	11
2.2.2.Evolução da população cabo-verdiana.....	12
2.2.3.Distribuição da população.....	13
2.2.4.Principais indicadores demográficos.....	14
2.2.5.Emigração.....	17
2.2.6.Educação.....	20
2.2.7.Saúde.....	22
.2.8. Desemprego.....	23
2.2.9.Pobreza.....	24
.2.9.1.A Pobreza em Cabo Verde.....	25
2.2.10. Estrutura Económica .....	27
2.2.10.1. Principais Indicadores Económicos .....	27
2.2.11.Comércio Externo.....	30
2.2.11.1.Importação.....	30
2.2.11.2. Exportação.....	31
2.2.12. Ajuda Alimentar.....	32
2.2.12.1.Ajuda alimentar em Cabo Verde.....	35
2.2.12.2. Outras ajudas.....	38
2.3.A Agricultura em Cabo Verde.....	39
2.3.1.Evolução Histórica.....	38
2.3.2.Situação Actual da Agricultura em Cabo Verde.....	41
2.3.3.Condições Agrícolas (Regime de exploração).....	43
2.3.4. As Principais Culturas.....	44
2. 3.4.1.O milho.....	44

2.3.4.2.O feijão.....	47
2.3.4.3.Tubérculos e raízes tuberosas.....	47
2.3.4.3.1.Mandioca.....	48
2.3.4.4. Cana-de-açúcar.....	49
2.3.4.5.Fruticultura.....	51
2.3.4.6.Horticultura.....	53
2.4.Pescas.....	55
2.5.Pecúaria.....	56
2.6.Silvicultura e Florestas .....	59
CAPÍTULO 3- Enquadramento Metodológico.....	60
3.1.Segurança Alimentar .....	60
3.2.Segurança Alimentar em Cabo verde .....	62
3.2.1.As tendência da oferta, procura e distribuição alimentar.....	65
3.3.Contribuição da Produção Local para a Segurança Alimentar .....	68
3.4.Os Modelos de Consumo Alimentar.....	69
3.5.Os Factores Que Condicionam As Escolhas dos Alimentos.....	73
3.6.O Comportamento dos Consumidores.....	75
3.7.Os padrões de Consumo Alimentar .....	77
3.8.Os Hábitos Alimentares em Cabo Verde.....	80
3.9.Mercados e Preços de Bens Alimentares.....	84
3.10.A Situação Alimentar Mundial.....	87
3.10.1.A fome.....	87
3.11.Alimentação e Nutrição.....	90
3.11.1.Alimentação.....	90
3.11.2.Nutrição.....	92
3.11.2.1.Avaliação nutricional.....	93
3.11.2.2.Avaliação do estado nutricional em Cabo Verde.....	95
3.12.Educação Alimentar.....	100
3.13.Qualidade de Vida .....	103

3.13.1. Qualidade de Vida em Cabo Verde.....	106
3.14. Metodologia.....	107
3.15. Levantamento Directo da Informação e Modelação.....	112
3.15.1. Material e métodos.....	112
3.15.2. Inquéritos.....	113
3.15.3. Amostra.....	114
3.15.4. Forma de aplicação.....	116
CAPÍTULO 4-Análise e Quantificação dos Resultados.....	117
4.1. Caracterização dos Agregados.....	117
4.1.1. Estrutura etária e por sexo.....	117
4.1.2. Nível educacional.....	118
4.1.3. Nível socio-económico.....	119
4.1.4. Despesa mensal com alimentação.....	120
4.2. Análise do Consumo dos Agregados.....	121
4.2.1. Regime alimentar .....	122
4.2.2. Frequência semanal de consumo de bens alimentares .....	122
4.2.3. Análise das quantidades consumidas.....	126
4.2.3.1. Quantidades consumidos pelos agregados.....	126
4.2.3.2. Relação quantidades consumidas de arroz e milho/rendimento .....	129
4.2.3.3. Relação quantidades consumidas de leite /rendimento.....	130
4.2.3.4. Balanço energético e proteico <i>per capita</i> /dia .....	132
4.2.3.5. Equilíbrio do regime alimentar .....	133
4.3. Análise do Consumo das Crianças .....	135
4.4. Análise da Qualidade de Vida dos Agregados.....	138
4.5. Estudos Antropométricos.....	140
4.6. Análise Econométrica .....	143
4.6.1. Proposta de modelação para quantidades consumidas em função do rendimento.....	143

CAPÍTULO 5 - Conclusões e Considerações Finais.....	149
5.1. Conclusões.....	149
5.2. Considerações Finais.....	155
Anexos.....	157
Referências Bibliográficas.....	158
Cibergrafia.....	168

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1. Evolução das pluviometrias médias nacionais (mm/ano)

Quadro 2. Distribuição da população por ilhas

Quadro 3. Indicadores de saúde em Cabo Verde

Quadro 4. Indicadores da economia Cabo-verdiana

Quadro 5. Importação total de produtos básicos (t)

Quadro 6. Evolução da ajuda alimentar (Doações p/comercializar e outras)-(t)

Quadro 7. Características físicas das principais ilhas de Cabo Verde

Quadro 8. Áreas irrigadas e potencialmente irrigáveis em Cabo Verde (ha)

Quadro 9. Evolução da produção agrícola (t)

Quadro 10. Evolução da produção das principais espécies hortícolas (t)

Quadro 11. Evolução das capturas de pescado (t)

Quadro 12. Evolução da produção pecuária (t)

Quadro 13. Evolução do efectivo pecuário (milhares)

Quadro 14. Evolução da disponibilidade alimentar aparente (t)

Quadro 15. Consumo aparente *per capita* (em kg ou lt por habitante/ano)

Quadro 16. Preço médio de bens alimentares (2004) kg/lt (ECV)

Quadro 17. Prevalência da mal nutrição em crianças com idades  $\leq$  a 5 anos

Quadro 18. Disponibilidade calórica e proteica *per capita*

Quadro 19. Consumo calórico e proteico *per capita* em alguns países de África Subsariana (2002)

Quadro 20. Estrutura etária dos agregados

Quadro 21. Frequência de consumo de bens alimentares de 1ª necessidade

Quadro 22.Frequências de consumo de outros bens alimentares (%)

Quadro 23.Quantidades consumidas por semana de bens alimentares

Quadro 24.Quantidades consumidas de bens alimentares (EH/ano)

Quadro 25.Origem das calorias no regime alimentar dos agregados (%)

Quadro 26.Bens de conforto dos agregados

Quadro 27.Bens de conforto dos agregados familiares da cidade da Praia

Quadro 28. Sumário dos dados para o modelo econométrico cuja variável dependente é despesa total (x5)

Quadro 29. Sumário dos dados para o modelo econométrico cuja variável dependente é despesa alimentar (x6)

Quadro 30. Sumário dos dados para o modelo econométrico cuja variável dependente é consumo milho (x8)

Quadro 31. Sumário dos dados para o modelo econométrico cuja variável dependente é consumo de arroz (x9)

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 1. Distribuição por sexo dos agregados

Gráfico 2. Nível educacional dos agregados

Gráfico 3. Despesa familiar mensal (Ecv)

Gráfico 4. Relação níveis de rendimento consumo alimentar

Gráfico 5. Relação entre rendimento da família e gastos com educação

Gráfico 6. Relação entre o consumo de arroz / níveis de rendimento

Gráfico 7. Relação entre o consumo de milho / níveis de rendimento

Gráfico 8. Relação entre o consumo de leite em pó / níveis de rendimento

Gráfico 9. Relação entre o consumo de leite em pacote/níveis de rendimento

Gráfico 10. Relação entre o consumo de leite em pó e leite de pacote / níveis de rendimento

Gráfico 11. Balanço energético e proteico *per capita* /dia

Gráfico 12. Alimentos consumidos ao pequeno-almoço pelas crianças

Gráfico 13. Frutas consumidas pelas crianças

Gráfico 14. Alimentos consumidos pelas crianças

Gráfico 15. Estado nutricional índice peso/altura

Gráfico 16. Estado nutricional índice peso/idade

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1. Factores que condicionam a escolhas dos alimentos

Figura 2. A Roda dos Alimentos

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

Anexo 1. Inquérito Consumo Alimentar

Anexo 2. Inquérito ao Consumo das Crianças

Anexo 3. Análise dos dados Antropométricos

Anexo 4. Matriz tratamento de dados

## **NOMES E ABREVIATURAS**

ANSA- Agência Nacional de Segurança Alimentar ( Cabo Verde);

AGRECAVO- Agência cabo-verdiana de Promoção do Emprego e Desenvolvimento Local;

ASS- África Subsahariana;

BM- Banco Mundial;

BP- Banco de Portugal;

CSB- Farinha de Soja

CNASA- Comissão Nacional para A Segurança Alimentar (Cabo Verde);

DGASP- Direcção Geral da Agricultura Silvicultura e Pecuária (Cabo Verde);

DGE- Direcção Geral de Estatística (Cabo Verde);

DSSA Direcção de Serviços de Segurança Alimentar do MAAP (Cabo Verde);

EBA- Ensino Básico Adultos;

EMPA- Empresa Pública de Abastecimento (Cabo Verde);

EQH- Equivalente Homem;

FAIMO- Frente de Alta Intensidade de Mã- de-Obra;

FAO- "Food And Agriculture Organization" Organismo do ONU especializado na resolução de problemas de alimentação e de agricultura das populações;

FIT- Frente inter tropical;

GEP- Gabinete de Estudos e Planeamento (Cabo Verde)

HIV-SIDA- Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida;

ICASE- Instituto Cabo –verdiano Assistência Social Escolar

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano;

IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional (Cabo Verde);

INIDA- Instituto de Investigação e Desenvolvimento Agrário (Cabo Verde);

INE- Instituto Nacional de Estatística (Cabo Verde);

INDP- Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas ( Cabo Verde);

INGM- Instituto Nacional de Geofísica e Meteorologia (Cabo Verde);

ISA- Instituto Superior de Agronomia (Portugal);

ISE- Instituto Superior de Educação (Cabo Verde);

ISECMAR- Instituto Superior de Ciências do Mar (Cabo Verde);

MAAP- Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas (Cabo Verde);

MFPDR- Ministério das Finanças Planeamento e Desenvolvimento Regional  
(Cabo Verde);

MOAVE- Empresa Pública de Moagem (Cabo Verde);

MSES- Ministério da Saúde (Cabo Verde);

OMS- Organização Mundial de Saúde, Organismo da ONU especializada na  
resolução de problemas de saúde humana;

ONG- Organização não Governamental;

ONU- Organização das Nações Unidas;

ONGD-CE- Comité de Enlace de las ONG para el Desarrollo ante las  
Comunidades Europeas;

OIT- Organização Internacional do Trabalho;

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;

PAM- Programa Alimentar Mundial, organismo do BM especializado na reso-  
lução de problemas da alimentação;

PIB- Produto Interno Bruto;

PMD- Países Menos Desenvolvidos;

PNUD- Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento;

RGPH- Recenseamento Geral da População e Habitação;

UNICEF- “United Nation Children’s Fund” Sigla inglesa para o desenvolvimen-  
to das Nações Unidas que se dedica aos direitos das crianças;

USD- Dólares norte-americanos;

KCAL- Quilo calorias;

ZEE- Zona Económica Exclusiva;

## Capítulo 1 – Introdução e Objectivos

### 1.1. Introdução

A situação alimentar mundial, particularmente a dos países em vias de desenvolvimento, constitui, sem dúvida, um dos problemas mais actuais.

Na Conferência Internacional de Nutrição (1992), ficou bem explícito o agravamento da situação nutricional em África, o que confirmou a vulnerabilidade de uma grande parte da população.

Na verdade, qualquer estratégia de desenvolvimento nacional que ignore as condições alimentares da população, cuja maioria se alimenta insuficientemente, será com certeza inadequada.

Reconhecida a importância da questão alimentar, achamos de todo o interesse estudar e analisar alguns aspectos da situação alimentar em Cabo Verde, com o objectivo de contribuir para a melhoria da alimentação das populações.

Na tentativa de abordar um problema que é agrícola e industrial, higiénico-sanitário, económico e político-social, só para citar alguns dos ângulos a partir dos quais se pode analisar tão viva e complexa questão, dividiu-se o trabalho em 2 partes: a primeira parte, referente ao Enquadramento Teórico, caracteriza Cabo Verde nas suas componentes física, geográfica e social. Posteriormente analisam-se a situação económica e os sectores de actividade no país, para depois se passar em revista a problemática da segurança alimentar, onde se incluem as manifestações económicas – sociais da fome, noções de nutrição e os hábitos alimentares. Finalmente, discute-se o papel da educação alimentar, e avalia-se a qualidade de vida das populações.

Na segunda parte, a que denominamos de “Enquadramento Metodológico e Resultados”, recorre-se a metodologias de estudo com colecta de informação primária e modelação econométrica para tratar das principais

questões identificadas e procurar as respostas possíveis no âmbito da investigação realizada.

## **1. 2. Objectivos**

### **1.2.1. Objectivos Gerais**

O estudo que aqui apresentamos, intitulado “Hábitos de Consumo e Comportamento do Consumidor: Estudo de Caso da ilha de Santiago”, tem como objectivo primordial a caracterização e avaliação dos hábitos alimentares e a qualidade de vida das populações urbanas da cidade da Praia, Ilha de Santiago.

### **1.2. 2. Objectivos Específicos**

Destacam-se os seguintes objectivos específicos:

- 1) Conhecer o comportamento do consumidor em relação aos produtos básicos;
- 2) Caracterizar o comportamento e padrões de consumo em função do nível de rendimento do agregado familiar;
- 3) Caracterizar o consumo alimentar no meio urbano da ilha de Santiago;
- 4) Avaliar a importância do consumo de milho no seio dos agregados;
- 5) Efectuar um estudo integrado do sistema alimentar e preferências do consumidor quanto aos principais produtos importados;
- 6) Verificar a relação entre hábitos de consumo e qualidade de vida.

### **1.3. Hipóteses**

O trabalho tem como principais hipóteses:

- 1) A produção alimentar local (auto-consumo e mercados) tem um papel determinante para a garantia de segurança alimentar a nível familiar;
- 2) Os padrões de consumo dos agregados estão relacionados com o nível de rendimento, dimensão dos agregados e nível de educação;
- 3) A despesa alimentar ainda é dominante no orçamento das famílias;
- 4) Há produtos tradicionais cujo consumo deverá diminuir com o rendimento (caso do milho e do arroz) das famílias;
- 5) A alimentação continua a ser um desafio importante para o desenvolvimento do país e qualidade de vida da população;

## **CAPÍTULO 2 - Caracterização de Cabo Verde**

### **2.1. Breve Caracterização Histórico-Geográfico**

#### **2.1.1. História**

O descobrimento das ilhas de Cabo Verde, pelos europeus, ainda está envolto em certa obscuridade. Aceita-se geralmente que foram encontradas em dois grupos, por expedições diferentes. O primeiro diploma que lhes refere é de Agosto de 1460, o que torna esta data mais provável que a de 1456, segundo Albuquerque e Santos, (1991).

As ilhas foram achadas desertas, sem quaisquer indícios de presença humana, carecendo de comprovação os argumentos de um anterior conhecimento do arquipélago baseado em documentos de geógrafos árabes ou da existência de inscrições.

A ilha que pareceu menos desfavorável à ocupação foi a de Santiago. O seu povoamento iniciou-se em 1642, mas só com privilégios especiais, concedidos alguns anos depois, se tornou possível.

Os privilégios consistiam, entre outras em permissão aos moradores de Santiago de poderem resgatar escravos nas costas da Guiné, isenção do pagamento da dízima pelos produtos agrícolas enviados para Portugal e nos direitos de comércio entre as outras ilhas.

Era reduzido o valor atribuído aos recursos locais e dava-se primazia às actividades do comércio e da navegação.

A economia das ilhas de Cabo Verde foi, através de todos os tempos, extremamente frágil. Desde a ocupação e povoamento, o arquipélago teve por base a criação de gado, lançado a esmo em certas ilhas e sujeito a matanças periódicas com vista ao sustento da população e ao abastecimento da navegação que ali aportava.

O abastecimento consistia em fazer aguada e mantimentos, no aproveita-

mento do sebo para o fabrico do sabão e conservação de velame e cordoaria dos navios, de couros e peles para a exportação e da extracção de produtos espontâneos, como a urzela e o sal.

A par dessa actividade fazia-se o cultivo de plantação de árvores de fruto como laranjeiras, limoeiros, tangerineiras. Paralelamente cultivava-se nos vales húmidos ou irrigados a cana sacarina para fabrico de açúcar e aguardente.

O privilégio concedido em 1466 aos moradores de Santiago no sentido de poderem ir resgatar escravos nas “partes da Guiné”, permitiu o povoamento das ilhas com nativos trazidos da costa africana e constituir-se a ilha de Santiago como entreposto para abastecer, a partir do século imediato, o Brasil e as Antilhas.

Enquanto a população escrava não cresceu demasiadamente deveria haver um equilíbrio ente a população e a produção. Com o decurso dos anos e o acréscimo sucessivo de gente trazida da costa da Guiné e o surto de libertos e alforriados, espalhados em especial pelas ilhas de Santiago e do Fogo e o número sempre crescente dos que fugiam e se ocultavam nos lugares inóspitos, verificou-se um desbaste desregrado da escassa cobertura vegetal encontrada.

Esta actuação, aliada ao cultivo intensivo do milho, foi degradando sucessivamente as terras, afectadas ainda, pela escassez das chuvas, as prolongadas quadras de seca e a erosão eólica.

Por todas as razões, a partir de dado momento, deu-se a rotura daquele frágil equilíbrio entre população e produção. O aumento da primeira não foi compensado com o desta e isso agravou lenta mas sucessivamente a economia insular (Albuquerque e Santos, 1991).

A economia assente em cultivo de géneros de subsistência, de baixo valor, e na apanha de produtos “igualmente pobres” como o sal, mesmo contando com o subsidiário comércio de couros, pele, gado, urzela, panos, etc., não podia dar a uma população em constante aumento uma situação próspera.

## 2.1.2. Geografia

Fazendo parte do conjunto de arquipélagos que constituem a chamada crista dorsal do Atlântico, Cabo Verde situa-se entre o Trópico de Câncer e o Equador, nos paralelos 14°12' e 14°48' de latitude Norte e o meridianos 22°44' e 25°22' de longitude O.

Localiza-se frente ao Cabo Verde na costa ocidental de África, dele distanciada cerca de 500 km, motivo porque Mendes Correia o denominou de “vanguarda de grande convexidade ocidental africana”.

Este arquipélago engloba dez ilhas e alguns ilhéus, formando dois grupos: Barlavento, ao Norte, constituído pelas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal, Boavista e os ilhéus dos Pássaros, Branco e Raso; Sotavento, ao Sul, integrando as ilhas Brava, Fogo, Santiago, Maio e os ilhéus de Santa Maria, Cima, Luís Carneiro e Grande.

Ernesto Vasconcelos, informa que, geologicamente, “o arquipélago não se ergue todo ele acima do mesmo pedestal, antes se divide em três socos onde assenta”.

Mais ocidental, emergem as ilhas do grupo Barlavento, desde Santo Antão até a de S. Nicolau, no Oriente às do Sal, Boavista, Maio e Santiago e no Sul Fogo, Brava e ilhéus do Rombo.

Entre estes três pedestais encontra-se, ao que parece, a grande profundidade do atlântico que, com insignificantes diferenças, observamos entre a ilha de Santiago e o banco continental, na direcção do Rio Gâmbia.

A este conjunto de ilhas, referido por alguns autores foi chamado Cabo Verde, por se situarem frente ao Cabo com o mesmo nome (Filho, 1996).

### 2.1.3.Clima

O clima tem definido as características físicas e humanas das ilhas. Porém não são as condições térmicas, de temperatura geralmente elevadas (acima dos 21°C-22°C) durante todo o ano as que mais contam, mas as precipitações que constituem o principal desafio às populações, pois é em torno delas que se desenvolve o quotidiano em Cabo Verde. Os seus totais anuais relevam-se relativamente fracos, de distribuição muito irregular no tempo e no espaço e faltando frequentes vezes.

Repartem-se por duas grandes estações distintas: o “tempo das brisas” ou estação seca, de Dezembro a Junho, e o “tempo das águas” ou estação das chuvas, de Agosto a Outubro, período mais importante na vida local, mas muito irregular – a um ano de chuvas, por vezes abundantes, pode suceder um ano muito seco; embora descontínuos e irregulares, os aguaceiros da estação das “águas”, provocam muitas vezes graves prejuízos, arrastando os solos superficiais e elementos da vegetação.

Concentradas nos fundos dos vales, as águas podem constituir frentes de torrentes violentas que destroem pontes e aterros, culturas e casas. As chuvas podem cair num pequeno número de dias: duas áreas vizinhas, com condições geográficas semelhantes, podem registar valores pluviométricos muito diferentes; acontece também chover no mar, sem que caia uma gota em terra. Os meses de Julho a Novembro são considerados de transição.

A irregularidade das precipitações torna difícil utilizar o conceito médio das mesmas, uma vez que os totais, mensais e anuais, são muito variáveis. O valor médio anual é, contudo, apontado como oscilando entre 250 e 500 mm, havendo variações de ilha para ilha (Quadro, 1).

A passagem do harmatão, vento quente e seco vindo do deserto do Shara, provoca quebras acentuadas de humidade e uma ambiência tórrida e sufocante, nefasta para a agricultura e o equilíbrio ecológico ( dada a sua posição geográfica, as ilhas de Barlavento são mais beneficiadas pelas chuvas).

Do ponto de vista climático Cabo Verde encontra-se situado numa vasta zona de clima árido e seminário que corresponde a uma faixa de pressões anticiclone que se mantém activa durante a maior parte do ano e que desempenha um papel importante na circulação geral da atmosfera, separando a zona quente da temperada.

No caso específico da realidade cabo-verdiana, o clima é fundamentalmente condicionado por uma frente, FIT (Frente Inter tropical), que é “definida” por três massas de ar principais:

-uma, que soprando de Nordeste (alísios de NE), embate na maior parte do ano nas ilhas de maior altitude. Essas massas de ar, em contacto com a terra, têm tendência a subir e, a partir de determinada cota, tendo em conta a saturação do ar, podem provocar chuvas que vão ser determinantes na definição das áreas com aptidão para a agricultura (disponibilidade da água);

-outra, segunda massa de ar, o Harmatão, vinda de Este (deserto do Shara), seca e normalmente quente que aumenta a aridez de estação seca, sobretudo nas regiões mais expostas a leste e nas ilhas orientais;

-a terceira massa de ar, vinda do sul do Shara ou do Sudoeste, carregada de humidade, é a responsável pelas chuvas de verão. As precipitações são ocasionais.

**Quadro 1- Evolução das Pluviometrias Médias Nacionais (mm/ano)**

<b>Ilhas</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2002</b>
<b>S. Antão</b>	303,5	408,9	646,4	454,0
<b>S. Vicente</b>	132,8	134,5	92,4	-
<b>S. Nicolau</b>	168,5	300,1	174,8	365,6
<b>Sal</b>	13,8	-	-	-
<b>Boavista</b>	55,1	99,2	-	50
<b>Maio</b>	191,0	28,9	137,6	49,6
<b>Santiago</b>	384,5	304,8	466,6	242,3
<b>Fogo</b>	431,7	288,8	518,2	418,5
<b>Brava</b>	368,7	375,6	509,9	196,7

Fonte : Instituto Nacional de Geofísica e Meteorologia - Delegação da Praia

Uma das particularidades do clima de Cabo Verde que convém aqui realçar é a existência de microclimas que se repartem segundo a altitude e exposi-

exposição em relação aos ventos dominantes, evidenciando o contraste entre as paisagens agrícolas e o aparecimento de zonas bioclimáticas com características diferentes.

#### **2.1.4.Solos**

Os solos de Cabo Verde apresentam uma grande variabilidade, pois a par de uma predominância de litossolos e afloramentos rochosos, com eles contactando, ocorrem solos com boa espessura e férteis, resultantes de acentuadas variações litológicas e topográficas e em menor escala climáticas (micro- climáticas) (Faria, 1992).

Em termos geológicos e litológicos, tanto as ilhas de declive acentuado como as rasas apresentam considerável variabilidade de formações. Enquanto que em Santiago predominam rochas basálticas com os inerentes produtos piroclásticos, no Fogo com o vulcanismo recente, há uma predominância de lavas de varias idades.

Na ilha de Boa Vista (ilha rasa) predominam formações sedimentares diversas em planícies mais ou menos extensas que resultam do enchimento com materiais finos, nas depressões à medida que a ilha foi sendo erodida, para além das formas residuais da série de base onde predominam os sienitos e fenolitos que em alguns pontos foram cobertos por camadas calcárias.

O relevo é muito acentuado nas ilhas do Fogo, Santo Antão, Santiago, São Nicolau e Brava, sendo as restantes de relevo mais suave, com planícies salpicadas de cones vulcânicos. E esse relevo é um factor determinante do potencial erosivo (eólica e hídrica) dos terrenos.

Os solos são de origem vulcânica na sua generalidade, declivosos, bastante pedregosos e pouco profundos, e formam-se sobre substratos de basalto, ferrolitos, lappili e tufos vulcânicos, com excepção das ilhas orientais, em grande parte de origem calcária. Apresentam uma certa tendência para a alcalinidade em baixo e um baixo teor em matéria orgânica.

A nível de terrenos, os solos cabo-verdianos podem ser divididos em três categorias diferentes:

- solos de encostas com declive variável (mais de dois terços das superfícies cultiváveis e cultivadas);
- solos planálticos a diferentes altitudes conhecidos por "achada" (um pouco menos de um terço);
- solos do leito das ribeiras (principalmente aluviões recentes).

Nas duas primeiras categorias estão englobados terrenos onde se praticam culturas de sequeiro e alguma de regadio mediante técnicas de terraceamento quando as suas características morfológicas o permitam.

O leito das ribeiras é formado por aluviões, com regra argilo-limosos, profundos e com nível de fertilidade geralmente elevados.

### **2.1.5.Hidrografia**

Não existem no país cursos de água superficial permanentes. O tipo de regime pluviométrico, a natureza do relevo e a escassa cobertura vegetal originam correntes de águas rápidas e caudalosas, de pouca duração e importantes caudais de ponta. Como consequência, regista-se também a perda das camadas superficiais dos solos.

A captação de água e armazenamento das águas do escoamento superficial é muito raro e a água mobilizada desta forma representa uma parcela insignificante do volume global mobilizado. A água natural mobilizada é essencialmente de origem subterrânea.

O volume das águas superficiais, estimado em 181 m<sup>3</sup> / ano, tem sido de captação difícil, devido ao carácter torrencial, à carga de materiais de fundo e em suspensão transportados, bem como à inexperiência de construção de barragens, lagos artificiais, etc., (Plano Director de Irrigação, 1997).

## **2.2. Caracterização Sócio -Económica**

### **2.2.1. Demografia**

#### **2.2.1.1. A Nação Cabo-verdiana**

O povoamento de Cabo Verde começou pela ilha de Santiago, o que se explica por algumas razões: era a maior, tinha bons portos e sobretudo contava com boas nascentes de água doce. É pela capitania a cargo de António de Noli, com sede na Ribeira Grande, que se inicia a colonização.

Altamente favorecido pela conjuntura internacional com o alargamento das rotas comerciais, com a abertura de novos mercados consumidores de escravos, Ribeira Grande testemunha, até meados do século XVI, uma fase de crescimento impulsionada pelo dinamismo do seu principal sector económico, a escravatura (Albuquerque e Santos, 1991).

A segunda ilha a ser povoada foi a ilha do Fogo que funcionava como uma apêndice da de Santiago. As demais ilhas do arquipélago permaneceram despovoadas durante todo o século XVI.

Em meados de quinhentos, a Ribeira Grande adquirira uma grande importância, por ser única que contava com padrões de vida mais aproximados aos das comunidades urbanas. Para a formação da sociedade cabo-verdiana contribuíram inicialmente elementos provenientes de duas áreas geográficas bastante distintas.

Em função da sua procedência dividimos em dois grandes grupos: brancos europeus e negros africanos (Albuquerque e Santos, 1991).

## 2.2.2. Evolução da População Cabo-verdiana

A história demográfica de Cabo Verde é marcada por várias flutuações em grande parte relacionadas com adversidades naturais que ciclicamente explicam grandes decréscimos populacionais.

Considerando-se a escala do país, verifica-se que após ter sido estacionária na primeira metade deste século, a população mais do que duplicou entre 1950 e 1990, facto que se ficou a dever a medidas tomadas atempadamente de combate aos efeitos gravosos das secas, como revela Ilídio do Amaral, (1988).

**Quadro 2- Distribuição da População por Ilhas**

Ilhas / Concelhos	População			
	1990	%	2000	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>341491</b>	<b>100%</b>	<b>434625</b>	<b>100%</b>
<b>Santo Antão</b>	<b>43845</b>	<b>12,8%</b>	<b>47170</b>	<b>10,9%</b>
Ribeira Grande	20851	6,1%	21594	5,0%
Paul	8121	2,4%	8385	1,9%
Porto Novo	14873	4,4%	17191	4,0%
<b>São Vicente</b>	<b>51277</b>	<b>15,0%</b>	<b>67163</b>	<b>15,5%</b>
<b>São Nicolau</b>	<b>13665</b>	<b>4,0%</b>	<b>13661</b>	<b>3,1%</b>
<b>Sal</b>	<b>7715</b>	<b>2,3%</b>	<b>14816</b>	<b>3,4%</b>
<b>Boavista</b>	<b>3452</b>	<b>1,0%</b>	<b>4209</b>	<b>1,0%</b>
<b>Maio</b>	<b>4969</b>	<b>1,5%</b>	<b>6754</b>	<b>1,6%</b>
<b>Santiago</b>	<b>175691</b>	<b>51,4%</b>	<b>236627</b>	<b>54,4%</b>
Tarfal	11626	3,4%	17792	4,1%
Santa Catarina	41584	12,2%	50024	11,5%
Santa Cruz	25892	7,6%	33015	7,6%
Praia	71276	20,9%	106348	24,5%
São Domingos	11526	3,4%	13320	3,1%
São Miguel	13787	4,0%	16128	3,7%
<b>Fogo</b>	<b>33902</b>	<b>9,9%</b>	<b>37421</b>	<b>8,6%</b>
Mosteiros	8331	2,4%	9469	2,2%
São Filipe	25571	7,5%	27952	6,4%
<b>Brava</b>	<b>6975</b>	<b>2,0%</b>	<b>6804</b>	<b>1,6%</b>

Fonte: Recenseamento Geral da Habitação e População, 2000

As condições naturais adversas provocam grandes movimentos migratórios que só começaram a ter importância na evolução quantitativa da população a partir dos anos 40 (Pires, 1999).

Até essa década, as altas taxas de natalidade, eram de certa forma, compensadas igualmente pelas altas taxas de mortalidade, fazendo com que o crescimento da população fosse relativamente lento, atingindo mesmo taxas negativas nos cíclicos períodos de fome, seca e mortandades que caracterizam a primeira metade deste século, nomeadamente nas décadas de 1900/1910, 1920/1930, 1940/1950.

### **2.2.3. Distribuição da População**

Ao longo dos cinco séculos de sua existência a população conheceu uma evolução marcada ciclicamente por eventos que, embora extra demográficos, determinam e orientaram a sua estrutura e o seu crescimento.

Os primeiros, e mais marcantes de todos, foram as secas, as fomes e as mortandades. Do ponto de vista do crescimento demográfico, têm-se registado grandes oscilações provocadas pelas crises de insegurança alimentar crónica.

Uma das características da distribuição da população é a concentração de uma parte considerável nas aglomerações urbanas. À escala regional constata-se uma grande disparidade na distribuição e nos ritmos de crescimento. O Quadro 2 revela que em 2000, 89 % dos habitantes do país concentravam-se em quatro ilhas: Santiago, (54 %), S. Vicente (15%), Santo Antão (11%) e Fogo (9%).

A restante população distribui-se pelas ilhas de S. Nicolau, Sal, Brava, Maio e Boavista. Cerca de 42,9 % dos residentes vivem em zonas rurais.

Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2000, residiam nesse ano cerca de 434 625 habitantes em Cabo Verde.

O concelho da Praia, o mais populoso do país, com cerca 236 627 pessoas, e a ilha de S. Vicente, com cerca de 67 163 habitantes, correspondem às áreas mais densamente povoadas do país (Quadro, 2).

A população feminina revela um número de efectivos sempre superior ao da população masculina, em razão de sobre -mortalidade masculina e da predominância da emigração masculina, tendência que apenas na década de 80 foi invertida, as mulheres chegaram a representar nesse período 55 % do total de emigrantes.

As mulheres representam em 2000, 51, 57 % da população total, estimando-se que são o “chefe” de mais de 40 % das famílias.

Apesar do crescimento ser contínuo na segunda metade deste século, é possível notar o carácter irregular dos respectivos ritmos médios anuais. Entre 1950 e 70 registaram-se elevadas taxas de crescimento, consequência directa da diminuição da taxa de mortalidade.

Na década de 70 verifica-se forte redução, tendo passado de 3,09 % para 0,88%, facto que se deveu ao elevado acréscimo verificado nos fluxos migratórios externos a partir da década de 60, consequência de anos seguidos de seca com agravamento das condições económicas do país.

Na década de 80, a taxa de crescimento subiu para 1,5 %, por ter havido importante redução na imigração e aumento do crescimento natural entre 1980 e 1990, traduzindo elevados níveis de fecundidade que ainda persistem.

De acordo com o último recenseamento, a população teve um ritmo de crescimento 2,4 %. A densidade populacional é variada de ilha para ilha, sendo relativamente elevada na ilha de Santiago, com cerca de 109,1 habitante /Km<sup>2</sup> (Pires, 1999).

A população cabo-verdiana apresenta uma percentagem de jovens bastante elevada, 62 % da população possui idades inferiores a 25 anos.

#### **2.2.4. Principais Indicadores Demográficos**

A pirâmide etária de Cabo Verde mostra-nos uma importante e progressiva diminuição de crianças menores de 5 anos de idade nas últimas décadas, resultado da redução da fecundidade que se tem registado, assim como uma predominância do efectivo feminino sobre o masculino com a idade, por causa da maior mortalidade e emigração masculina.

A população cabo-verdiana está repartida de maneira muito desequilibrada entre as nove ilhas habitadas do país. Assim, um pouco mais de metade da população está concentrada na ilha de Santiago,  $\frac{1}{4}$  na capital, Praia.

Os outros grandes centros populacionais estão localizados em São Vicente, Santo Antão e Fogo. No entanto, verifica-se um aumento do peso da população efectiva das ilhas de Santiago, de São Vicente e do Sal no período compreendido entre 1990 – 2000, enquanto que nas ilhas de S. Antão, São Nicolau, Fogo e Brava está diminuindo de maneira substancial.

Este desequilíbrio espacial é fundamentalmente justificado pelo resultado da forte migração interna que caracteriza o país, com os centros urbanos como principais pólos de atracção, nomeadamente as cidades da Praia (que aumentam em média de cerca de 3 500 pessoas/ ano entre 1990-2000) do Mindelo (aproximadamente 1700 pessoas/ano e a ilha do Sal cuja população duplicou neste período).

Desta forte migração interna sob a forma de êxodo rural resulta um processo de urbanização cada vez mais acentuado (53,3% da população vive na zona urbana, contra 45,9% que se verificava no ano de 1990).

A nível de ocupação do território, a densidade populacional varia grandemente duma ilha para a outra. As mais densamente povoadas são: S. Vicente e Santiago, enquanto que a ilha da Boavista é a menos povoada. A população cresceu cerca de 2,4% ao ano.

Relativamente a fecundidade no final dos anos de 1980, verifica-se que o número médio de crianças por mulher rondava as 6, enquanto que nos finais de 1990 era de 4, variando significativamente, segundo a zona de residência (3,1 no meio urbano contra 4,9 em meio rural) e o nível de instrução (6,9 para mulheres sem instrução, contra 2,2 para as com pelo menos o nível secundário).

A redução da fecundidade em Cabo Verde deve-se em grande parte à importante campanha de planeamento familiar que vem sendo realizada, que fez passar a taxa de prevalência contraceptiva para metade, de 12,3% para 32,99 % entre 1988 e 1998 a nível nacional. Nota-se uma das maiores taxas de fecundidade nas mulheres da zona rural em relação às das zonas urbanas em todas as faixas etárias.

A fecundidade varia com o nível de conforto das famílias. As famílias com elevado nível de conforto apresentam um nível de fecundidade de 2,4%, valor inferior às famílias que possuem nível de conforto baixo ou muito baixo, com índice de fecundidade de 4,8% (Diagnóstico de Segurança Alimentar em Cabo Verde 2002).

O nível de instrução da mulher apresenta uma relação inversa de da fecundidade. As mulheres com baixo nível de instrução em geral têm maior número de filhos que as mulheres com níveis de instrução mais altos.

Relativamente à mortalidade, verifica-se uma tendência de diminuição, cuja taxa bruta passou de 6,6 para 5,0 ‰ nas mulheres e de 8,1 para 6,3 ‰ nos homens entre 1990 e 2000 (Plano de Desenvolvimento 2002/2005).

Quanto à mortalidade infantil, indicador por excelência do nível sócio sanitário dum país, conheceu uma redução maior. A taxa de mortalidade infantil passou de 44,4 para 29,0 ‰ nas meninas e de 58,0 para 35,6 ‰ nos rapazes. Isso traduz um melhoramento notório das condições sócio-sanitárias existentes no país, apesar do insuficiente acesso a água potável e saneamento básico em geral, e da realização de cerca de metade dos partos fora dos centros hospitalares.

Essa baixa dos diferentes níveis de mortalidade, nomeadamente da infantil tem como consequência imediata o aumento da esperança de vida à nascença passando de 70,6 para 74,9 anos nas mulheres e 64,4 para 66,5 nos homens entre 1990 e 2000.

Este progressivo aumento tem uma repercussão na estrutura etária da população na medida em que se vive mais tempo.

### **2.2.5. Emigração**

“O homem é um ser de alma inquieta”. Talvez por isso, as migrações têm constituído, através dos tempos, um elemento de carácter permanente nas sociedades humanas (Carreira, 1983).

Se procurarmos o significado da palavra “migração”, ele apontar-nos-á para deslocações de indivíduos, famílias e grupos humanos mais ou menos numerosos, de umas regiões para outras, ou mesmo de um continente para outro, em busca de melhores condições de vida.

Situado numa faixa de climas de tipo semi-árido, Cabo Verde, está sujeito às influências da “região do sahel” e, conseqüentemente, a um regime muito irregular de chuvas.

Tratando-se de um arquipélago de economia muito débil, essencialmente agrícola e de sobrevivência, conjugada com um elevado índice demográfico, facto, que vão influenciar a sua forte emigração.

É possível esquematizar resumidamente, as possíveis causas dos fluxos migratórios cabo-verdianos:

- Repulsão - problemas relacionados com frequentes e prolongadas crises de falta de chuva, com conseqüências catastróficas: economia débil e de subsistência; elevado crescimento demográfico.

- Atracção – oferta de melhores condições de vida pelos países hospedeiros; necessidade de mão-de-obra “dócil” e barata por parte dos países desenvolvidos, espírito de aventura dos ilhéus.
- Comunicação – o peso da tradição (emigração histórica); melhoria do nível de vida e estatuto social com que os emigrantes se apresentam no regresso à terra de origem (e aquisição de bens de prestígio) (Carreira, 1983).

Desde o seu povoamento, os barcos aportavam às ilhas para receberem provisões e abastecerem-se de água. A sua localização estratégica no atlântico norte, fez do arquipélago um local preferido pelos traficantes de escravos e piratas. Esta série de contactos com gentes e culturas diversas aumentam nos cabo-verdianos o desejo de conhecer novas terras e conseqüentemente a emigração.

A emigração cabo-verdiana tem-se orientado para diferentes destinos, conforme a conjuntura interna ou externa do arquipélago, fazendo com que em qualquer altura houvesse sempre uma corrente em particular que, ganhando maior expressão, se sobrepunha as restantes.

Deste modo, sucederam-se no tempo fluxos migratórios importantes rumo às Américas (Estados Unidos de América), Africa (Senegal, São Tomé e Príncipe e Angola) e ainda para a Europa.

A emigração que durante muitos anos foi como a “tábua de salvação” para muitas famílias cabo-verdianas, pode ser dividida em várias fases, correspondendo por sua vez, a outros tantos fluxos migratórios:

- 1ª Fase – de 1900 a 1926 é marcada por um fluxo de emigração orientado para os Estados Unidos – considerados uma espécie de “El dorado” – concepção largamente influenciada pelos descendentes dos pioneiros ali radicados, sobre familiares e amigos.
- 2ª Fase – de 1927 a 1945, em que a emigração apresenta duas tendências: a média anual de saídas mostra uma queda sensível e,

portanto, um desvio do local de destino dos emigrantes, rumando principalmente para o Senegal, S.Tomé e Príncipe e Angola.

- 3ª Fase - 1946 a 1973, representa o grande êxodo de cabo-verdianos. De salientar também, a grande viragem na orientação dos destinos dos emigrantes. O emigrante cabo-verdiano vira-se agora para destinos europeus (Holanda, Portugal, Bélgica, Itália, França, Alemanha e Países Nórdicos), especialmente devido à grande falta de mão – de -obra para a necessária reconstrução do pós -guerra.

Verifica-se ainda, outra fase ocorrida imediatamente antes da independência durante a época conturbada da mesma que, face à grande instabilidade social, ocasionou fortes fluxos de saída.

O fluxo migratório para a Europa, no seu conjunto, tornou-se importante porque permitiu-lhes alcançar um poder económico mais elevado do que os outros destinos, para além de lhes facilitar um contacto com diferentes culturas e civilizações, com sociedades possuidoras de tecnologias mais avançadas e com liberdade de expressão, o que lhe proporcionava uma “abertura” que era rapidamente aproveitada para aqueles que, ávidos de saber, procuravam melhorar os seus conhecimentos (Carreira, 1983).

A comunidade cabo-verdiana constitui, actualmente, a maior comunidade africana em Portugal, assumindo, no essencial, as características de uma “comunidade imigrante”.

As remessas monetárias dos emigrantes têm assumido uma importância vital no assegurar dos rendimentos das famílias, bem como no funcionamento da própria economia nacional.

A mobilidade interna (inter e intra-ilhas) é um fenómeno habitual no país e um dos vectores essenciais no processo de urbanização. Refira-se que estes fluxos migratórios representam quase metade dos fluxos migratórios externos.

Os movimentos mais importantes verificam-se da ilha de Fogo para Santiago e de Santo Antão e S. Nicolau para S. Vicente; sendo importante os movimentos intra-ilhas verificados em Santiago.

### **2.2.6. Educação**

A educação é uma das formas de transmissão de cultura e sendo a escola o veículo principal do ensino, torna-se uma das responsáveis pela difusão cultural, ao preparar os jovens como futuros suportes da sociedade.

Nas antigas colónias Portuguesas a escola tornou-se o veículo por excelência da consolidação do poder vigente, preparando homens com uma formação moral, religiosa e política, baseada nos padrões europeus.

No caso de Cabo Verde, com a abertura das escolas e a difusão da instrução em grande parte feita pelos sacerdotes, a transmissão da cultura Portuguesa fazia-se no quotidiano, no sermão da missa ou na catequese e na própria escola, nomeadamente, através de livros escolares que apenas transmitiam valores da cultura Europeia.

Face ao número diminuto, as escolas não serviam a todas as classes sociais, e quem frequentava aqueles estabelecimentos de ensino era uma pequena elite (Afonso, 1996). Supõe-se que o ensino nas ex-colónias africanas terá iniciado em Cabo Verde. Numa primeira fase o ensino em Cabo Verde teve influência da igreja católica (Filho, 1996).

Nas escolas cabo-verdianas era ministrada uma cultura divorciada das realidades locais, totalmente virada para a Europa. Essa situação só sofreu uma viragem com a independência do país.

O desenvolvimento do sistema educativo tem mostrado uma progressiva melhoria em termos de acesso, com um alargamento acentuado do ensino pré - escolar, a universalização do ensino básico e o seu alargamento de 4 para 6 anos, bem como uma progressiva expansão do ensino secundário.

A taxa de escolarização dos cabo-verdianos era de 38% de acordo com o último Censo. Contudo, convém realçar que continua elevada a proporção de pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, cerca de 17%, sendo 35% homens e quase o dobro mulheres 65%.

A maior proporção de pessoas que nunca frequentou um estabelecimento de ensino, situa-se no meio rural, 22 % contra 13% do meio urbano.

A taxa de analfabetismo que era de 75% em 1975, passou para 37,2% na faixa etária de 15 anos e mais em 1990, e actualmente é de 25,2% para a mesma faixa etária, segundo o Censo de 2000.

Estes últimos dados demonstram que o analfabetismo incide especialmente numa parte importante da população activa e na camada mais envelhecida da sociedade.

A orgânica do Sistema Educativo que decorre da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº1111/90 de 29 de Dezembro, estabelece as linhas organizacionais da educação em Cabo Verde, estruturando-a em três subsistemas: a Educação Pré -Escolar, a Educação Escolar e a Educação Extra-Escolar.

A educação pré-escolar destina-se às crianças dos 3 aos 5 anos. A educação escolar compreende os ensinos básicos integrados, secundário, médio e superior.

A educação extra-escolar tem como objectivo fundamental promover a elevação do nível escolar cultural de jovens e adultos, garantindo a possibilidade de acesso destes ao Ensino Básico de Adultos (EBA).

De acordo com os dados do Ministério de Educação, pode-se verificar que existe no país 64,8% de alunos no ensino médio e 52,9% no ensino superior. O pré-escolar absorve 50% de alunos, com 419 estabelecimentos de ensino. O ensino superior realiza-se no país e no estrangeiro.

Das Instituições de ensino superior, o ISE, o ISECMAR e a Universidade Jean Piaget de Cabo Verde outorgam graus de licenciatura. As restantes concedem ainda o grau de bacharelato. Actualmente trabalha-se na criação da Universidade de Cabo Verde.

### 2.2.7. Saúde

No sector da saúde, de um modo geral verifica-se uma tendência para a melhoria de alguns indicadores como sejam a mortalidade dos menores de cinco anos e a saúde materna.

Contudo, a nível do estado nutricional das crianças e da cobertura vacinal constata-se uma certa instabilidade.

De igual modo, a taxa de mortalidade materna tem tido uma evolução irregular nos últimos cinco anos (Quadro, 3).

**Quadro 3 - Indicadores de Saúde em Cabo Verde**

<b>Indicadores</b>	<b>2000</b>
Mortalidade Geral/ mil habitantes	5,6
Mortalidade Infantil/ mil Nados Vivos	23,1
Mortalidade Perinatal/ mil Nados Vivos	29,2
Mortalidade Juvenil/ mil população (1 a 4 anos)	1,3
Mortalidade Menores de 5 anos/ mil Nados Vivos	28,2
Mortalidade Materna / cem mil Nados Vivos	76,1
Mal nutrição aguda nas crianças menores de 5 anos (por mil )	55,4

Fonte: GEP/MSES 2000

No que se refere aos indicadores de equidade de saúde da mãe e da criança, continua o desfasamento entre o meio rural e o urbano. O número de crianças vacinadas no meio urbano foi de 87% contra 81% no meio rural; as crianças que fazem o primeiro controlo no primeiro mês de vida no meio urbano foram de 72% contra as 37% no meio rural.

A cobertura de controlo pré-natal atingiu 83% contra 79% no meio rural (Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva 1998).

Nos últimos anos têm vindo a ser construídos ou remodelados e equipadas diversas estruturas de saúde, sobretudo no meio rural.

Refere-se ainda a construção do hospital para a região do sotavento, que será construída na ilha de Sal, a construção e equipamento de novos centros

de saúde, nos concelhos de Maio, Mosteiros, Tarrafal e Boavista.

Para suprir o deficit existente no país e em certos concelhos em meios de diagnóstico e tratamentos, faz-se a evacuação dos doentes para o exterior.

O país aposta fortemente no desenvolvimento dos recursos humanos, permitindo a formação no exterior de médicos e enfermeiros especialistas.

A política farmacêutica nacional procura tornar acessíveis os medicamentos essenciais eficazes e seguros e manter o abastecimento de medicamentos em todas as estruturas públicas de saúde.

Não obstante os progressos registados, são ainda importantes os problemas de saúde, cujas causas residem em factores exógenos, dos quais destacam-se os baixos níveis de abastecimento de água potável e de saneamento básico, o analfabetismo e a falta de ou precários hábitos e práticas de higiene pessoal e alimentar de uma franja significativa da população.

As doenças sexualmente transmissíveis têm vindo a aumentar constituindo assim uma preocupação no domínio da saúde pública, não apenas pela sua letalidade como pelo impacto social e económico.

Em 2000, registaram-se 75 casos de SIDA em Cabo Verde, o que corresponde a uma taxa de incidência de 1,8 por dez mil habitantes, enquanto que a taxa de incidência de seropositivos (HIV) era de 2,8.

### **2.2.8. Desemprego**

O desemprego é um dado fundamental da economia cabo-verdiana. Segundo o Recenseamento Geral da Habitação e a População de 2000, a taxa de desemprego situava-se nos 17,4 % da população activa. Estes dados evidenciam que a taxa de desemprego é mais elevada no meio urbano (18,7) comparativamente com o meio rural (15,7).

De acordo com o Censo, em algumas ilhas e concelhos periféricos a taxa de desemprego teria atingido valores abaixo da média nacional: Tarrafal 9%, Calheta S. Miguel 8%, Porto Novo S. Domingos 12 %, Santa Catarina 10 % e

Boavista cerca de 5 %.

Em Cabo Verde, as principais causas de desemprego advêm dos seguintes factores: baixo nível de qualificação da população activa; estruturas do sector privado débeis, onde 95 % das empresas são de pequena dimensão sem grande flexibilidade em termos de recrutamento; sectores tradicionais geradores de emprego, como a agricultura e pesca caracterizados pela baixa produtividade e atrasos em termos de utilização de tecnologias, têm perdido o seu peso no PIB do país.

### **2.2.9. Pobreza**

A pobreza tem sido uma constante em toda a sua dimensão na história de Cabo Verde. Na década de quarenta as secas e as fomes vitimaram milhares de pessoas sendo a população pobre a mais afectada.

O conceito de pobreza antigamente era entendida em termos de rendimentos ou falta destes. Mas a pobreza não consiste apenas em rendimento ou ração calórica insuficientes.

Tem também a ver com a recusa de oportunidades e de escolhas que são de um modo geral considerados essenciais para ter uma existência longa, saudável e criativa e gozar de um nível razoável de liberdade, de dignidade, de auto-estima e de respeito pelos outros (Kofi Annam, 2000).

Na década de setenta, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alargou o conceito, e a pobreza passou a ser entendido como incapacidade de satisfazer as necessidades básicas.

Nas décadas dos anos oitenta e noventa, o conceito sofreu mais mudanças, ao serem considerados aspectos não monetários como o isolamento, a impotência, a vulnerabilidade, e a falta de segurança, bem como a capacidade das pessoas para usufruto do bem-estar.

O Relatório Desenvolvimento Humano (PNUD, 1997), define a pobreza como uma negação de escolhas e oportunidades para viver uma vida saudável.

O Banco Mundial utiliza a linha de referência de um a dois dólares por dia para medir a pobreza. Esta linha é designada de “Limiar de Pobreza”.

Apesar da situação de pobreza em África ser preocupante, o mundo vem conhecendo melhorias significativas a nível de pobreza. Nos últimos anos tem-se verificado melhorias nos níveis de vida. Verificou-se um crescimento do consumo per capita em países em vias de desenvolvimento de 1,4 % para 2,6 % entre 1990 e 1998, como resultado houve melhorias das situações de pobreza.

A proporção da população mundial que vive em extrema pobreza económica, definida como subsistência com menos de um dólar por dia, decresceu de 29 % em 1990 para 23% em 1999.

Apesar do progresso registado a nível mundial na redução da pobreza, esta não tem sido uniforme. Verificam-se grandes disparidades regionais, constatando-se que as populações em situação de pobreza, está decrescendo rapidamente na Europa e Ásia Central e continua crescendo na África subsariana (PNUD, 2000).

### **2.2.9.1. A Pobreza em Cabo Verde**

A pobreza é um fenómeno multidimensional, pelo que importa encontrar as causas que a determinam.

A pobreza em Cabo Verde é de natureza estrutural devida à fragilidade do tecido produtivo e às características próprias da economia e à desigual distribuição de recursos e rendimentos.

A incidência da pobreza tem sido preocupante e constitui um factor condicionante do desenvolvimento dos recursos humanos nacionais.

O fenómeno de pobreza atinge, de forma especial, determinados grupos da população. São eles os grupos vulneráveis, as mulheres, as trabalhadoras das FAIMO e os desempregados.

As principais causas da pobreza derivam da não propriedade de meios de

produção, do acesso limitado a fontes de rendimento, do acesso desigual aos serviços sociais de base e da ausência ou deficiente formação técnico profissional para integrar o mercado de trabalho.

A falta de acesso à terra e à água, a dependência de rendimentos agrícolas em decréscimos ou inexistentes, uma instituição deficiente aliada à falta da qualificação profissional, a situação de mãe solteira e de chefe de família, etc., explicam a pobreza das trabalhadoras de frentes de alta intensidade de mão de obra (FAIMO).

De acordo com um estudo realizado em Cabo Verde (2002), cerca de 37% da população é considerada pobre, destes cerca de 54% são considerados muito pobres. A pobreza relativa aumentou de modo significativo em Cabo-verde ao longo da última década.

A proporção de pobres na população aumentou de 30 para 37% e a de muito pobres cresceu de 14 para 20% (Documento de Estratégia e Redução da Pobreza, 2004).

A grande pobreza é sobretudo rural, onde reside 68% dos muito pobres. As condições de vida nas zonas rurais são mais difíceis e os indicadores sócio - económicos são mais baixos. O mundo rural continua privado de postos de trabalho, o que faz com que haja uma elevada taxa de desempregados e pessoas sem uma qualificação profissional. Cerca de 72 % das famílias pobres que reside no meio rural é chefiado por um analfabeto.

O processo de emigração para os centros urbanos que se tem verificado nos últimos anos, provocou uma tendência para a urbanização da pobreza. Isto é, uma transferência da pobreza do meio rural para o meio urbano, agravando as condições de vida nas principais cidades.

Esta situação de urbanização caracterizada pelo surgimento de bairros degradados e de áreas peri-urbanas de pobreza, onde a população não encontra suficientes condições de sobrevivência predominando altas taxas de desemprego, falta de água potável ou ausência de instalações sanitárias entre outras.

O limiar de pobreza está estimado em termos alimentares em 2600 Kcal / dia. Os padrões de consumo em Cabo Verde, são convergentes com o perfil da pobreza. O indicador mais relevante é o grande peso que a alimentação representa no cabaz das famílias pobres (71%) (Documento de Estratégia e Redução da Pobreza 2004).

A pobreza, a vulnerabilidade e segurança alimentar estão intimamente ligados. A segurança alimentar é uma dimensão fundamental da pobreza e sempre afectou a sociedade cabo-verdiana.

A pobreza é o factor explicativo principal da insegurança alimentar. As questões de segurança alimentar são indissociáveis das estratégias de luta contra a pobreza, constituindo igualmente uma oportunidade de desenvolvimento.

## 2.2.10. Estrutura Económica

### 2. 2.10.1. Principais Indicadores Económicos

O crescimento económico verificado em Cabo Verde nos últimos anos deveu-se às políticas adoptadas no país, que tinham como objectivo principal um crescimento forte e sustentado baseado no sector privado e na integração de Cabo Verde na economia mundial.

A elevada taxa de crescimento registada em Cabo Verde durante os anos 90 permitiu uma melhoria significativa do nível de vida médio da população, demonstrada pelo elevado crescimento do PIB *per capita* que passou de 904 dólares em 1990 para 1764 dólares em 2003 (Quadro 4).

**Quadro 4- Indicadores da economia Cabo-verdiana**

Indicadores	1990	1995	2000	2003
PIB per capita (em dólares)	904	1283	1292	1764
Taxa de Inflação (%)	9,0	8,4	-2,4	1,2
Esperança de vida (anos)	-	65,7	69,7	70,4
Índice de Desenvolvimento Humano	0,625	0,677	0,677	0,721

Fonte: INE, 2003; INE, 2005; PNUD, 2002; PNUD, 2004

O sector terciário sofreu um aumento significativo nos últimos quinze anos. Em 2002, este sector contribuiu com 75,3 % para formação do Produto Interno Bruto do país.

Esta predominância crescente do sector terciário deve-se essencialmente ao forte crescimento do turismo, bem como dos diferentes segmentos dos transportes, e do sector bancário e segurador. O sector secundário é dominado pelo sector da construção, que representava mais de 60 % do sector. A indústria transformadora estabelecida nas zonas francas do Mindelo e Praia sofreu um crescimento importante no último decénio e representa 8 % do total do sector.

O sector primário teve um crescimento muito fraco em termos reais e uma diminuição da sua importância no Produto Interno Bruto (8,5%).

A importância da população rural e o papel decisivo dos rendimentos agrícolas na sobrevivência de um quarto da população activa, fazem com que este mau desempenho do sector tenha tido um impacto negativo determinante sobre os rendimentos e os riscos de pobreza dos trabalhadores rurais.

A economia de Cabo Verde tem um pronunciado carácter dualista, com um sector agrícola de baixa produtividade e com elevado conteúdo em emprego, pouco integrado no resto da economia.

Um número muito significativo de famílias vive na base de uma economia de subsistência, e dependente para a sua sobrevivência das transferências quer do Estado (através das FAIMO), quer das remessas de emigrantes.

Verifica-se uma grande disparidade entre as ilhas que constituem o arquipélago, no que se refere à distribuição da população activa, taxa de desemprego, e da mão-de-obra, o que reflecte bem a repartição desigual do crescimento entre os vários sectores económicos e as diferenças de especialização sectorial entre ilhas.

Mais de metade dos efectivos trabalha na ilha de Santiago. O peso das quatro maiores ilhas na população activa alcança os 88%, embora as ilhas menos

importantes, em termos de emprego tenham taxas de emprego mais elevadas.

O peso do sector secundário e terciário das ilhas de Sal e S. Vicente é claramente superior à média do país, como resultado de um sector turístico mais dinâmico, da indústria e do desenvolvimento da construção, beneficiando das remessas dos emigrantes.

Em contraposição, o sector primário tem pouca expressão nestas ilhas. Por outro lado, o sector primário ganha em particular relevo nas ilhas do Fogo, S. Nicolau, Santo Antão e Maio.

O PNUD estabeleceu dentro dos indicadores económicos este índice (IDH) que está relacionado com a qualidade de vida. Cabo Verde é do conjunto dos países de expressão Portuguesa na região africana, que melhores indicadores apresenta e que tem sabido construir o seu processo de desenvolvimento dum forma consistente. Assim, encontra-se em termos de ordem na posição 105, dentro do grupo dos países de desenvolvimento médio. A esperança média de vida alcançou os setenta anos, o que demonstra uma maior longevidade dos seus habitantes.

O Índice de Desenvolvimento Humano mede as realizações de um determinado país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: longevidade, conhecimento e nível de vida. É um indicador composto em que têm peso a esperança de vida, o nível educacional e o rendimento ajustado. Cabo Verde, segundo a classificação do PNUD, está nos grupos dos países de Desenvolvimento Humano Médio (PNUD, 2004).

Desde 1993 que a economia cabo-verdiana tem registado uma taxa de crescimento médio superior a 5 % ao ano. No referido período, Cabo Verde transformou-se dum país de economia subdesenvolvida, para um país de desenvolvimento médio (Quadro, 4).

Em 2000, a taxa de inflação em Cabo Verde foi negativa. Este valor resultou do impacto que o sector agrícola ainda tem sobre o nível de vida das pessoas, medido pelo índice de preços do cabaz de referência utilizada pelo

INE, em que se obteve um bom ano agrícola (Carvalho, 2006).

O desenvolvimento económico cabo-verdiano terá tido um impacto sobre o nível de bem – estar e o progresso material da população. Esta prosperidade reflecte-se, entre muitos outros indicadores económicos e sociais, na evolução da despesa média dos agregados familiares e na alteração dos hábitos alimentares.

## **2. 2.11. Comércio Externo**

A estrutura das trocas comerciais com o exterior é muito desequilibrada, pois a taxa de cobertura das importações pelas exportações é muito reduzida em razão da aleatoriedade e condicionalismo da produção interna, que obriga ao recurso sistemático e crescente às importações como via de assegurar a satisfação das necessidades internas.

A balança comercial do país assume sempre valores negativos, como consequência do predomínio das importações sobre as exportações.

### **2. 2.11.1. Importação**

A análise da referida estrutura mostra o peso significativo dos produtos alimentares, cerca de 1/3 total, em razão da fraqueza da produção agrícola interna.

O país é dependente da importação de bens de primeira necessidade, como o arroz, o trigo, o açúcar, o óleo e o azeite (Quadro, 5).

De acordo com o Quadro 5, os cereais ocupam um lugar cimeiro nas importações de bens alimentares. As importações sofreram um aumento significativo no período em análise, passando das 66 toneladas em 1990 para as 86 toneladas em 1995, mas em 2000 houve uma diminuição da importação destes produtos.

**Quadro 5– Importação Total de Produtos Básicos (t)**

Produtos	1990	1995	2000	2001
Milho	45 314,40	49 429,4	15 568	19 688,8
Arroz	9 253,40	20 335,6	23 847	27 407,2
Trigo	12 131,8	17 060,1	22 194	16 352,2
<b>Total Cereais</b>	<b>66 699,6</b>	<b>86 825,1</b>	<b>61 609</b>	<b>63 448,2</b>
Leite pó	2 917,3	1 790	3 678,5	5 353,3
Feijões	2 967	1 396	2 724,8	1 659,7
Açúcar	15 437,3	10 343,5	13 265	19 797,4
Óleo/ Azeite	2 095,6	1 989,73	6 026,5	6 011,7
<b>Total</b>	<b>90 116,8</b>	<b>102 344,33</b>	<b>87 303,8</b>	<b>96 270,3</b>

Fonte: Anuário de Segurança Alimentar, 2000 ; Anuário de Segurança Alimentar, 2002

Esta diminuição deve ao facto da importação de milho ter decrescido. Em 2001, o país importou cerca de 96 toneladas de produtos alimentares, das quais 63 toneladas foram cereais.

Relativamente às origens dos produtos importados, a União Europeia constitui o principal fornecedor de Cabo Verde.

### 2. 2.11.2. Exportação

Em matéria de exportações, é a insipiência dos montantes globais de mercadorias o primeiro aspecto que ressalta à vista em qualquer análise que se faça ao comércio externo do país.

O seu desenvolvimento defronta-se com problemas ligados à fraca base produtiva, à irregularidade e elevado custo de transportes, à insuficiência de infra-estrutura económica e à inexistência de uma classe empresarial nacional vocacionada para a exportação. Impõem-se contudo notar, como factor positivo, que a partir de 1995 os valores totais vêm crescendo de forma rápida.

Os principais produtos de exportação são o calçado, confecções e pescado. No que se refere aos produtos alimentares as exportações em 2000 foram constituídas de peixe enlatado, crustáceos e lagostas.

Neste cenário, são as exportações novas decorrentes da produção da indústria manufactureira nacional, produto sobretudo do investimento directo estrangeiro, o principal responsável pela mudança, em alta, dos montantes

globais das exportações nacionais nos últimos anos.

Quanto ao destino, ressalta a posição de Portugal que absorve quase a totalidade das exportações.

## **2. 2.12.Ajuda Alimentar**

Foi no início da década de sessenta, que a Comunidade Internacional se apercebeu e terá despertado para a dimensão do problema alimentar mundial tomando consciência de que a produção de alimentos em muitas zonas do mundo era incapaz de suprir as necessidades alimentares de uma população em expansão demográfica.

A Conferência Mundial da Alimentação realizada em Roma em 1974 sob as auspícias da FAO formulou planos para enfrentar uma esperada crise alimentar. Foram então criadas novas Instituições Internacionais como a PAM, vocacionadas para solucionar os problemas de carência alimentares.

Os países desenvolvidos e melhores dotados de potencial agrícola, assumiram a função de produção de alimentos" para alimentar o mundo".

Tanto na América como na Europa, foi feito um notável investimento técnico-científico na agricultura que fez aumentar a produtividade.

Tudo somado veio a reflectir-se num notável aumento da produção, sobretudo no sector dos cereais, e no início da década de oitenta, começaram a surgir excedentes agrícolas estruturais que começaram a não encontrar escoamento fácil nos mercados internacionais. Isto, porque a procura efectiva não terá subido na mesma proporção e as operações de ajuda alimentares, as quais exigem dádivas ou financiamento, nem resolviam os problemas dos excedentes nem bastavam para suprir todos os casos de subnutrição crónica.

É certo que a ajuda alimentar, para além da era favorável que encontrava nos países carenciados, permitia em certa medida controlar excedentes, limitar os stocks e reduzir os custos do armazenamento, mas a existência dos

excedentes no mercado internacional contribuem para deterioração dos preços e a perda de transparência dos mercados.

Este facto reflectiu-se negativamente tanto nos países desenvolvidos produtores como nos países em desenvolvimento importadores.

Nos primeiros, a sustentação dos preços internos e as restrições à exportação tornaram-se financeiramente in comportáveis. Nos segundos, a baixa de preços dos produtos básicos no mercado desincentivaram a produção local de alimentos, visto que os países com custos de produção mais elevados são em regra, os detentores de tecnologias mais atrasadas.

Associando estes interesses a um sentimento de solidariedade, muitos destes excedentes têm sido drenados para o terceiro mundo sob a forma de ajuda alimentar.

Os volumes destas ajudas em produto têm sido muito consideráveis e nesta altura os contingentes destinados ao continente Africano superam o somatório dos enviados para as outras regiões (Ferrão, 1997).

Estas ajudas alimentares podem ser de diversos tipos e com reflexos diferentes. Nalguns casos pretendem superar carências absolutas de alimentos, então apesar de dificuldades têm efeitos positivos, apesar de imperfeições da sua distribuição interna, noutros casos estão associados a projectos de desenvolvimento e os efeitos benéficos podem verificar-se a prazo, noutros assumem a forma de “operações triangulares” normalmente vantajosas, muitas vezes de forma não planeada ou não coordenada com o desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento ainda não estão em condições, no geral, de produzir todos os alimentos de que necessitam. Assim, têm de recorrer às ajudas alimentares ou às importações e com isso se endividam progressivamente.

Os países em desenvolvimento mais cautelosos e avisados recebem as ajudas Alimentares de uma forma programada maximizando os benefícios que são evidentes, mas sem esquecer os inconvenientes que também existem.

Entre estes cita-se o facto destes produtos chegarem a preços muito mais baratos que os da produção local e, por este facto, com efeitos paralisantes nos sectores produtivos internos, e serem normalmente de melhor qualidade e por isso melhor aceites.

As populações habituam-se ao consumo e mais tarde não as dispensam. Torna-se então decorrente manter importações no futuro que se poderiam dispensar se os produtos alimentares locais estivessem mais implantados nos hábitos alimentares (Ferrão, 1997).

Um dos processos mais interessantes de conjugar os feitos positivos das ajudas alimentares com a atenuação dos inconvenientes é o processo das chamadas ajudas triangulares.

O sistema, que com o nome faz suporte, envolve três parceiros, o país receptor de ajuda alimentar, o país produtor do alimento e o país pagador do alimento e às vezes do seu transporte.

Estas situações verificam-se quando algum país em desenvolvimento já atingiu, temporária ou definitivamente, uma fase de superar o consumo interno em relação a um determinado alimento que produz.

A actividade económica, a falta de capacidade de armazenamento, ou falta de procura no mercado pode tornar a drenagem desse produto muito difícil ou impossível e nessas condições, o sector produtivo pode vir a ser afectado fortemente, criando desinteresse quando o produto se não escoar ou os preços atingidos não são considerados compensadores.

Um país desenvolvido, em vez de traduzir a sua ajuda alimentar em excedentes da sua própria produção, financiará a compra daqueles excedentes que serão enviados para os países que deles necessitam.

As ajudas alimentares integradas em projectos de desenvolvimento são as que podem ter efeitos mais positivos e duradouros no desenvolvimento e podem apresentar-se sob várias modalidades. No essencial a ajuda alimentar funciona como um incentivo junto das populações com o objectivo de os integrar em projectos de desenvolvimento de que resultarão, a prazo, melhorias sensí-

veis na comunidade.

A fome e a subnutrição crónica não podem ser resolvidas à custa dos excedentes dos países ricos. O problema é estrutural e por isso, não pode ser solucionado apenas com medidas conjunturais (Costa, 1996).

### **2.2.12.1. Ajuda Alimentar em Cabo Verde**

A situação alimentar de Cabo Verde é definida por dois constrangimentos da economia nacional. Primeiro, o défice estrutural da produção nacional de alimentos em relação às necessidades de consumo da população; segundo, a limitada capacidade de gerar câmbios para comprar alimentos no mercado internacional (Langworthy, 1995).

As últimas décadas, caracterizadas por uma grande irregularidade pluviométricas, a produção alimentar rondou apenas os 10 % das necessidades totais.

Desde a Independência, em 1975, o país conseguiu vencer esses obstáculos estruturais graças, em grande medida, ao auxílio bilateral e multilateral, incluindo a ajuda alimentar. O governo de Cabo Verde utiliza os fundos resultantes da venda da ajuda alimentar no mercado nacional para atingir dois objectivos interligados: assistir famílias pobres e investir em infra-estruturas sociais. Estas actividades são levadas a cabo através da instituição Frente de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO).

J. BelKnap e Morris (1992), considerou que este modelo de ajuda alimentar teve, em Cabo Verde, um sucesso remarcável em termos de criação de emprego, dos rendimentos rurais e de um impacto positivo no potencial nutricional do país.

A ajuda alimentar, através da venda de géneros, deu lugar a uma ajuda monitorizada (através do *cash for work*) com o intuito de criar rendimentos para os trabalhadores rurais. Este modelo de ajuda alimentar, que consiste Basicamente na venda dos donativos, tem vantagem de resolver muitos problemas associados ao armazenamento, transporte, deterioração ou furto

dos produtos.

A ajuda alimentar contribui positivamente para a agricultura, por diversas razões. Através do financiamento das frentes de trabalho, a ajuda contribui para a conversão do *terroir* das comunidades rurais, com as actividades de correcção das correntes, a retenção das águas através de diques, a edificação de terraços e a reflorestação.

Estas infra-estruturas e actividades contribuem positivamente no impacto ambiental, mesmo que não se verifique um substancial incremento da produção de sequeiro.

Por outro lado, o financiamento das frentes de trabalho origina um incremento de emprego e um rendimento adicional dos agregados familiares rurais. Outro impacto da ajuda alimentar refere-se ao milho.

Assim, quanto maior for a quantidade de alimentos acessíveis através da ajuda alimentar, maiores quantidades de milho contribuem para a segurança alimentar, dada a fraca produção agrícola do país.

No quadro de luta contra a pobreza, foi criada e instalada em Janeiro de 2000 a AGECAVO, Agência Cabo-verdiana de Promoção do Emprego e Desenvolvimento local que visa contribuir para a reconversão das FAIMO.

O milho doado aparece no mercado a um preço mais baixo do que o milho doméstico, culturalmente mais preferido e adaptado aos métodos tradicionais de confecção dos alimentos. Esta redução de preço deve-se à política governamental de subsidiação que mantém o preço do milho da ajuda alimentar mais baixo do que o do milho doméstico.

A ajuda alimentar em Cabo Verde tem constituído um factor positivo na redução do défice da balança de pagamentos (Langworthy, 1995).

Em percentagem do PIB, a ajuda alimentar registou um aumento de 6% para 12% do PIB na década de oitenta, verificando-se um decréscimo de 2 para 4 % nos anos noventa. Actualmente não representa mais do que 1 a 2 % do PIB.

No que se refere à ajuda alimentar, no decurso de 2000, Cabo Verde recebeu em donativos um total de 37 782,5 toneladas de bens alimentares, sendo 35 809,7 toneladas destinadas à comercialização e 1972,8 toneladas para a distribuição gratuita no quadro de programas de assistência alimentar do PAM e da Cruz Vermelha.

A Holanda contribui com uma ajuda financeira de 4000 000 florins para a aquisição de géneros alimentícios. O Programa Alimentar Mundial (PAM) no decurso do ano 2000, concedeu cerca de 739,5 toneladas de farinha CSB (farinha de soja) e 521,3 toneladas de arroz. Esta ajuda alimentar destinou-se ao reforço do stock, de forma a evitar roturas na cobertura alimentar às cantinas escolares.

As ajudas alimentares fornecidas pelo PAM, foram geridas pelo ICASE através do projecto “Assistência a um Programa de Cantinas Escolares”. O ICSE, no âmbito do referido Programa durante o ano lectivo 1998/2000 prestou assistência alimentar a 354 escolas, beneficiando um total de 63 405 alunos.

Em termos evolutivos, a ajuda alimentar vem registando uma tendência decrescente. A ajuda alimentar em cereais decresceu de 44 toneladas em 1990 para 36 toneladas em 2000 (Quadro, 6).

**Quadro 6– Evolução da Ajuda Alimentar (Doações p/ Comercializar e Outras) - (t)**

<b>Produtos</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>
<b>Milho</b>	29 334,4	44 298,4	8 573,1
<b>Arroz</b>	2 573,41	5 361,6	10 881
<b>Trigo</b>	12 131,8	14 312,6	17 411,5
<b>Leite em Pó</b>	1 178,3	660	30
<b>Feijões</b>	305	215	86,2
<b>Açúcar</b>	4 229,3	3758	-
<b>Oléo, Azeite</b>	746,6	1 989,73	61,2
<b>Farinha CSB</b>	-	2 601	739,5
<b>Frutas Secas</b>	-	100	-
<b>Conservas Peixe</b>	-	167	-
<b>Conservas Carne</b>	-	312	-
<b>Total</b>	<b>50 498,81</b>	<b>73 775,33</b>	<b>37 782,5</b>

Fonte: Anuário de Segurança Alimentar, 2000; Diagnóstico de Segurança Alimentar, 2002

A ajuda alimentar continua a ter um peso importante na cobertura das necessidades alimentares da população cabo-verdiana.

Durante o ano 2000, a ajuda alimentar permitiu cobrir cerca de 49,7 % das necessidades de consumo de cereais (milho 30,4 %, arroz 64,2%, trigo 90,5 %). Em termos da cobertura das necessidades dos produtos alimentares de base, a ajuda alimentar contribui com 27 %.

No âmbito das ajudas alimentares, o milho era o produto mais distribuído, tendo sido ultimamente ultrapassado pelo arroz e farinha CSB<sup>1</sup>. As conservas de peixe, que contribuem para o fornecimento de nutrientes e proteína animal, só começaram a ser distribuído a partir de 95.

O aprovisionamento alimentar do país é garantido pelas ajudas alimentares e pelas importações comerciais. Neste capítulo a ANSA (Agencia Nacional de Segurança Alimentar) assume também a responsabilidade de promover a distribuição das ajudas de forma a não perturbar o normal funcionamento do mercado.

<sup>1</sup>CSB-farinha de soja

### **2.2.12.2. Outras Ajudas**

Actualmente, a Áustria, a Holanda, o Luxemburgo, Portugal, a França e a Itália são os países doadores mais implicados em Cabo Verde. A Áustria dá apoio ao desenvolvimento de micro empresas, essencialmente através do IEPF (Instituto Emprego e Formação Profissional), a Holanda está empenhada em projectos ambientais.

O Luxemburgo financia projectos de desenvolvimento rural em Santo Antão. Portugal assegura o apoio na área da formação profissional e a França apoia a política de descentralização. A Itália está empenhada em projectos de desenvolvimento rural. A estes apoios, juntam-se os programas de ajuda alimentar, em particular dos Estados Unidos, que financiam os trabalhos das FAIMO (Documento de Estratégia e Redução Pobreza, 2004).

## 2. 3. A Agricultura em Cabo Verde

### 2. 3.1. Evolução Histórica

Embora o achamento e o nome dos descobridores sejam dados polémicos, as datas de 1460, 1462 e os nomes de Diogo Gomes, António Nola e Diogo Afonso são normalmente os adiantados por alguns autores.

O povoamento ter-se-á iniciado em 1462 mas, segundo rezam as crónicas, quatro anos após esta data já ninguém queria ficar o que provavelmente já seria o reflexo da inospitalidade do arquipélago.

A importância geográfica das ilhas, no meio do Atlântico, desde logo se mostrou muito importante para as armadas fazerem “aguada” e meterem frescos.

Como as ilhas eram desertas e o seu coberto vegetal muito pobre, houve necessidade de introduzir plantas vindas de diversos continentes assim como, gado das mais variadas espécies.

Primeiro foram as culturas mediterrânicas, depois as da costa ocidental africana e posteriormente as americanas que como veremos viriam a assumir uma importância decisiva no arquipélago.

Duarte Pacheco Pereira (...) referia, quarenta anos após a descoberta das ilhas, que estas tinham pouco arvoredo e os frutos não se davam, senão em regadios. Nesta data, só a ilha de Santiago e Fogo eram habitadas, nas restantes havia cabras por vezes em abundância e o algodão era a principal cultura (Correia, 1992).

As hortícolas, as frutícolas e os cereais de proveniência europeia tinham pouca expressão. Apareciam alguns cereais, provavelmente *Sorghum* sp. e *Pennisetum* sp. provenientes da costa ocidental africana. Nas zonas regadas cultivou-se o arroz e a cana sacarina.

A cana sacarina, terá ido da Madeira nos primeiros anos do século XVI e depressa atingiu importância económica, passando a ocupar cada vez maior

área de regadio que ia obtendo pela conquista de novas áreas e também em substituição de outras culturas, nomeadamente o arroz e o algodão.

A urzela (planta tintureira) e a purgeira (oleaginosa) assumiram desde muito cedo e durante muito tempo um lugar de destaque nas exportações cabo-verdianas.

A introdução da cultura do milho proveniente do Brasil veio alterar por completo a história da utilização da terra em Cabo Verde. Os feijões, a batata-doce e a mandioca, provenientes da América, conjuntamente com o milho transformaram-se nos principais produtos agrícolas de sequeiro das ilhas (Correia, 1992).

O café terá sido introduzido por volta de 1790, vindo do Brasil, na ilha de S. Nicolau e mais tarde passaria para Santiago e Santo Antão.

Orlando Ribeiro (1956) afirmou que Cabo Verde transformou-se num centro de concentração e difusão de plantas, animais e homens como nenhum outro território do mundo tropical. A natureza encarregou-se de seleccionar as plantas que melhor se adaptavam às condições locais (Correia, 1992).

No que se refere à acção do homem, deve-se referir que desde o início os trabalhos eram executados por escravos, de acordo com o costume da época. Esta situação, veio a ter uma importância marcada na evolução da agricultura cabo-verdiana.

Uma tradição de práticas culturais inadequadas foi desde logo padrão para as gerações futuras e só muito lentamente as foram adaptando aos novos condicionalismos.

Outro parâmetro que dificultou o desenvolvimento harmonioso da agricultura de Cabo Verde foi a estrutura fundiária existente. Até ao reinado de D. João III imperou o sistema de donatário e a este seguiu-se o sistema de morgadios, que perdurou muito tempo. Em 1875 a escravatura foi legalmente extinta em Cabo Verde.

No entanto como referem alguns autores, os antigos escravos tinham duas opções, ou continuavam a trabalhar para os seus "antigos" donos ou pro-

curavam terrenos livres que normalmente eram marginais para agricultura. Assim desde muito cedo se instalou uma erosão acelerada que se manifestou e manifesta de uma forma acentuada em algumas ilhas.

As características da agricultura cabo-verdiana, aliadas às secas frequentes e a um regime de precipitações errático e em forma de báfegas, deram o mote à agricultura de Cabo Verde.

Com o decorrer dos anos a população cabo-verdiana foi-se habituando a viver com períodos de seca e a situações de fome que tiraram a vida a milhares de cabo-verdianos.

A partir da década de cinquenta, a situação agrária de Cabo Verde passou a merecer mais atenção e inicialmente apenas com a preocupação de evitar mais mortes nos anos de seca. Nesta altura nasceu o Plano de Abastecimento para Cabo Verde em tempo de seca.

### **2.3.2. Situação Actual da Agricultura em Cabo Verde**

O sistema produtivo tem uma base rural vasta e arcaica, assente em pequenas unidades familiares que utilizam técnicas tradicionais, de economia de subsistência pouco organizada e descoordenada.

As actividades agrícolas são praticadas por agentes com nível baixo de formação. As explorações agrícolas são de pequena dimensão, com uma superfície média de 2,45 ha nas zonas de sequeiro e 0,28 ha em cultura irrigada. Cerca de metade das explorações cultiva menos do que um hectare. A área total destinada ao regadio ronda as 2600 ha.

A agricultura de sequeiro constitui uma actividade económica de sobrevivência das populações. As produções muito aleatórias, quando ocorrem são muito baixas, devido à quantidade de água disponível, à baixa fertilidade dos solos e às práticas culturais inadequadas, e bem como à ocorrência de ventos secos e quentes acompanhados de ausência de precipitações.

A cultura de sequeiro mais importante é o milho semeado em consociação com o feijão. Os rendimentos médios variam grandemente entre as zonas agro-ecológicas, sobretudo nos anos de fracas precipitações. Os rendimentos nas terras retidas pelos diques, os valores podem ultrapassar os 600 kg /ha nas zonas áridas e os 1200 a 1600 nas zonas húmidas devido a concentração de humidade nos solos de boa qualidade.

A área semeada de sequeiro durante o ano 2000, foi de 32 113 ha, em que o milho correspondeu a 97,6% dessa área. A área de regadio efectuado por ano é em função das precipitações e da quantidade de água mobilizada e disponibilizada.

A agricultura irrigada tem desenvolvido na base de técnicas arcaicas de cultivo, com um consumo excessivo de água e um rendimento geralmente fraco. Metade da superfície irrigada é ocupada pela produção de cana sacarina e a restante por hortícolas e fruteiras.

Nos últimos anos verificaram-se progressos significativos no sector onde o fornecimento de água associada a uma gestão adequada permitiu, ao mesmo tempo, aumentar as superfícies irrigadas, culturas intensivas e frequências de rega.

**Quadro 7- Características Físicas das Principais Ilhas de Cabo Verde**

Ilha	Superfície		Terra Arável	
	Área (Km <sup>2</sup> )	(%)	Há	(%)
Santo Antão	785	19,3	8800	21,4
São Vicente	230	5,6	450	1,1
São Nicolau	347	8,5	2000	4,9
Sal	221	5,4	220	0,5
Boa Vista	628	15,4	500	1,2
Maio	275	6,8	660	1,6
Santiago	1007	24,7	21500	52,3
Fogo	470	11,5	5900	14,4
Brava	63	1,5	1060	2,6
Santa Luzia	46	1,1	-	-
			-	-

Fonte: Diagnóstico de Segurança Alimentar, 2002

Segundo o Quadro 7, pode-se constatar que as ilhas com melhores condições agrícolas são, Santo Antão, Santiago e S.Nicolau.

### 2.3.3. Condições Agrícolas (Regime de Exploração)

O regime fundiário caracteriza-se pelo excessivo parcelamento, pela distribuição muito desigual das terras e ainda por taxas elevadas de exploração indirecta (Furtado, 1993).

Globalmente, a distribuição das formas de exploração é a seguinte: por conta-própria cerca de 41%, em parceria cerca 19%, em regime de arrendamento 28%, posse útil 6%, comodato 5% e aforamento 0,5% (INE, 2000).

Os 403 000 ha de terra do arquipélago têm a seguinte utilização: 55% terra inculta, 10% superfície cultivável e 35% superfície silvo-pastoril.

Existem dois sistemas de exploração agrícola, a agricultura de sequeiro e a agricultura irrigada. A agricultura de sequeiro ocupa 70% das explorações agrícolas.

A área ocupada por regadio é variável de ano para ano, em função das precipitações e das quantidades de água disponíveis. O potencial estimado é da ordem das 2 500 a 3 000 ha.

**Quadro 8 – Áreas Irrigadas e Potencialmente Irrigáveis em Cabo Verde (ha)**

Ilha	Áreas Irrigadas	Áreas Potencialmente Irrigáveis
Santo Antão	997	1 357
São Vicente	49	250
São Nicolau	72	149
Sal	2	4
Boa Vista	10	16
Maio	8	35
Santiago	658	1 209
Fogo	12	78
Brava	10	11
<b>Total</b>	<b>1 821</b>	<b>3 109</b>

Fonte: Plano Director de Irrigação, 1997

Apesar de ocupar cerca de 6 % do total da área agrícola, a agricultura de regadio é a vertente mais importante da produção agrícola nacional.

De acordo com o Quadro 8, pode-se concluir que as ilhas de Santo Antão e Santiago, detém  $\frac{3}{4}$  da área irrigada das ilhas de Cabo Verde e apresentam maiores potencialidades para a agricultura de regadio.

De um modo geral todas as ilhas possuem uma área potencialmente irrigada maior do que está a ser explorada.

### **2.3.4. As Principais Culturas**

Quando os Portugueses chegaram às ilhas de Cabo Verde, certamente não encontraram na flora primitiva nenhuma das plantas então conhecidas como aproveitáveis para alimentação, pois apenas se referem a uma vegetação bravia e virgem.

Á semelhança do que se tinha passado nas outras ilhas do Atlântico, os primeiros colonos idos do continente experimentaram introduzir os produtos com que estavam mais familiarizados, como os cereais de pragana, a vinha e a oliveira.

Mas, devido ao clima quente e pouco chuvoso, nenhuma dessas plantas conseguiu aclimatar-se. Só com a introdução do milho, nos princípios do século XVI, o povoamento das ilhas se tornou mais fácil, uma vez que isso passou a constituir o principal alimento da população.

Embora o clima não propiciasse uma agricultura do tipo mediterrânico, o património agrário cabo-verdiano foi-se constituindo graças a uma variedade de contributos provenientes da Europa, de África e da América.

#### **2.3.4.1. O Milho**

O milho (*Zea mays* L.) constitui, com o trigo e o arroz, o grupo dos cereais mais cultivados do mundo. A cultura cerealífera em Cabo Verde, ao longo dos séculos foi quase monopolizada pela cultura do milho (Torrão, 1995).

A introdução ter-se-á processado a partir do século XVI, com as variedades trazidas das franjas costeiras do Brasil e do Rio de la Plata (Silva, 1992).

A cultura ocupa desde as achadas a vertentes pedregosas, do nível do mar a cotas superiores a 1200 m, das áreas inóspitas e marginais a solos aluvionares profundos. Na maioria dos estratos cultivados, a cultura não se confronta com os requisitos edafoclimatéricos mínimos para culminar o seu ciclo vegetativo.

Com o avizinhar da estação agrícola, inicia-se a mobilização do terreno. As sementeiras ocorrem, normalmente a partir de meados de Julho, isto é, "no pó" , após as primeiras precipitações significativas.

Três ou quatro grãos de milho são lançados em covachos cujos compassos variam consoante o enquadramento mais ou menos favorável da cultura 80 cm a 120 cm. Dois a quatro grãos, regra geral de mais de um tipo de feijão frequentemente duas espécies seguem o milho.

A composição da consociação sofre grandes variações, acompanhando a ecologia. O feijão fava, o feijão vulgar e o congo prosperam em zonas húmidas e sub - húmidas, e o bongolom e o pedra reflectem uma maior rusticidade e espectro de adaptação.

No decurso do ciclo cultural, têm lugar as seguintes operações: duas ou três mondas e sachas, amontoa e desbandeiramento parcial das flores masculinas.

Uma ou duas ressementeiras, totais ou parciais poderão registar-se no decurso do ciclo cultural, como consequência de factores adversos. As chuvas de Outubro são decisivas para a formação da espiga, cuja colheita se faz normalmente nos meses de Novembro ou Dezembro. A duração do ciclo vegetativo depende de vários factores, mas normalmente oscila ente 90 a 110 dias.

Um factor muito importante na selecção varietal é mais do que a coloração, o tipo de grão. Os grãos cristalinos tipo "flint", de endosperma duro, são os mais apropriados na confecção do prato local, a cachupa<sup>2</sup>.

<sup>2</sup>Cachupa- prato tradicional a base de milho, feijão e carnes

Referindo-se á coloração, a cor branca é dominante do milho do Fogo, enquanto que a amarela é comum em Santiago.

As colheitas efectuam-se após uma boa secagem das espigas “no pé”. Feita a colheita, as espigas são amontoadas num pequeno terreiro. Seleccionam-se as espigas a fim de se proceder ao seu armazenamento, que decorre sob forma de três processos: a granel, em milho solto e em grão.

A granel guarda-se as espigas maiores que não foram descamisadas em pilhas cilíndricas arrumadas em camadas sobrepostas, sendo o conjunto conhecido por “rondas”. O milho solto armazena-se as espigas mais pequenas já descamisadas nos “canudos”, “sam-sans” ou barril. O milho em grão é guardado em arcas, em garrafões ou em bidões (Couto, 1997).

O milho constitui a base tradicional da dieta alimentar dos cabo-verdianos. A oscilação da produção varia em função das precipitações registadas nesses anos (Quadro 9).

**Quadro 9 – Evolução da Produção Agrícola (t)**

Produtos	1990	1995	2000	2001
<b>Milho</b>	11 418	8 166	24 341	19 549
<b>Feijões</b>	3 504	2 366	7 310	4 747
<b>Batata Doce</b>	12 000	3 164	1 306	1 791
<b>Batata Comum</b>	2 500	2 160	810	5 000
<b>Mandioca</b>	5 000	3 260	4 000	α
<b>Total</b>	<b>34 422</b>	<b>19 116</b>	<b>37 767</b>	<b>26 020</b>

Fonte: Anuário de Segurança Alimentar, 2000; Anuário de Segurança Alimentar, 2002

α- não apurado

Da análise do Quadro 9, constata-se que houve um acréscimo não significativo da produção dos produtos agrícolas, de 1990 para 2000, passando das 34 toneladas para as 37 toneladas, mas verificando-se um decréscimo na produção agrícola em 2001.

A produção de batata-doce e da mandioca, sofreu um decréscimo, isto pode-se justificar pela perda de hábitos de produção destes produtos. As produções de milho e feijões em 2000 atingiram valores bastante elevados, o

que se deveu a um bom ano agrícola. A produção de mandioca no ano 2001 não foi apurada.

#### **2.3.4.2. O Feijão**

Os feijões são a segunda cultura a ocupar um lugar de preponderância na alimentação da população cabo-verdiana, uma vez que constituem, juntamente com o milho, a base de um dos pratos tradicionais. Além dos grãos, ainda se aproveitam do feijoeiro as ramas que em parte substituem as forragens de que, os animais carecem nos meses de verão.

Esta cultura encontra-se consociada à do milho, e como tal estende-se por todas as ilhas.

Nas ilhas cultivam-se muitas variedades de feijão, sendo as mais vulgares o “pedra” (*Lablab niger* (L.) Medik), o congo (*Cajanus cajan* (L.) Millsp), o bongolon (*Vigna unguiculata* (L.) Walp), e o feijão bonje *Phaseolus lunatus* L.

A primeira, apesar de ser uma espécie menos apreciada na alimentação, é muito cultivada dada a sua resistência às secas. O congo porque pode permanecer no terreno de uns anos para outros e finalmente o bongolon por ser de crescimento rápido, pois pode produzir ao fim de dois meses e meio (Correia, 1992).

#### **2.3.4.3. Tubérculos e Raízes Tuberosas**

Dentro deste grupo, a batata comum (localmente designada por inglesa), a batata-doce e a mandioca preenchem completamente as produções do país. A batata (*Solanum tuberosum* L.) já foi considerada por alguns autores como cultura de regadio. Rocha (1987), considerou-a como uma cultura de sequeiro das zonas de altitude mais húmidas.

Em sequeiro é “semeada” e as colheitas fazem-se em Novembro. Após a colheita, a melhor e a mais grada é vendida, a mais pequena guarda-se para a campanha seguinte como semente.

A Batata-doce (*Ipomea-batatas* (L) Lam. ), terá chegado ainda no século XVI e juntamente com a mandioca constituiu um dos suportes para a subsistência da população. Propaga-se facilmente através de fragmentos de caule "cordas", desde que o solo tenha humidade suficiente e bastam-lhe três meses para entrar em produção.

Cultiva-se em sequeiro entre Junho e Outubro, nas encostas desabrigadas expostas aos alísios (NE) até cotas altas invadindo por vezes áreas de regadio.

Na montanha é plantada em pequenos camalhões, enquanto que em baixa altitude pode entrar nos regadios em grandes camalhões e consociada. Em regadio a época de plantação pode variar entre Janeiro e Maio.

As suas raízes constituem um produto muito apreciado na alimentação, podendo também as suas ramas serem aproveitadas como forragens para os animais.

#### **2.3.4.3.1.Mandioca ( *Manihot esculenta* Grantz)**

A mandioca é uma cultura de raízes comestíveis, possivelmente uma das mais importantes na economia interna do país. Proveniente da América, terá sido introduzida em Cabo Verde depois do milho e com facilidade se adaptou às características locais.

A rusticidade e a sua fácil conservação foram os argumentos que mais contribuíram para que esta cultura assumisse uma importância de relevo principalmente nos períodos de maior carência uma vez que o seu ciclo lhes permite manter no terreno durante todo o ano e ser colhida à medida das necessidades.

A mandioca é uma cultura fundamentalmente de sequeiro, mas isso não impede que seja cultivada em zonas regadas. Assim enquanto que em sequeiro necessita de dois a três anos para se ter uma boa produção, no regadio algumas variedades produzem ao fim de seis a sete meses.

Em sequeiro, plantam-se estacas inclinadas no início das chuvas em grandes camalhões a compassos que medeiam entre 25 cm a 35 cm. Quando se faz

em regadio, as técnicas não variam muito mas a época de plantação passa para o período compreendido entre Fevereiro e Junho.

Em épocas de grandes secas, a cultura da mandioca era considerada um dos principais recursos contra a fome. A mandioca pode ser consumida de acordo com as necessidades, ocupando um lugar de relevo entre as culturas alimentares.

Por outro lado, a grande variedade de modos de utilização deve-se aos seus tubérculos poderem ser consumidos crus, cozidos ou assados, secos ao sol ou transformados em farinha.

A sua produtividade, a sua longa conservação e as diferentes formas de ser utilizada na alimentação foram naturalmente os factores mais responsáveis pela expansão da cultura da mandioca. Da mandioca, cuja raiz se fabrica a farinha, que vulgarmente se chama de “pau” é considerada um género de primeira necessidade.

Existem vários processos de fabrico de farinha de mandioca, desde as técnicas usadas no Brasil às diferentes maneiras como era confeccionada em África, o que leva a crer que se tratou de adaptações, face aos condicionalismos locais.

Em Cabo Verde, para a confecção da farinha dá-se preferências à mandioca de sequeiro, por esta conter uma menor percentagem de humidade. A colheita é sempre feita na época seca, numa altura em que há bastante sol e bom tempo, condições básicas para obtenção de farinha de boa qualidade.

A farinha depois do processo será medida e guardada em depósitos de madeira e bidões, conservando-se nestas condições cerca de dois anos. A farinha de mandioca constitui um produto de certo peso na alimentação dos ilhéus, com o qual se confeccionam vários pratos e doces regionais.

#### **2.3.4.4. Cana-de-açúcar** (*Saccharum officinalis L.*)

A cana constitui uma das mais importantes culturas que se pratica nas regiões de regadio ou húmidas do arquipélago e foi uma das primeiras culturas a ser

introduzida em Cabo verde, levadas da Madeira, da Sicília, ou mesmo do Algarve. Conforme menção em carta régia de 25 de Janeiro de 1540, nas ilhas laboravam dois engenhos de trapiches de fazer açúcares (Carreira, 1982).

Pensa-se que a cana terá sido introduzida na ilha de Santo Antão nos finais do século XVII, e com menor significado económico nas ilhas da Brava e S. Nicolau.

Nos vales fundos de Santo Antão, a cultura foi substituir a vinha aniquilada pela filoxera. Posteriormente, tentou-se a cultura do cafeeiro de regadio mas, perante os intensos ataques de ferrugens, continuou a cana a dominar nas terras regadas da ilha.

Por todo o mundo, nas regiões produtoras de cana, o açúcar anda sempre associada à produção de aguardente. Em Cabo Verde, se o açúcar se destinou ao abastecimento das populações fixadas em Santiago, cedo passou a aguardente (grogue) a constituir rubrica de valia nas trocas comerciais com os “rios da Guiné” (Santos, 1992).

Durante longos anos, o açúcar foi absorvido pelo consumo interno e só muito mais tarde foi encaminhado para Lisboa e, episodicamente, para África. Ao invés, a aguardente, se bem que muito procurada no arquipélago, constitui sempre um valioso produto de exportação para o continente fronteiro, como mercadoria quase indispensável no trato da escravatura.

A cana sacarina, valorizada pelo açúcar e pela aguardente, desempenhou papel cimeiro, durante muito tempo na vida económica das ilhas de Santiago e de Santo Antão. A cana sacarina esteve na origem das crises alimentares em Santo Antão, por esta ocupar quase a totalidade da área regada desta ilha. Em termos de produções, recorrendo aos dados referidos no anuário até 1993, a produção rondava as 18 860 toneladas, em 2005 atingiu as 14 000 t.

### **2.3.4.5. Fruticultura**

Vários autores, entre os quais, Gaspar Frutuoso (1925), o Piloto Anónimo (1961) e Barbosa (1961), referiram a existência de espécies fruteiras em Cabo Verde.

A fruticultura de Cabo Verde concentra-se sob o ponto de vista económico, num número muito limitado de espécies. As espécies frutícolas dominantes são a bananeira e a mangueira. As bananeiras desempenham um lugar muito importante na economia de algumas ilhas do arquipélago, servindo os seus frutos de alimento para a população local, a maior parte das vezes consumidos como fruta, nalgumas outras em substituição dos amiláceos na cozinha.

Na década de sessenta, Cabo Verde desenvolveu a bananicultura visando também a exportação para Lisboa. A quantidade de banana exportada chegou a ultrapassar as 6 000 toneladas anuais no princípio da década de 70.

A integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia leva-o a adoptar normas comunitárias mais rigorosas de qualidade que Cabo Verde não conseguia cumprir, assim a exportação da banana de Cabo Verde, que em Portugal tinha o único mercado exterior, decaiu sensivelmente.

A produção de banana em Cabo Verde ou em pelo menos nalgumas ilhas, excede o consumo local.

A papaieira é a fruteira de larga expansão e consumo no arquipélago. Originária da América do Sul, adaptou-se às condições ecológicas das ilhas e tem hoje uma expressão importante na agricultura do país para consumo interno.

As mangueiras foram introduzidas em Cabo Verde vindas do Oriente. As plantas existentes são ainda quase todas obtidas de semente. As árvores concentram-se nos vales das ribeiras para aproveitarem as disponibilidades de água.

O ananaseiro é pontual o número de plantações de dimensões razoáveis limitando-se os agricultores a dispor na sua propriedade de um conjunto de

plantas que garante o seu consumo e um pequeno excedente que é comercializado localmente; nalgumas ilhas as carências do ananás são evidentes. Pode-se dizer que o aprovisionamento do mercado local não é suficiente para responder à procura.

Os abacateiros, desconhece-se quando esta fruteira foi introduzida em Cabo Verde, e a época em que se deu a sua expansão, já que esta foi muito difundida pela maioria das ilhas e é apreciada pelas populações locais.

Trata-se de uma fruteira com indiscutíveis potencialidades em Cabo -Verde, não apenas para o consumo local mas também para exportação.

O Coqueiro, pensa-se que o coqueiro foi uma das primeiras fruteiras tropicais a ser introduzidas em Cabo Verde. O coqueiro como fruteira atinge uma apreciável importância em certas regiões, nomeadamente no Oriente e em locais onde a densidade demográfica é elevada e os alimentos não são abundantes. Esta cultura em Cabo Verde é orientada para produção de leite de coco, ou para o consumo do albúmen fresco.

Os citrinos, as laranjeiras foram introduzidos em Cabo Verde provenientes de Portugal. Tratando-se de espécies subtropicais duas condições limitam muito a sua cultura: a fraca resistência às baixas temperaturas ( o que não acontece em Cabo Verde), embora variável com as espécies, e as necessidades de disponibilidades de água abundantes durante todo o ano.

No que se refere às condições de temperatura pode-se dizer que em todos os locais de Cabo Verde a cultura dos citrinos é viável, mas tendo em conta as necessidades em água terá de localizar-se a cultura nos vales das ribeiras, onde a água é mais abundante.

A videira faz parte das fruteiras introduzidas nas ilhas. Na ilha do Fogo, nas encostas do vulcão existe uma apreciável quantidade de videiras que rastejam sob a lava e os tufos e produzem grandes cuidados. Dessas uvas se faz vinho (*mijarela*) de elevada graduação alcoólica e baixo poder de conservação (Ferrão, 1992).

Cultivam-se fruteiras em todos os dezassete concelhos do país. O cultivo de fruteiras assume maior importância nas ilhas de Santo Antão, Santiago e Fogo.

O potencial produtivo em zonas agro-ecológicas tropicais (de baixa altitude) e temperada (altitude elevada) permite aprovisionar o mercado doméstico com uma gama bastante diversificada de produtos de períodos diferentes.

O calendário de produção de fruteiras, varia de acordo com as espécies. As espécies mais populares como a manga, a papaia e a goiaba têm uma estação longa. A banana é produzida durante todo o ano.

A estimativa de produção frutícola actual situa-se entre as 10 000 e as 12 000 toneladas por ano. Dessa produção total entre 6 500 e as 7 000 toneladas são bananas.

A produção frutícola é sazonal para certas frutas, como por exemplo as mangas. As produções de citrinos são de má qualidade e as perdas são elevadas entre a produção e o consumo.

Cabo Verde tem grandes potencialidades para a produção de frutos destinados exclusivamente a industrialização (Ferrão, 1992).

#### **2.3.4.6. Horticultura**

As culturas hortícolas desenvolvem-se bem nas zonas regadas e também nas regiões húmidas do arquipélago. O cultivo destas espécies, parece dotar da época do povoamento do arquipélago.

As principais zonas de regadio do país situam-se nas ilhas de Santo Antão e Santiago. A primeira, com temperaturas médias de 17 ° C a 25 ° C e quedas pluviométricas da ordem dos 400 mm, apresenta na parte norte da ilha as áreas mais importantes para cultura intensiva, a segunda, com temperaturas mais altas e menor queda pluviométrica, oferece regadios compridos e estreitos, no fundo das ribeiras, cobrindo uma área apreciável, sobretudo na parte central e leste da ilha.

As ilhas de S. Nicolau e Maio possuem potencialidades para o cultivo de hortícolas em regadio, com as técnicas de cultivo convenientes.

De acordo com “Elementos para um Plano Director de Horticultura de Cabo Verde”, verificaram-se na última década progressos na produção média anual de raízes e tubérculos e “hortaliças”.

Constatou-se ainda uma forte diversificação dos produtos com ganhos significativos em produtos considerados de menor importância (hortaliças e condimentos). De acordo com o Quadro 10, verificou-se um aumento bastante significativo em termos de produção de hortícolas.

Pode-se constatar que a produção passou de 5 toneladas para as 19 toneladas, num período de 10 anos. No último ano houve um decréscimo da produção hortícola devido ao mau ano agrícola que se registou no país.

**Quadro 10– Evolução da Produção das Principais Espécies Hortícolas (t)**

<b>Produtos</b>	<b>1991</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>
<b>Repolho</b>	1 450	2 200	4 195	4 000
<b>Tomate</b>	960	1 500	4 250	4 500
<b>Pimento</b>	300	750	1 740	1 000
<b>Cebola</b>	960	840	1 520	1 600
<b>Pepino</b>	105	250	815	1 000
<b>Diversos</b>	1 876	2 685	6 525	4 140
<b>Total</b>	<b>5 651</b>	<b>8 225</b>	<b>19 045</b>	<b>12 100</b>

Fonte: Anuário de Segurança Alimentar, 2000; Diagnóstico de Segurança Alimentar, 2002;FAO Statistical Database, 2005

A produção de tubérculos e hortícolas é destinada sobretudo aos centros urbanos e semi-urbanos onde os habitantes têm maiores poderes de compra em relação ao meio rural. O consumo desses produtos no meio rural é feito pelos produtores directos, ou seja por aqueles que têm possibilidades para a sua produção.

Este acréscimo da produção hortícola, poderá manifestar-se na melhoria dos hábitos alimentares da população. Cabo Verde ultimamente tem investido em melhorias das condições de cultivo de hortícolas e técnicas inovadoras. Assim cultiva-se tomateiros em hidroponia na ilha do Sal, e alfaces com a mesma técnica, em Santiago.

A procura de hortícolas deve-se também ao crescimento do turismo no país. Os turistas com poder de compra elevado têm hábitos de consumos alimentares exigentes, onde se incluem as saladas e as hortaliças.

## 2.4. Pescas

O sector das pescas revela-se de extrema importância para a segurança alimentar das populações. A limitada extensão da plataforma continental devido à natureza vulcânica das ilhas, a ausência de sistemas de "upwelling", o regime hidrológico e oceanográfico das águas marítimas representam factores limitativos da distribuição e abundância das espécies, e como consequência da produção haliêutica.

A produção pesqueira artesanal e industrial tem-se mantido desde 1995, à volta das dez mil toneladas, o que representa apenas cerca de 30 a 40 % das disponibilidades totais da ZEE.

**Quadro 11– Evolução das Capturas de Pescado (t)**

<b>Espécies</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Tunídeos</b>	3 533	3 656	3 936	Nd
<b>Pelágicos</b>	1 804	3 403	4 823	Nd
<b>Demersais</b>	813	1 008	1 314	Nd
<b>Lagostas</b>	30	60	29	Nd
<b>Diversos</b>	399	368	719	Nd
<b>Total</b>	<b>6 579</b>	<b>8 495</b>	<b>10 821</b>	<b>9 653</b>

Fonte: Anuário de Segurança Alimentar, 2000 ; FAO Statistical Database, 2005

Nd- dados não disponíveis

O Quadro 11, evidencia o aumento das capturas de pescado entre 1990 e 2001. Em relação às espécies, os tunídeos e os pelágicos constituem as espécies com maiores volumes de capturas.

O sector das pescas tem uma fraca contribuição no PIB, normalmente oscila entre 1 e os 2 %, mas tem extrema importância nacional, visto que gera emprego, rendimento e elemento nutritivo.

As capturas de pesca industrial destinam-se ao abastecimento do mercado nacional e para exportação. As exportações de produtos haliêuticos repre-

sentam cerca de 17 % das exportações nacionais.

O subsector da transformação produziu anualmente uma média de cerca de 300 toneladas de conservas e derivados entre 1995 e 2000.

As capturas de pesca artesanal destinam-se quase na sua totalidade ao consumo local. Normalmente o pescado é consumido em fresco. Uma parte deste pescado é reservada ao auto consumo e outra dirigida para os mercados municipais e ambulantes. Estima-se que o consumo médio anual de pescado situa-se nos 23, 4 kg /habitante per capita.

O número de embarcações artesanais apresenta uma tendência decrescente, apesar da taxa de motorização ter evoluído consideravelmente. As principais dificuldades de abastecimento no sector da pesca resultam das carências no tratamento e conservação, do deficiente sistema de comercialização e de meios de transporte acessíveis e adequados.

Essas condicionantes afectam o consumo das diversas ilhas, pois as capturas quando elevadas, não podem ser auto-consumidas na totalidade. A existência de garantia de escoamento leva a limitações nas capturas, apesar de melhorias significativas introduzidas nos circuitos de comercialização, como nos meios para conservação do pescado em quase todas as ilhas.

## **2.5.Pecuária**

A produção e a produtividade pecuária nacional são fracas devido a factores estruturais e a utilização de técnicas rudimentares de criação.

A produção pecuária nacional tem uma fraca participação na formação do PIB, mas desempenha um papel importante na satisfação das necessidades das populações em proteína e gordura animal, assegurando quase 100% do abastecimento do mercado nacional em carne e ovos e em menor escala leite.

Ao nível do país e das famílias, a criação de gado constitui uma fonte de riqueza e estatuto social e permite constituir uma certa poupança que será utilizada nos períodos mais críticos.

As explorações pecuárias existentes em Cabo Verde são do tipo familiar tradicional que pratica a pecuária como actividade complementar à agricultura. O mais frequente é a criação de galináceos (83%), suínos (81%) e os caprinos (70%). Apenas 29% das explorações possuem bovinos.

No que se refere aos ruminantes, os caprinos são os mais numerosos, sendo a sua utilização fundamentalmente dirigida para a produção de leite. Os machos são destinados ao consumo de carne e geralmente abatidos depois do desmame (cabritos) (Quadro, 12).

**Quadro 12– Evolução da Produção Pecuária (t)**

<b>Produtos</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>
<b>Carne (t)</b>	4 915	6 163	7 880	8 586
<b>Leite (m<sup>3</sup>)</b>	4 985	9 348	9 700	11 000
<b>Ovos (milhares)</b>	996	3 506	1 850	1 770

**Fonte: Anuário de Segurança Alimentar, 2000; FAO Statistical Database, 2005**

A produção média de leite das cabras oscila em valores próximos dos 60Kg /ano (não incluindo o leite consumido pelos cabritos).

Os bovinos, naturalmente explorados em muito menor número, destinam-se também à produção de leite, sendo os machos desviados para a carne (Quadro 13). Os machos são normalmente abatidos com cerca de dois anos, pesando entre 300 a 350 kg.

A produção ovina em Cabo Verde praticamente não tem expressão. O efectivo é dominado por animais de raça local. O ovino é exclusivamente explorado pela sua função, a carne (Quadro 13).

Os suínos explorados tradicionalmente, de “raça local” são animais de pequeno porte, com alguma semelhança com o suíno ibérico e representavam em 2004, cerca de 26 % do efectivo pecuário.

São poucas as unidades de exploração pecuária do tipo empresarial ou cooperativo que operam no país. Estas explorações localizam-se nas ilhas de Santiago, S. Vicente, Sal e Santo Antão. Trata-se quase exclusivamente de avicultura intensiva.

A produção pecuária em Cabo Verde, destina-se ao auto-abastecimento.

**Quadro 13– Evolução do Efectivo Pecuário (milhares)**

<b>Espécie</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>
<b>Bovinos</b>	19 191	21 826	21 500	22 500
<b>Caprinos</b>	109 392	112 331	110 000	112 500
<b>Ovinos</b>	5 544	9 216	8 450	9 500
<b>Suínos</b>	98 962	70 011	185 700	205 000
<b>Galináceos</b>	-	424 000	480 000	450 000
<b>Total</b>	<b>233 089</b>	<b>637 384</b>	<b>805 650</b>	<b>799 500</b>

Fonte: Diagnóstico de Segurança Alimentar, 2002; Anuário de Segurança Alimentar, 2000; FAO Statistical Database, 2005

Este facto está fortemente relacionado com a elevada proporção de população rural do país e com baixo poder de compra do cidadão. A capitação de carne (kg de carne consumida por pessoa/ano) tem estado a aumentar, segundo a FAO, 2004 os cabo-verdianos consomem em média 28,8 kg de carne, contra os 15,5 que consumiam em 1996.

O criador detém regra geral, grupos de animais (duas a cinco cabras e um ou dois porcos) e consome a maior parte dos produtos dentro do seu agregado familiar.

No que se refere aos bovinos, já existe algum sentido comercial, sendo este animal mantido como um capital de reserva para situações em que haja necessidade de recorrer a somas avultadas de dinheiro.

Os Quadros 12 e 13 mostram que a produção pecuária tem sofrido aumentos ao longo dos anos. A produção de carne, propriamente dita, aumentou de 1990 para 2005.

O sector pecuário, devido a factores limitadores, nomeadamente a falta de pasto e água, o elevado custo das rações, a existência insuficiente de animais de raças melhoradas e, o predomínio da tecnologia tradicional, vê a sua contribuição situar-se aquém das suas potencialidades.

## **2.6. Silvicultura e Florestas**

O sector florestal contribui significativamente para a segurança alimentar, embora de forma indirecta, através da luta contra a desertificação, na geração de emprego, na conservação dos recursos naturais, solo e água, do coberto vegetal e no fornecimento de lenha, do carvão e de material forrageiro.

Em 1995, 80% das áreas arborizadas estavam em zonas áridas e semi-áridas, 20% estavam em zonas húmidas e sub-húmidas de altitude (Delgado, 1998).

As áreas florestais correspondem, na sua maioria, a florestações recentes, fundamentalmente compostas nas zonas de altitude médias e baixas por *Prosopis juliflora*, embora pontualmente possam incluir *Acácia albida* e *Ziziphus mauritiana*. Nas maiores altitudes são frequentes plantações de *Eucaliptus spp.* elementos arbóreos dispersos de *Prosopis juliflora*, *Acácia holocericea* e *Parkinsonia aculeata* acompanham, por vezes os sequeiros no interior da ilha (Delgado, 1998).

Os problemas de sustentabilidade ligados à florestação tiveram grande impacto no que diz respeito às necessidades energético de uma população carente de fontes energéticas, para além da lenha (Delgado, 1998).

## Capítulo 3-Enquadramento Metodológico

### 3.1. Segurança Alimentar

A importância das questões referentes à segurança alimentar, aos mais variados níveis, é hoje, cada vez mais, uma preocupação presente na definição das políticas de desenvolvimento, muito particularmente no que diz respeito ao sector da produção agrícola e consumo alimentar. Este tipo de preocupação, embora com enfoques diferentes, é comum aos países industrializados e países menos desenvolvidos (Carvalho, 1995).

Em grande número de países em desenvolvimento este continua a ser um dos desafios mais prementes, bem assim como nos países menos desenvolvidos situados nas regiões tropicais.

Carvalho, (1996) considera a segurança alimentar como uma situação em que é possível garantir a uma população referencial o acesso adequado ao consumo de alimentos em quantidade e qualidade, em termos físicos e económicos e a uma alimentação saudável.

A expressão "segurança alimentar", inclui não só o acesso contínuo e sustentável a alimentos suficientes e de boa qualidade, por parte de todos, para uma vida activa e saudável, mas também a capacidade de controlar a produção, a distribuição e a utilização desses alimentos (Ritchie, 1998).

O Banco Mundial definiu o conceito de segurança alimentar como "o acesso permanente de todos a uma alimentação suficiente para se ter uma vida sã e sadia".

Segundo Carvalho (1996), o consumo alimentar constitui um indicador fundamental para caracterização do nível de vida de uma determinada população. A ênfase conferida às condições de acesso aos alimentos pelas famílias como condicionantes para a segurança alimentar, não significa dar como equacionada a questão da produção agro-alimentar, principalmente, quando se vai da mera oferta ou disponibilidade de alimentos, dever-se-á

considerar também os aspectos sociais, espaciais ambientais da produção e do abastecimento alimentar.

O acesso aos alimentos depende da oportunidade para os produzir directamente ou para os obter em troca de outros produtos ou serviços, baseados no acesso aos recursos, na tecnologia de produção, e nas condições ambientais e de mercado (FAO, 1996).

A alimentação e a nutrição são hoje consideradas inseparáveis do desenvolvimento, sobretudo em países deficitários, nível da oferta face a uma população crescente que não dispõe de recursos para a satisfação das suas necessidades calóricas gerais, assim como, em termos de alimentos nutritivos, enfrentando uma insegurança alimentar crónica, que é causada por um défice alimentar geral em termos quantitativos e qualitativos (ONGD-CE, 1994).

As questões de segurança alimentar assumem particular importância nesta época em que ocorrem grandes mudanças no fornecimento de alimentos às populações. Por outro lado, a produção e comercialização de alimentos têm tendência a estar concentrados num número restrito de grandes empresas; o fenómeno da urbanização, tão marcado na última metade deste século, obriga a recorrer com maior frequência a alimentos de refeições pré - preparadas, para o consumo intra e extra-domiciliário (Ministério Agricultura Pescas e Ambiente, 1999).

As preocupações dos consumidores nos países industrializados, relativamente à qualidade dos produtos que se consomem, conduziu à utilização da terminologia “segurança alimentar” no sentido de garantia de qualidade e de ausência de efeitos secundários para a saúde humana, designada de “Food safety” na terminologia anglófona (Carvalho, 2002).

A qualidade alimentar é uma das dimensões indispensáveis à qualidade de vida. É um conceito mais abrangente do que a segurança alimentar, mas pode-se afirmar que a segurança alimentar é uma condição necessária, embora não suficiente, para a obtenção da qualidade alimentar (Costa, 2002).

Uma das formas de definir desenvolvimento é dizer que se trata de um processo de mudança capaz de melhorar o bem-estar de uma determinada sociedade. É do conhecimento geral, que os problemas de acesso ao alimento, e de forma geral de falta de qualidade de vida são mais evidentes nas regiões tropicais (Carvalho, 2002).

Não é moralmente correcto defender modelos de sociedade completamente insustentáveis com níveis de consumo muito superiores às capacidades produtivas, mas tudo indica que há enormes oportunidades para melhorar a gestão de recursos de forma a se obter melhorias de bem-estar das populações (Carvalho, 2003).

### **3.2. Segurança Alimentar em Cabo Verde**

A segurança alimentar é uma condição de desenvolvimento equilibrado baseado nos recursos humanos, naturais e económicos do país.

A problemática da segurança alimentar em Cabo Verde constitui um desafio e uma prioridade do governo. Existe, a nível nacional, numerosas reflexões e estratégias sectoriais sobre segurança alimentar que urge capitalizar e tornar num todo coerente integrando os desafios da segurança alimentar na orientação das políticas macroeconómica, sectoriais e nas estratégias de luta contra a pobreza (Diagnostico de Segurança Alimentar, 2002).

Cabo Verde foi um dos signatários da Declaração de Roma e do Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação que teve lugar em 1996. Reconhecendo que o direito à alimentação é um Direito Fundamental do Homem, os chefes de Estado exprimiram a vontade política e o compromisso comum de envidar esforços para garantir a segurança alimentar para todos, erradicar a fome e, no imediato, reduzir para metade o número de indivíduos subalimentados no mundo, o mais tardar, até ao ano 2015.

Nesta óptica, o Governo procurou implementar políticas e estratégias que tivessem em conta as resoluções emanadas da Cimeira. Na perspectiva de garantir a segurança alimentar à população, o Governo definiu no Plano

Nacional de Desenvolvimento uma nova política de segurança alimentar.

A garantia de segurança alimentar, enquanto bem público essencial, é antes de tudo uma responsabilidade do Estado. Assim, foram criadas no país várias instituições habilitadas para a melhoria da gestão da segurança alimentar, designadamente, a CNASA, a DSSA e a ANSA.

A ANSA tem responsabilidades acrescidas, quer na distribuição, quer mesmo no abastecimento a nível global e local, o que exige ter meios de: Reconhecer os sinais iniciais do problema e actuar junto dos importadores e comunidade internacional de tal forma a garantir o aprovisionamento do país; permitir uma troca de informações sobre as condições vigentes durante períodos de carência alimentar em determinadas situações para que os órgãos e agentes económicos competentes possam agir e reagir, importando/ distribuindo ou recorrendo a ajudas alimentares; sensibilizar e educar o comportamento dos consumidores, de tal forma que estes possam ser eficientes decisores junto dos mercados e permitir que façam a melhor gestão possível dos recursos, designadamente em termos de uma boa alimentação.

A segurança alimentar em Cabo Verde é caracterizada por dois constrangimentos: o défice estrutural da produção nacional de alimentos, a fraca capacidade de gerar divisa para comprar alimentos no mercado internacional.

A insuficiência de recursos naturais explica a fraca capacidade de acesso ao mercado internacional. As exportações mantêm-se a um nível bastante reduzido, e o seu desenvolvimento defronta-se com problemas fundamentais, essencialmente ligados à fraca base produtiva, à irregularidade e elevado custo de transportes, à insuficiência das infra estruturas económicas, à inexistência de uma classe empresarial nacional vocacionada para a exportação (Plano Nacional Desenvolvimento, 2000).

O recurso à ajuda alimentar internacional e a importação de produtos alimentares tem sido a via encontrada para colmatar as necessidades ali-

mentares da população. A ajuda alimentar desempenha um papel crucial, pois, parte dessa ajuda é comercializada e outra parte é distribuída gratuitamente a grupos específicos.

Estando disponíveis os alimentos, quer através da importação comercial ou da ajuda alimentar, ou pela produção nacional, o problema da segurança alimentar que se põe aos cabo-verdianos é o do acesso económico dos indivíduos e das famílias aos bens alimentares disponíveis. Esta questão encontra-se em estreita ligação com a questão dos rendimentos familiares e a pobreza.

De acordo com as referências oficiais, o rendimento per capita rondava os 1764 dólares em 2003, contudo este número esconde uma forte incidência da pobreza no país. Assim, a pobreza no contexto de um país com um défice alimentar estrutural e em que mais de 75 % dos produtos alimentares são importados a segurança alimentar e nutricional das populações coloca-se como questão permanente.

A questão dos preços dos bens alimentares, também tem grande peso no acesso à alimentação. Os preços dos produtos de base obedecem a mecanismos de preços fixos e uniformes em todo o território nacional, permitindo, desta maneira, às camadas mais pobres, um acesso mais regular. Assim constata-se que para os produtos de base, os preços apresentam uma certa estabilidade e são fixados a níveis relativamente baixos. Já para os produtos hortícolas, frutas, carnes e pescado os preços afiguram-se instáveis e com muitas flutuações.

Os bens alimentares caracterizam-se, portanto, por grandes flutuações de preços com incidência negativa no poder de compra dos consumidores. Os custos de distribuição são também agravados pela insularidade do país e dispersão do território.

Para grande parte da população, particularmente aqueles que vivem nos meios rurais, sem terra ou cujos sistemas de produção são constituídos fundamentalmente por culturas de sequeiro sobretudo em zonas semi-áridas, a produção é modesta e conseqüentemente, bastante insuficiente para fa-

zer face às necessidades alimentares de uma família normalmente numerosa.

A segurança alimentar está condicionada pelo nível de rendimento das famílias mas também pelo nível das infra-estruturas disponíveis (acesso a água e saneamento básico), funcionamento dos mercados, estabilidade política e institucional e nível de educação (Jacinto, 2004).

A problemática de segurança alimentar gira quase exclusivamente à volta da questão do acesso para as populações mais pobres. Este problema não se coloca diferentemente, por exemplo, da questão do acesso à saúde ou à educação. A pobreza é o factor explicativo principal desta situação (Diagnostico de Segurança alimentar, 2002).

### 3.2.1. As tendências da Oferta, Procura e Distribuição Alimentar

De acordo com a análise do Quadro14, a disponibilidade alimentar tem sofrido aumentos significativos ao longo dos anos. Os produtos alimentares têm sofrido aumentos da sua disponibilidade, excepto o milho, em que se verifica uma diminuição da sua disponibilidade.

O arroz é o bem alimentar que no período de dez anos sofreu maiores aumentos da sua disponibilidade, passando de 9 toneladas para cerca de 27 toneladas em 2001.

**Quadro 14 – Evolução da Disponibilidade Alimentar Aparente (t)**

<b>Produtos</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Milho</b>	55 028	52 592	51 766	44 030
<b>Arroz</b>	9 253	20 335	23 847	27 407
<b>Trigo</b>	12 132	17 060	22 194	16 352
<b>Leite em Pó</b>	2 917	1 790	3 679	5 353
<b>Feijões</b>	4 791	1 533	9 775	8 970
<b>Açúcar</b>	15 437	10 344	13 265	19 797
<b>Óleo/azeite</b>	2 096	1 990	6 027	6 012
<b>Total</b>	<b>101 654</b>	<b>105 644</b>	<b>130 553</b>	<b>127 921</b>

Fonte: Anuário de Segurança Alimentar, 2000; Anuário de Segurança Alimentar, 2002

A disponibilidade alimentar de milho e feijão depende da produção nacional. Assim, em anos de boas produções as suas disponibilidades aumentam.

O consumo de bens alimentares tem sofrido um aumento significativo ao longo dos anos (Quadro 15). O consumo de milho apresenta-se um pouco instável, o que reflecte os anos de baixas produções. Contudo em termos de consumo aparente, os cabo-verdianos consumiram a mesma quantidade de milho num período de dez anos, e aumentaram o consumo de arroz em cerca de 15%, passando de 45 kg para 52 kg por pessoa.

Relativamente aos feijões, o consumo aparente per capita, aumentou em comparação com o ano de 1990. Em 2001, cada cabo-verdiano consumia em média quase 22 kg das diversas variedades de feijões.

Relativamente ao arroz a situação é diferente, como não há produção interna, o consumo deriva todo da importação comercial ou das ajudas alimentares.

**Quadro 15 – Consumo Aparente per capita (em Kg ou lt por habitante/ano)**

<b>Produtos</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Milho</b>	124,27	100,42	128,07	125,6
<b>Arroz</b>	45,33	48,85	54,38	52,2
<b>Feijão</b>	8,33	3,52	24,53	21,7
<b>Açúcar</b>	33,64	36,12	38,90	29,6
<b>Leite em Pó</b>	4,30	2,55	8,74	11,9
<b>Óleo Alimentar</b>	8,07	8,40	14,44	14,3

**Fonte: Anuário de Segurança Alimentar, 2000; Anuário de Segurança Alimentar, 2002**

Os dados evidenciam um aumento do consumo de arroz bastante significativo. Pode-se verificar, através dos dados, a dependência do país em relação ao exterior. Os bens alimentares básicos, provêm quase todos do exterior através da importação.

O consumo de cereais aumentou consideravelmente ao longo de dez anos, passando de 169,6 kg/ habitante / ano para 182,45 kg/ habitante/ ano. Este aumento deve-se em parte ao aumento do consumo de arroz.

O leite em pó e o óleo alimentar sofreram também um aumento significativo, passando o leite em pó de 4 kg para 12 kg e o óleo de 8 lt para 14 lt/habitante / ano.

O consumo de produtos de origem animal está estimado em 28,8 kg de carne, 25 lt de leite e 90 unidades de ovos. O consumo de peixe situa-se nos 23 kg *per capita* por ano (Ministério Agricultura, Alimentação e Ambiente, 1999).

De salientar que este consumo varia segundo o poder de compra das famílias o que quer dizer que a distribuição do consumo em volta da média nacional depende do poder de compra das populações. Assim, a quantidade e a qualidade variam com o poder económico das famílias.

As pessoas com maior poder de compra consomem carne de vaca e frango, mas os preços relativamente elevados tornam o seu consumo proibitivo para a maior parte das famílias.

Contudo, é de salientar que o consumo da carne de frango está a ganhar terreno devido ao aumento da produção e a uma certa diminuição dos custos de produção o que permite a prática de preços mais acessíveis.

O pescado é considerado como uma das principais fontes de proteína animal consumidas em Cabo Verde. Verifica-se uma progressão lenta no consumo do pescado devido a constrangimentos vários ligados à falta de meios de conservação, e ao deficiente circuito de comercialização inter-ilhas. Os preços são acessíveis, contudo tem-se verificado no mercado da Praia preços em média, 20 % superiores aos praticados em Mindelo.

Muito embora se diga que a produção de carne e peixe, frutas e hortaliças possa cobrir as necessidades de consumo, nota-se que a satisfação nacional destes produtos está directamente ligada à procura, que, por sua vez, encontra-se em estreita ligação com o nível de rendimento das famílias.

Através da análise aos resultados do Inquérito às Famílias sobre as Despesas e Receitas, realizado em 1988, constatou-se que o consumo de carne e de peixe absorve 8 a 10 % do valor global do consumo de alimentos das famílias.

A nível de frutas e hortaliças (proteínas vegetais, vitaminas e minerais), o consumo atingia 12 e 22% do consumo total. Esta situação leva a inferir sobre as consequências negativas que o referido consumo (baixo) tem sobre o estado nutricional das populações.

O referido documento refere que a alimentação absorve cerca de 54 % das despesas totais que, adicionadas às despesas com a habitação, constituem 2/3 das despesas familiares. Entretanto, é de notar que as despesas com a alimentação, diminuem significativamente em zonas urbanizadas.

A estabilidade do aprovisionamento, com um abastecimento regular do país e a sua disponibilidade nas diferentes ilhas em produtos alimentares essenciais é garantida pela ANSA (Agência Nacional de Segurança Alimentar). A abertura gradual do regime económico (normas de comércio e de importação) criando oportunidades comerciais e estabelecendo um quadro normativo que garantisse o bom funcionamento do mercado, permitiu que o país passasse a garantir a segurança alimentar através do sector privado, e através de uma agência de regulação, normalização garantia de abastecimento e distribuição (Carvalho, 2006).

### **3.3. Contribuição da Produção Local para a Segurança Alimentar**

O aprovisionamento do mercado nacional em produtos alimentar base, efectua-se através da produção nacional, da ajuda alimentar e da importação comercial. É de salientar o facto de ainda Cabo Verde continuar a ser muito dependente da importação e da ajuda alimentar para cobrir as suas necessidades alimentares. Contudo, é de referir que a produção nacional em produtos alimentares básicos tem assumido uma enorme importância na garantia de segurança alimentar das populações.

A produção nacional no ano 2000 teve uma participação importante no aprovisionamento do mercado de produtos alimentares de base, contribuindo com 25,2 % (Ministério de Agricultura e Pescas, 2001).

O consumo calórico - proteico, segundo o balanço alimentar com base nos diferentes segmentos do abastecimento alimentar do mercado, aponta para uma média de consumo *per capita* e 3655,3 Kcal/dia, 96,4 g de proteínas/dia (Diagnostico de Segurança Alimentar em Cabo Verde, 2002).

Importa realçar que os produtos de origem vegetal tiveram uma maior contribuição na disponibilidade energética, oferecendo diariamente cerca de 89,7% de calorias, 75,5% de proteínas e 71,5% de gorduras.

A contribuição da produção nacional para o balanço energético no ano 2000, foi de 31,1% em termos calóricos (Ministério de Agricultura e Pescas, 2001). Para esta contribuição energética teve uma enorme importância a produção agrícola que nesse ano foi excepcional.

A taxa de dependência alimentar do mercado durante o referido ano foi de 57,3%. Estima-se que foram consumidas cerca de 236,519 t de bens alimentares, das quais 42,7% refere às quantidades provenientes da produção nacional (Ministério de Agricultura e Pescas, 2001).

### **3.4. Os Modelos de Consumo Alimentar**

A evolução da ciência dos alimentos está intimamente relacionada com a história da alimentação humana. Ao longo desta, ocorreram várias “revoluções” alimentares que também foram sociais, técnicas e culturais.

Do ponto de vista alimentar, constata-se que a demografia foi, sem dúvida, a variável para a estratégia da mudança, determinando ao mesmo tempo, o volume das necessidades e as estruturas essenciais das forças produtivas.

Segundo Malassis (1993), as sociedades estruturam-se e reestruturam-se, modificando deste modo, as condições sociais e tecnológicas de obtenção de alimentos.

Na região mediterrânica-europeia, distinguiram-se três grandes períodos alimentares de tal modo diferenciados que os podemos classificar em “idades alimentares” : a idade pré-agrícola, a idade agro-pastoril e a idade

agro-industrial.

A idade pré-agrícola, a dos povos recolectores-caçadores, caracteriza-se essencialmente pela apanha de alimentos a partir dos ecossistemas naturais.

Iniciou-se com o aparecimento dos primeiros homínídeos (*Australopiteco* e *Homo habilis*) na África oriental, pensa-se que há cerca de 3 milhões de anos, e prosseguiu até à passagem à actividade agrícola, cerca de 11 mil anos antes da nossa era.

O grande recolector-caçador foi o *Homo erectus* que, há cerca de 1 milhão de anos atrás, adquiriu a posição ortostática permitindo-lhe alcançar os frutos das árvores e mover-se mais facilmente para caçar os animais.

Durante este período, o conhecimento mais importante, foi o domínio do fogo que ocorreu há cerca de 1 milhão de anos em África e 500 mil anos, na Ásia (Braidwood, 1960).

Este constitui um factor de desenvolvimento humano notável dando lugar à primeira revolução dos hábitos alimentares, a da passagem do consumo do alimento cru ao consumo do alimento cozinhado.

Levis-Strauss (1965), afirmou que enquanto a actividade da caça grossa sociabilizou a “obtenção do alimento” através da organização dos caçadores em grupo, a cozedura, ao proporcionar a preparação da refeição colectiva, conduziu à socialização do consumo.

Na idade agro-pastoril, que se iniciou na Europa cerca de 5000 a. C. e que prosseguiu até ao final do século XVIII, a actividade agrícola constituía a base da alimentação humana.

Os habitantes das montanhas do Crescente Fértil (Síria, Curdistão e Palestina) por volta de 8000 a.C. após um processo de progressiva diferenciação e especialização cultural, atingiram um tal grau de conhecimento do seu habitat que começaram a “domesticar” as plantas e os animais que antes colhiam e caçavam (Braidwood, 1960).

Estas actividades agro-pastoris foram-se desenvolvendo de leste para oeste da seguinte forma: partindo do Próximo Oriente, atingiram muito cedo, a Grécia; em seguida, a Europa Central, através das correntes mediterrânica e danubiana, entre 5000 e 4000 a.C., e finalmente, a Europa Ocidental, entre 4000 e 2800 a.C.

As espécies fundadoras da agricultura mediterrânica -europeia provieram do Médio Oriente tendo sido recenseadas cinco espécies animais (cão, porco, cabra, carneiro e o boi) e sete espécies vegetais (trigo, cevada, ervilha, grão -de- bico, lentilha, ervilhaca e linho (Malassis, 1993).

Os cereais que iriam mais tarde representar o recurso alimentar principal nesta região, não cresciam espontaneamente na Europa.

Do Neolítico até ao século XV, o grupo das espécies fundadoras foi-se enriquecendo com algumas espécies novas, como o centeio, aveia, sorgo, trigo moirisco e arroz; intensificou-se a cultura da vinha e de árvores de fruto e a produção de legumes contribui para a diversificação alimentar.

Por outro lado, a domesticação animal levou a um consumo crescente do leite, produtos lácteos e ovos.

É deste modo que se caracteriza o modelo de consumo alimentar da região mediterrânica-europeia, oriundo da revolução agrícola do Neolítico (não obstante algumas diferenças entre o norte e o sul).

Nos séculos XV e XVI, a época dos Descobrimentos lança as bases da segunda revolução alimentar, de grande amplitude no plano geográfico. As viagens entre continentes (Europa, África e, mais tarde, América) e os movimentos migratórios, permitiram trocas de plantas, animais e a aquisição de novos hábitos alimentares e costumes, alterando, de forma irreversível, a geografia alimentar (Braudel, 1983).

A diversificação alimentar não se realizou apenas através da mudança da base agrícola, aconteceu também, pelo desenvolvimento dos sistemas de trocas comerciais e de transportes (comboio, e barco a vapor) que veio ocorrer, mais tarde no século XIX.

A idade da agro-indústria foi marcada pela participação crescente da indústria na actividade agrícola (Costa, 1996). Apesar desta ter continuado a desempenhar um papel insubstituível, foi desenvolvida uma super-estrutura industrial e comercial que veio a ter mais peso relativo nas despesas alimentares dos consumidores do que a agricultura propriamente dita.

Do ponto de vista alimentar, as mudanças observadas resultaram da intervenção de vários factores, como sejam, o surgimento de um novo conceito de agricultura intensiva (mais forragens, mais gado, mais estrume, mais cereais), o papel crescente das ciências no desenvolvimento agro-alimentar, a generalização da economia alimentar mercantil e a participação crescente da indústria nos processos de produção agrícola e alimentar (Malassis, 1993).

Alguns acontecimentos científicos possibilitaram mudanças relevantes no processamento dos alimentos. Assim foi possível a sua industrialização através dos contributos científicos de Nicolas Appert que, no início do séc. XIX aperfeiçoou os estudos sobre esterilização e de Pasteur que, cerca de 1860, conferiu uma base científica à prática de pasteurização.

Surgiram novos produtos alimentares como as conservas, semi-conservas e pasteurizados. Por outro lado, a criação da cadeia de frio, que se estendeu aos lares pelo uso de frigoríficos e congeladores, também alterou de forma evidente as condições da distribuição e do consumo alimentar.

Este fenómeno designa-se por “evolução moderna dos consumos alimentares” que é caracterizado pelo facto de grande parte dos alimentos consumidos actualmente provirem da transformação industrial de matérias-primas naturais (Vaz de Almeida, 1997).

Nas últimas décadas, em virtude de se ter registado um aumento dos rendimentos familiares, a capacidade de consumo aumentou, o que desencadeou, por sua vez, a produção e a distribuição em massa.

Em termos nutricionais, registaram-se algumas substituições nos grupos alimentares: os alimentos de custo mais elevado (carnes, produtos lácteos,

frutas e legumes) substituíram, em parte, os de custo inferior (cereais e legumes secos) e a proporção de calorias animais aumentou na dose diária.

A estrutura nutricional evoluiu no sentido de um aumento da proporção de proteínas (a era do bife) e, sobretudo, no de uma substituição dos glúcidos pelos lípidos.

De um modo geral, os produtos industrializados têm vindo a conquistar os consumidores, nomeadamente os “produtos-serviços” (produtos que reduzem o trabalho doméstico) aumentando o desperísimo alimentar nalguns grupos sociais.

Podemos referir que o modelo de consumo alimentar que caracteriza a idade agro-industrial, no hemisfério ocidental, é sobretudo um modelo mercantil, o que significa que a economia alimentar está totalmente integrada na economia global, sendo que a adopção deste modelo procede dos mecanismos de mercado e dos preços relativos tendo em conta os orçamentos dos consumidores.

### **3.5. Factores que Condicionam as Escolhas dos Alimentos**

Ser comestível ou constituir uma fonte de nutrientes não é critério único para uma substância ser considerada um alimento. O acto de comer não se traduz só em fornecer nutrientes ao organismo nem as pessoas escolhem os alimentos somente pelo seu teor em determinados nutrientes. Na realidade, as escolhas alimentares são na maioria das vezes irracionais e resistentes à mudança.

Entre outras razões, existem as preferências pessoais, os hábitos ou tradições, a pressão social, a disponibilidade à conveniência, a economia e o valor nutricional (Wordlaw, 1998).

Uma das poucas razões inatas para gostar de determinados alimentos, consiste na preferência por certos sabores (adocicado ou salgado). Outra, já mais subjectiva, poderá ser porque eles transmitem associações felizes:

alimentos em férias em famílias, na infância quando preparados por pessoas por quem existe afecto, ou alimento preferido por pessoas que são alvo de admiração. Os factores não biológicos são de tal modo importantes que, do vasto conjunto de produtos potencialmente edível, em qualquer zona, só é considerado alimento um grupo mais restrito.

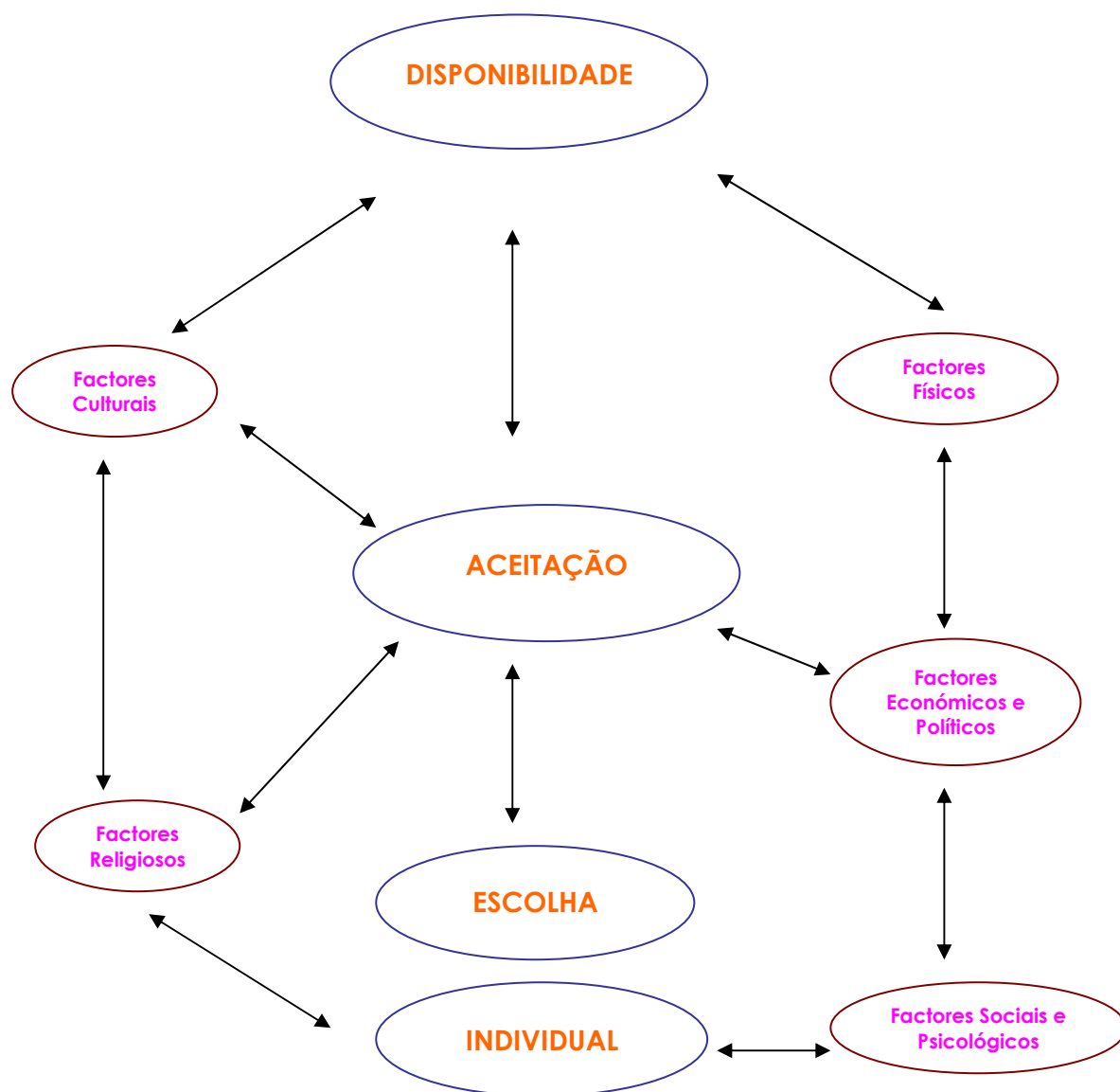


fig.1 - Factores que Condicionam as Escolhas dos Alimentos (Fonte: Fieldhouse, (1995))

Esta distinção entre o que é ou não um alimento é influenciada por factores que se estruturam a partir dos conceitos de disponibilidade e aceitação (fig.1).

### **3.6. O Comportamento dos Consumidores**

A segmentação dos mercados, a estrutura de produção e o comportamento de consumidores pode criar situações paradoxais em termos sectoriais. Isto, é possível encontrar no mesmo país e no mesmo sector, num processo de mudança rápida, situação de grande expansão e de enorme crise simultaneamente (Carvalho, 2002).

A melhoria da situação alimentar tem forçosamente que passar por um aumento da capacidade de produção de alimentos ao nível da propriedade agrícola, mas também por todo um conjunto de actividade de distribuição e transformação, e muito especialmente pela própria alteração do sistema de consumo.

Estudando tendências e padrões de comportamento das economias no processo de mudança podem-se acrescentar elementos importantes para melhor equacionar os problemas de segurança alimentar ao nível dos países menos desenvolvidos. Segundo Carvalho, (1998) distinguem – se normalmente três fases distintas na evolução pela qual um determinado país tende a passar:

I Fase – Nesta fase incluem-se os países nos primeiros estágios de desenvolvimento, antes de se verificar uma aceleração na capacidade de produção e do crescimento populacional. Nesta fase existe relativo equilíbrio entre a oferta e a procura de produtos alimentares sem grande recurso a importações alimentares. O aumento populacional é facilmente compensado com a expansão da área de cultivo e aumento do factor “trabalho” nos sistemas de produção agrícola existentes.

II Fase - Esta fase é caracterizada por um rápido crescimento da procura, que normalmente acaba por superar a capacidade de crescimento da oferta.

Às altas taxa de crescimento populacional adiciona-se a aceleração do crescimento do país que pode permitir um aumento do rendimento *per capita*. A elasticidade rendimento para o consumo alimentar é muito grande (entre 0,7 e 0,8), o que se traduz num aumento da procura efectiva a taxas que são dificilmente compensadas por um aumento na capacidade de produção. O resultado é, normalmente o recurso à importação.

A terceira fase estabelece-se claramente quando o crescimento da procura se anula quase por completo, enquanto o crescimento da capacidade produtiva se mantém a níveis elevados. Esta situação caracteriza o que vem ocorrendo nos países industrializados com taxas de crescimento populacional próximos de zero e elasticidade rendimento da procura muito inelástica para a alimentação, principalmente em termos quantitativos.

A grande maioria dos países ditos menos desenvolvidos, localizados em regiões tropicais e subtropicais encontram-se na segunda fase (Carvalho, 1996).

É preciso relembrar que a procura alimentar cresce em função de dois tipos de factores, partindo do princípio que não existem mudanças de preferências substanciais: o crescimento da população, e o crescimento do rendimento *per capita*. Os países de baixo rendimento *per capita* traduzem quase todo o seu aumento de rendimento em aumento de procura de alimentos.

A actividade de consumo, ao nível do consumidor envolve em si mesmo uma actividade de produção, uma vez que se trata de um processo de transformação de bens e serviços em utilidade. Em síntese o denominador comum a toda a actividade humana é a utilidade que essa actividade pode proporcionar directa ou indirectamente (Carvalho, 1998).

No processo de consumo, a procura por bens e serviços é uma procura derivada. Assume-se que o consumidor tem ordem de preferências de características ou vectores de características cujo conjunto escolha se encontra limitado por um conjunto de restrições numa determinada situação, de que se destaca claramente as restrições orçamentais.

Lancaster, (1966) considera a tecnologia de consumo como a relação entre bens de um lado e características de outro. O produto a consumir é definido por um conjunto de variáveis (atributos) das quais fazem parte características intrínsecas (específicas ou não) ao produto propriamente dito, mas também todo um conjunto de outras características que lhe são adicionadas, seja no moldar da sua forma, seja na qualidade de apresentação, seja na sua disponibilidade no espaço e no tempo para consumo.

A utilização de modelos hedónicos no âmbito dos problemas alimentares de desenvolvimento económico e segurança alimentar de um país com carências alimentares, apontando para a necessidade de se intervir de forma apropriada para promover o desenvolvimento sustentado, não deixa de apontar o caminho que se pode ser seguido, na análise do comportamento do consumidor, não só do ponto de vista da sua eficiência mas também para identificação de inovações que possam ir ao encontro de atributos desejados e ainda não disponíveis e/ou cujos preços não permitam ainda a sua inclusão no conjunto de escolha eficiente do consumidor (Carvalho, 1998).

### **3.7. Os Padrões de Consumo Alimentar**

A expressão "padrão alimentar" engloba, para além da escolha de alimentos, os métodos de preparação e confecção, número, composição, estrutura, tipo e horário de refeições. Esta definição permite a descrição dos hábitos alimentares como parte integrante de um padrão cultural coerente, no qual cada costume e prática desempenham um papel (Vaz de Almeida, 1997).

Os padrões alimentares de um grupo sustentam a identidade colectiva, posição na hierarquia, na organização social, mas também, determinados alimentos são centrais para a identidade individual (Fischler, 1988; Sueli, 2001).

A socialização alimentar envolve a familiarização do indivíduo com as categorias alimentares, pré - determinadas pela cultura de onde provém. Esta sociabilização é contínua e nela podem colaborar factores como a publici-

dade, os media, os profissionais, as instituições do estado, os movimentos ideológicos e religiosos e até o mesmo individuo, isto significa que as preferências e símbolos alimentares não são necessariamente entidades estáticas (Fischler, 1988; Beardsworth, 1997).

Os hábitos alimentares são transmitidos de geração em geração através de um processo de aculturação que consiste na aprendizagem através da geração mais velha que induz e compele a mais nova a adoptar os modos tradicionais de pensar e agir. Os padrões antigos não são replicados exactamente da mesma forma pois vão incluindo novas tendências e comportamentos trazidos pelos mais jovens através dos seus processos de crescimento e autonomia. Podemos então dizer que os hábitos alimentares são resistentes à mudança, mas por outro lado, estão em mudança constante.

Existem valores que expressam a dimensão cultural e simbólica da alimentação. A acção de, em instâncias extremas a população enfrentar a fome ao invés de se comer alimentos aceitáveis, mas que para uma cultura específica não o são. Também ocorre que determinados alimentos podem portar carga simbólica negativa (associações com doença, imoralidade, profanação ritual, etc.).

Os hábitos alimentares mudam pouco, mas não deixa de ser importante a questão cultural do tradicionalismo alimentar, pois é nos gostos alimentares onde se encontra a marca mais forte e mais inalterável das aprendizagens primitivas (Bourdieu, 1979).

Nos anos 80, Malassis e Padilla propuseram-se classificar os regimes alimentares em função da contribuição energética fornecida por oito grupos de alimentos:

1. Cereais, raízes e tubérculos;
2. Leite e derivados;
3. Leguminosas secas;
4. Carne e ovos;
5. Pescado;

6. Matérias gordas e oleaginosas;
7. Hortaliças e fruta;
8. Açúcar e mel;

Assim, baseados na média de consumo do conjunto de países desenvolvidos com economia de mercado, os autores determinaram oito modelos de consumo alimentar fundamentais no Mundo:

- 1) Anglo-saxónico, 2) Europeu continental, 3) Escandinavo, 4) japonês, 5) Mediterrânico, 6) Leste Europeu, 7) Uruguaio, 8) Tradicional.

O regime mediterrânico, que caracteriza o padrão alimentar dos países do Sul da Europa, entre eles Portugal, inclui grupos de alimentos como cereais, raízes, tubérculos, leguminosas secas, hortaliças e fruta e, no caso particular de Portugal e Espanha, o pescado, em consumo elevado.

De um modo geral pode dizer-se que, do ponto de vista alimentar, o regime mediterrânico se caracterizava por uma certa frugalidade, em que o pão, o vinho e o azeite, formavam a trilogia da alimentação, aos quais juntavam os produtos da horta, dos animais de pastoreio e leguminosas bem como, em alguns casos, o pescado. Do ponto de vista nutricional, caracterizava-se por baixo consumo de gorduras saturadas, elevado mas razoável de ácidos gordos mono e polinsaturados e elevado de fibras e hidratos de carbono de absorção lenta. Este regime alimentar tem-se alterado consideravelmente ao longo das últimas décadas, embora de modo heterogéneo nas diferentes regiões (Vaz de Almeida, 1994).

O carácter eminente da nutrição e a condição biológica e psicossocial do homem estão estritamente relacionados com o seu estado de saúde e estilo de vida nos quais a alimentação desempenha um importante papel para uma boa qualidade de vida do ser humano. Para se conseguir estes aspectos tão necessários para a adopção de adequados estilos de vida, torna-se necessário um incremento de acções conjuntas de investigação e educação em relação com a alimentação e a nutrição.

Alguns dos pontos mais relevantes que devem ser analisados nos estudos de hábitos alimentares são as dimensões simbólicas e culturais das questões ali-

mentares, as variações nas diferentes etapas da cadeia alimentar, os gostos a transmissão de costumes de uma geração para outra, o conservadorismo alimentar, a exploração dos recursos disponíveis e a adaptação ao meio ambiente (Pedraza, 2004).

### **3.8. Os Hábitos Alimentares em Cabo Verde**

Desde sempre o arquipélago de Cabo Verde se deparou com o problema da falta de chuvas regulares, o que condicionou bastante a alimentação da população, uma vez que não permitia a diversidade nem a abundância de produtos agrícolas.

“Pela intensidade do tráfego marítimo, pela pouca rentabilidade agrícola dos seus solos delgados impróprios para a produção de cereais e ainda porque a cultura de algodão (moeda de troca na costa da Guiné) desincentivava outras de menor rentabilidade imediata, Cabo Verde importava praticamente todo o seu pão para além do azeite e do vinho” (Torrão, 1995).

“Mas não foram apenas os europeus a levarem a sua dieta alimentar para as ilhas, o mesmo sucedeu com os africanos. Os senhores importavam da costa da Guiné, o milho e o arroz, como forma mais barata e prática de alimentar a escravatura “ (Torrão, 1995).

O exemplo da alimentação da população europeia das ilhas, de Cabo Verde é paradigmático de uma tentativa de manutenção em termos tropicais de hábitos alimentares mediterrânicos (Torrão, 1995).

Como não existiam condições que possibilitassem o desenvolvimento industrial, em alternativa à agricultura, o cabo-verdiano virou-se para a emigração.

Se por um lado o emigrante transporta consigo hábitos tradicionais da sua terra, por outro, assimila vivências e costumes do país hospedeiro, numa aculturação que acaba por transportar no seu regresso à terra.

Também, face a um imaginário ligado à emigração, os seus conterrâneos procuram imitá-lo ocasionando, assim, mudanças nos hábitos alimentares. As modificações registadas ao nível da alimentação resultaram de uma conjugação entre as alterações impostas pelo desequilíbrio ecológico, a emigração e a comunicação social (Filho, 1996).

Porém, estes factores afectaram sobretudo, a alimentação dos grupos sociais mais desfavorecidos, visto que os grupos privilegiados possuíam uma formação e poder económico que, desde sempre, lhes permitia uma alimentação com base na quantidade, qualidade e diversidade dos alimentos.

As restrições ao elevado consumo dos produtos básicos tradicionais coincidiram, ultimamente, com o maior poder económico adquirido por muitas famílias, através das remessas dos emigrantes para a Europa nos anos sessenta.

A escassez de produtos oriundos da agricultura local obrigou ao recurso a uma política de importação para suprir as necessidades básicas.

Neste sector o emigrante teve também influência, porque para além dos produtos tradicionais, estimulou a procura das novidades introduzidas pelos emigrantes, levando à importação selectiva dos mesmos de acordo com o seu peso nas alterações ocorridas.

A zona rural está a sofrer um certo abandono. Na tentativa de mudar de vida, a população se desloca para os centros urbanos, sofrendo assim influências do tipo de alimentação praticada nos meios urbanos.

A comunicação social também influencia a mudança dos hábitos alimentares. Há que ter em conta que é justamente nas zonas urbanas que a acção dos "mass-media" se mostra mais eficiente, contribuindo para a diversificação na maneira de utilizar produtos, motivo porque nelas acontece uma mudança mais acentuada em todos os níveis da socialização, incluindo a alimentação.

Verificou-se, assim, a divulgação de produtos anteriormente utilizados de uma forma restrita e mesmo a utilização de novos produtos. Nestas circunstâncias e acompanhando a evolução natural provocada pela passagem do tempo, também os hábitos alimentares do povo cabo-verdiano, têm vindo a alterar-se devido a influências várias.

A título exemplificativo, cite-se o facto das publicações que chegam a Cabo Verde incluírem receitas de culinária com diversas origens, que a curiosidade das famílias com mais posses aguçam a sua experimentação e posterior divulgação no seu meio social, fazendo com que, ao fim de algum tempo, uma receita estrangeira acabe por ser integrada na cozinha local (Filho, 1996).

Como cada região sofre influências diferentes e tendo presente que cada uma das ilhas do arquipélago tem as suas características específicas, cite-se o facto da ilha de São Vicente ter acolhido uma significativa colónia inglesa (ligada a companhia fornecedora de combustível à navegação e ao cabo submarino), cujas influências acabaram por repercutir-se na alimentação das elites do meio mindelense, ao imitarem ou tentarem adaptar as ementas dos ingleses (Filho, 1996) .

Por outro lado, se compararmos, no passado, a tendência para o tipo de alimentação relativamente às ilhas de São Vicente e Santiago, verifica-se que enquanto a primeira, talvez pela escassez de produtos locais, utilizava regra geral, uma alimentação do tipo frugal, o mesmo não acontecia com a ilha de Santiago, ilha possuidora de maiores potencialidades agrícolas e que sempre teve a disposição géneros agrícolas com certa abundância, onde prevalecia conseqüentemente, a quantidade à diversidade.

No âmbito das mudanças verificadas na cozinha tradicional cabo-verdiana, começaremos por salientar o problema dos combustíveis. Nas zonas rurais antes utilizavam a lenha e a bosta, mas devido á falta de chuvas que fizeram escassear não só a vegetação como também o gado, com conseqüências negativas nos combustíveis tradicionais, passou a haver a necessidade de,

progressivamente, substituir a lenha e a bosta pelo petróleo, gás e electricidade.

Acompanhando essa mudança nos combustíveis verificaram-se alterações no uso dos utensílios domésticos, de modo a aproveitar melhor as novas fontes de energia. De entre as modificações ocorridas nos últimos tempos saliente-se a introdução dos electrodomésticos que vieram facilitar as tarefas domésticas.

Sublinhe-se o caso do frigorífico que, além de conservar os alimentos durante mais tempo, permite ter uma maior reserva de produtos à disposição. A vulgarização da panela de pressão, também, na cozinha cabo-verdiana, permitiu cozer os alimentos mais rapidamente, poupando-se desta forma, combustível que é bastante caro.

No interior das ilhas é mais reduzida a utilização de electrodomésticos por não haver energia eléctrica. Nalguns casos existem geradores particulares adquiridos principalmente pelos emigrantes. A importação de electrodomésticos alargou a diversidade de confecção e introduziu maior higiene, conforto e comodidade.

No que se refere aos alimentos, o milho surgiu sempre em primeiro lugar no quotidiano dos cabo-verdianos, desde a altura da sua introdução no arquipélago (Torrão, 1995). Era a base de uma dieta alimentar pouco diversificada mas com variantes consoante as maneiras como preparavam, sendo os pratos, também, complementados com feijões, mandioca, ou batata-doce. É neste contexto que o milho e o feijão surgem de novo associados num dos pratos tradicionais de Cabo Verde, a “cachupa”.

Quando o milho e feijão estão secos, são arrancados juntamente para servirem de alimento aos animais de “ao pé-da-porta”.

### **3.9 Mercados e Preços de Bens Alimentares**

O consumo de alimentos depende tanto da disponibilidade no mercado dos produtos, reflectido nos seus preços, e do orçamento individual de cada família (Carvalho, 2006).

O mercado a funcionar bem é uma das melhores garantias para que estejam reunidas as condições para gerar crescimento e para aumentar as oportunidades para os mais pobres.

A segurança no abastecimento de produtos básicos de alimentação tem sido sempre uma preocupação dos governos de Cabo Verde. A garantia de abastecimento nas últimas décadas foi conseguida através da existência de uma empresa pública, a EMPA que tinha por missão adquirir e distribuir os alimentos básicos e outros produtos essenciais no país. As mudanças e as políticas económicas mais adequadas ao desenvolvimento do país, com abertura política a um sistema democrático do tipo ocidental, conduziu a que se perspectivasse uma solução que tivesse por base a iniciativa privada e em que o estado cumpriria a sua missão através de sistemas indirectos de intervenção, de tal forma que o mercado pudesse funcionar devidamente. É neste contexto que a partir de 2002, se passa a dispor de uma agência de regulação no sector alimentar com a criação da ANSA, Agência Nacional de Segurança Alimentar (Carvalho, 2006).

A questão dos preços dos bens alimentares também tem grande peso no acesso à alimentação. Em Cabo Verde, os preços dos produtos de base obedecem ao mecanismo de preços segundo as leis de mercado.

Assim, pode-se constatar que para os produtos de base, os preços apresentam uma certa estabilidade a níveis relativamente baixos. Os produtos hortícolas, frutas, carnes e pescado os preços afiguram-se instáveis e com muitas flutuações.

Os preços de venda a grosso e retalho dos produtos de base (arroz, milho, farinha de trigo, açúcar e óleo) mantêm-se ainda a níveis quase inalteráveis e uniformes em todo o território. Para outros bens alimentares importados como

o feijão manteiga, o café, o leite e a batata, entre outros, a comercialização foi liberalizada. É de referir que os preços observados no mercado são pontualmente superiores aos preços máximos, sobretudo a nível do mercado retalhista. Verifica-se que os preços nas localidades mais distantes são agravados pelos custos de transporte.

O inquérito sobre despesas das famílias, realizado em 1988 pelo INE, referiu que o “grupo alimentação” absorve 2/3 das despesas das famílias, seja qual for o meio de residência. No entanto, é de notar que o peso relativo às despesas da alimentação, diminui significativamente com o grau de urbanização. Assim, se nas zonas rurais a alimentação absorve 61,3 % do total das respectivas despesas, nas zonas semi-urbanas e urbanas corresponde a 49 % e 43 %.

No comércio interno abundam os pequenos comerciantes (*rabidantes*), que actuam numa postura tradicional, com grande mobilidade e de grande importância nas zonas não urbanas. Existe um sistema de “comércio fixo” constituído por lojas polivalentes de grande importância em zonas rurais e povoados de pequena dimensão. Nos principais centros urbanos aparecem já os minimercados e centros comerciais a funcionar de forma moderna e criando uma competição de preços altamente favorável ao consumidor.

A partir do Quadro 16, pode-se evidenciar o preço de alguns bens alimentares. Pode-se constatar que a carne e o peixe (médio ou grosso) assumem preços proibitivos para a maioria da população, enquanto que o arroz e o leite parecem bens acessíveis a algumas das bolsas. De acordo com o Jornal Expresso de 2006, o preço total do cabaz alimentar ronda os 8 mil escudos CV, o que corresponde aproximadamente a 73 Euros.

**Quadro 16 - Preços médios de bens alimentares (2004) Kg /lt (ECV)**

<b>Bens</b>	<b>Preços</b>
Arroz agulha	52,60
Arroz carolino	44,90
Milho 1ª	29,70
Milho 2ª	24,50
Milho local	55,40
Farinha Trigo	45,50
Pão	10,00
Leite Pó (2Kg)	929,20
Leite fresco	120,00
Óleo alimentar	103,40
Azeite	446,10
Batata comum	89,10
Batata-doce	113,30
Mandioca	242,10
Feijão congo	162,30
Carne vaca	899,00
Carne frango	310,60
Peixe miúdo	194,50
Peixe médio	530,30

**Fonte: INE, 2004** **Nota- 1 ECV=0,009 Euros**

Analisando o preço de alguns bens alimentares, o milho local chega a apresentar um preço médio duas vezes superior ao do milho importado de primeira categoria. No caso do milho é importante sublinhar que o mercado do milho local se consubstancia como um mercado diferenciado do mercado do milho importado, cuja lógica estará muito dependente da produção local e do comportamento dos produtores, ou seja da sua disponibilidade ou não em colocar o produto no mercado, em função dos preços desse mercado mas também em função do seu “preço implícito” para consumo próprio (Carvalho, 2006).

Salienta-se o preço da batata comum que é inferior ao preço da batata – doce que é produzido localmente. A mandioca também assume preços muito elevada para a maioria da população.

É de realçar que existe no país uma enorme estabilidade de preços, contudo merecem destaque alguns bens alimentares que sofreram algumas alterações nos seus preços (crescimento de preço lento), nomeadamente a carne o peixe, as hortícolas e frutas, que reflectem provavelmente o aumento da pro-

cura que aumento do nível de vida e rendimento disponível tem provocado nas populações.

### **3.10 A Situação Alimentar Mundial**

#### **3.10.1 A Fome**

A palavra fome comporta vários significados. Diz respeito ao indivíduo, à comunidade, mas também à sociedade no seu todo; e este aspecto colectivo da fome continua a ser um dos problemas cruciais da humanidade (Félix, 2000).

As questões relativas a pobreza (causa primária da fome), são também questões de igualdade. Mas a sua redução nem sempre é defendida do ponto de vista ético.

Neste contexto, está em causa a preservação da vida mas também a dignidade e o valor humano. O pobre é um ser dependente e desprotegido sem capacidade para exprimir as suas vontades. Por isso, nunca é demais frisar, que a problemática da fome não é uma questão de caridade, mas sim de justiça (Ferrão, 1992).

É necessário uma reflexão acerca das condições alimentares dos mais vulneráveis, cuja sobrevivência económica necessita de uma protecção especial.

Apesar, de ser em África, e em alguns países da Ásia e da América Latina, que a maior parte da população continua a existir à margem de uma nutrição adequada, comprometendo o desenvolvimento humano, a fome colectiva é um fenómeno geograficamente universal (Castro, 1948).

Não podemos ignorar o crescimento de estratos socialmente excluídos também em países desenvolvidos, fruto sobretudo de medidas de ajuste económico que vêm provocando o aumento do desemprego e a debilidade das políticas sociais.

Apesar das epidemias de fome em que morriam milhares de pessoas por falta de alimentos, existe outro tipo de fome que se instala com pouca percepção porque não se revela facilmente; é a chamada “fome oculta” (Ferrão, 1990) ou subalimentação que se manifesta através de carências específicas de um ou outro elemento por vezes decisivo no comportamento humano (Cépède e Gaunelle, 1997).

Concentramos o nosso estudo em África, continente que se encontra em nítida expansão demográfica e onde se diagnosticam problemas socio-económicos graves, que têm condicionado seriamente a segurança alimentar dos seus povos.

Calcula-se que 70 a 80 % da população ao sul do Sahara se encontra nesta situação de passar fome, ou porque não há alimentos ou, no caso deles existirem, falta-lhes o poder de compra para os adquirir (Ferrão, 1993).

A relativa abundância de produtos alimentares no mercado dos países industrializados, constata com a escassez em vastas áreas dos países em desenvolvimento, onde milhares de pessoas vivem em permanente estado de subnutrição, condição inevitavelmente associada a um estado de desnutrição.

A FAO estimou um total de 800 milhões de pessoas localizadas nas partes mais pobres do planeta que viviam num estado de desnutrição crónica. Por outro lado, a superprodução alimentar tem inquietado os governos, os economistas e os produtores dos países ricos.

Os excedentes agrícolas mundiais têm contribuído para o problema estrutural nos mercados, ao mesmo tempo que uma crise alimentar era preocupação irracional de alguns seguidores da linha malthusiana (Félix, 2000).

Apesar da superprodução alimentar ser um facto, não é certeza limite evidente das necessidades de alimentação, nem explicação suficiente para a inelastecidade da procura de produtos superabundantes.

A pobreza não permite às pessoas obterem os alimentos de que necessitam, mas é natural que muitos achem inútil produzir mais se homens, governos e

nações forem incapazes de fornecer os mercados para os absorver.

Existem milhares de pessoas que continuam a passar fome, mas se dividirmos as reservas alimentares pela população mundial, chegamos de facto a um resultado teórico de abundância.

É a localização geográfica dos produtos, a sua distribuição e em particular o fraco poder aquisitivo dos mais pobres que determina o consumo individual do alimento.

As consequências socio-económicas da fome constituem sem dúvida, uma das suas faces mais impressionantes, traduzindo-se em reacções sociais diversas, que vão desde o egoísmo, à diminuição do sentido social.

Apesar da divisão desigual de alimentos poder provocar conflitos políticos e até a guerra, o número de óbitos provocados pela fome é muito superior aos causados por aquela (Ferrão, 1990).

A fome leva à depressão e à apatia, e os que são afectados por estes sintomas perdem a vontade, a motivação e a energia para trabalhar. Os quadros clínicos que as fomes são susceptíveis de provocar são variáveis e em função das condições etiológicas, nem sempre comparáveis.

Tratando-se de indivíduos que desde a infância estão submetidos a um regime alimentar restrito, como é o caso da maior parte dos habitantes dos países tropicais em vias de desenvolvimento, a fome determina estados complexos cuja clínica será o reflexo das deficiências mais ou menos marcadas em determinado factor, continuando ainda hoje, a ser o elemento principal, o défice calórico-azotada.

Segundo dados da FAO/OMS e de diferentes autores, os distúrbios nutricionais mais frequentes em África são: Kwashiorkor, Osteomalácias, Anemias microcíticas, Beribéri, Pelarga, Xeroftalmia e Escorbuto.

As manifestações da deficiência calórico - azotada pronunciada revestem um aspecto particularmente grave nas crianças, cujas necessidades nutritivas (por kg de peso) são superiores às do adulto (Norberto, 1974).

Estas condicionam o desenvolvimento e a capacidade de aprendizagem infantil, constituem sem dúvida um dos maiores problemas, nas áreas com falta de alimento e conhecimentos adequados sobre as mais básicas noções de higiene alimentar (Nelson, 1979).

O Conselho Mundial de Alimentação é claro quando afirma que a fome é uma consequência da pobreza e do subdesenvolvimento e não da carência global de alimentos.

Os grupos mais vulneráveis são unicamente identificados como as populações rurais e as populações de regiões suburbanas sobrepovoadas, principalmente as crianças, as mulheres grávidas, lactantes e os idosos.

### **3.11. Alimentação e Nutrição**

#### **3.11.1. Alimentação**

A produção de alimentos e a sua gestão a nível mundial, regional e local, constituem hoje em dia problemas que preocupam profundamente a Comunidade Internacional (Ferrão, 1990).

A alimentação e a nutrição respondem pela manutenção do organismo e seu desenvolvimento. Convém distinguir estes dois conceitos importantes:

-mal nutrição - termo qualitativo que define situações de insuficiências quantitativas dos nutrientes essenciais para o crescimento e manutenção da saúde de um ser humano; subalimentação termo quantitativo que se refere a uma insuficiência de alimentos.

O balanço da situação alimentar em África, efectuado por uma das comissões encarregue de preparar a Conferência Internacional de Nutrição, confirma que neste continente a produção alimentar não conseguiu atingir os níveis suficientes para cobrir as necessidades de uma população sempre em crescimento.

As disponibilidades energéticas ficaram aquém das necessidades, não ultra-

passando as duas mil e trezentas quilocalorias por pessoa por dia em dezasseis dos países da região (Lampreia, 1997).

A mesma Comissão, afirmou que a mal nutrição crónica afecta trinta por cento das crianças em idade pré-escolar e a mal nutrição aguda doze por cento. Onze por cento das crianças nascem com um peso inferior a duas mil e quinhentas gramas.

Foi feito ainda referência à gravidade da verificação de carências nutricionais específicas, principalmente de vitamina A, de ferro e de iodo. No relatório final encontra-se bem explicito que o agravamento dramático da situação nutricional em África é uma fonte de grande inquietude e demonstra a vulnerabilidade de uma grande parte da população africana.

A estratégia da alimentação tem que ter em conta toda a política que se reflecte no triplo problema de produzir alimentos onde eles são mais precisos, assegurar a vida e o bem-estar das populações rurais pobres e conservar os recursos (Correia, 2000).

A aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável à tarefa de assegurar alimento requer que se dê uma atenção sistemática à renovação dos recursos naturais. Exige um esforço conjugado total dirigido aos ecossistemas a nível nacional, regional e mundial e a coordenação do bom uso da terra com o planeamento cuidadoso do uso da água e da exploração da floresta (Ferrão, 1992).

É ainda um problema que tende a agravar-se, se não forem tomadas as medidas eficazes porque, a degradação do ambiente pode tornar as faltas de alimentos mais frequentes e agudas, o que, aliado ao conhecimento de que são as populações mais desfavorecidas que mais contribuem para a degradação ambiental, nos leva a crer que se entra num ciclo vicioso (Ferrão, 1993).

A gestão dos recursos alimentares ao nível mundial é complexa. A maior parte das plantas alimentares são anuais, existe uma necessidade de manter reservas alimentares, o que implica a existência de excedentes.

A existência de excedentes tem que ser entendida como uma situação normal e devem ser geridos de modo que não comprometam o funcionamento do mercado.

Uma forma de gerir os excedentes são as ajudas alimentares e os novos sistemas e processos que são criados (Ferrão, 1997).

No que se refere aos aspectos alimentares, existem duas realidades distintas. Os países grandes produtores procuram reduzir os seus excedentes e drená-los, os países mais pobres, continuam a receber as ajudas alimentares, a maior parte à custa dos excedentes o que os leva a não produzir.

### **3.11.2. Nutrição**

A alimentação e a nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a protecção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania (Valente, 1998).

Em 1996 em Roma, foi reafirmado o Direito Humano à Alimentação adequada como princípio básico que deve nortear a busca da Segurança Alimentar e Nutricional (FAO, 1997). Neste contexto é reforçado o papel do direito humano à alimentação e nutrição adequadas, enquanto parte integrante do direito humano ao desenvolvimento económico e social.

As doenças da nutrição consistem em estados patológicos resultantes da falta ou excessos de alimentos, ou de alguns dos seus constituintes, ou ainda de perturbações genéticas específicas, que condicionam anomalias do metabolismo.

As doenças de carência, que foram outrora as mais importantes e frequentes, relacionam-se com a falta de calorias (constituintes energéticos), proteínas, vitaminas ou minerais e ainda como desequilíbrios entre nutrientes.

Destaca-se o estado de desnutrição ou mal nutrição calórica, resultante da ingestão insuficiente de alimentos (falta de calorias), que se avalia corrente-

mente pela diminuição do peso e da espessura da pele em diferentes regiões do corpo.

A perda de peso do corpo permite classificar diferentes tipos de desnutrição:

-a desnutrição leve, quando a perda de peso, em relação ao normal, não excede 10 % e não acarreta perturbação funcional acentuada; -a moderada com perda de peso entre 10 e 20 %, ainda compatível com o trabalho leve, mas envolvendo já perturbações importantes em diversas funções do organismo, incluindo as psíquicas;

-as severas, em que a perda de peso atinge 20 a 30 % e é acompanhada de grandes alterações funcionais e torna impossível o trabalho;

-a desnutrição extrema ocorre quando a perda de peso é superior a 30 % e torna o indivíduo incapaz de qualquer actividade.

As doenças por excesso traduzem-se por obesidade, e são características das populações com alimentação desequilibrada em muitos nutrientes, mas abundante.

A mal nutrição nas populações pobres e mal alimentadas é sobretudo devida a falta de proteínas, mas muitas vezes deve-se à associação de deficiências calórico-proteica, sobretudo nas crianças, e reveste-se de duas formas extremas: o Kwashiorkor ou o marasmo.

Nas populações abastadas com o consumo abundante de alimentos, a mal nutrição está associada com a obesidade, diabetes, as doenças do coração (Ferreira, 1994).

### **3.11.2.1. Avaliação Nutricional**

A avaliação do estado nutricional da população é um indicador importante para o diagnóstico da situação alimentar, na medida em que permite detectar grupos de risco.

Para avaliar o estado nutricional, utilizam-se dados antropométricos que constituem um importante instrumento para avaliar o desenvolvimento social

e fornecer informações sobre a saúde e nutrição da população (O.M.S.,1995).

Os distúrbios nutricionais contribuem para o agravamento das doenças e portanto nas sobrevivências das populações. A avaliação do estado nutricional das crianças com idades inferiores a 5 anos é obtida através das medições de peso (kg) e da altura ou comprimento (cm). Estas medidas permitem determinar os índices, o peso para idade, a altura para idade e peso para altura.

A avaliação é feita comparando os dados antropométricos com uma população de referência (Z-score). O Z-score é uma variável que deriva da diferença entre as medidas do indivíduo e um valor definido por uma população de referência.

O índice *peso para idade* expressa a massa corporal para a idade cronológica, sendo que pode ser influenciado pela altura da criança.

O índice *altura para idade* expressa o crescimento linear, e permite quando existe deficiência interpretação como um processo crónico de mal nutrição.

O índice *peso para altura* expressa a relação da massa corporal para a altura, e um processo deficiente é interpretado como decorrente de mal nutrição aguda.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, uma população é considerada sadia quando há menos de 1 % de mal nutrição severa e cerca de 2 % de mal nutrição moderada.

Os determinantes da mal nutrição são de natureza socio-económica: baixos níveis de rendimento e baixo poder aquisitivo da população, precário acesso às infra-estruturas de saúde e de saneamento, baixos níveis de escolaridade, etc.

De acordo com as referências da FAO (2005) para os PVD, a ingestão diária de energia alimentar calórica deve rondar as 2400 Kcal, quer para os indivíduos do sexo masculino ou feminino. Recomendam também uma ingestão de proteínas na ordem das 45-63 g para os homens e 44-50 g para as mulheres.

O indivíduo melhor alimentado tem melhores condições de contribuir para a produção, com consequência, na medida que o processo de desenvolvimento económico tem sido associado a uma série de mudanças de carácter estrutural, entre as quais se inscreve a melhoria no estado nutricional da população (Campino, 1993).

Nos últimos anos tem surgido uma maior consciência para o facto de o desenvolvimento económico e o estado de nutrição da população estarem inextrincavelmente ligados.

Uma nutrição adequada através dos seus efeitos na qualidade do capital humano, influencia o desenvolvimento económico, e, por reciprocidade, o grau e a forma do desenvolvimento económico condicionam o estado de nutrição da população (Muller, 1993).

O papel e os problemas inerentes à educação em nutrição aumentaram comensuravelmente, a mudança de hábitos e práticas alimentares que acompanham o processo de desenvolvimento económico de um país.

Por último, o acerto e a eficácia da educação em nutrição estão condicionados a um grande número de factores, sendo o mais importante, a determinação de até que ponto, a pobreza e outros factores ambientais limitantes superam os benefícios da alteração do nível de conhecimento do indivíduo e do seu comportamento.

O facto da educação para a nutrição fornecer benefícios a longo prazo, ao alterar atitudes e comportamentos, já a qualifica como actividade saudável para o desenvolvimento (Salm e Scrimshaw, 1993).

### **3.11.2.2. Avaliação do Estado Nutricional em Cabo Verde**

O estado de mal nutrição nas crianças e nos adultos caracteriza-se por uma gama de sinais clínicos que resultam de carências em macro e micronutrientes.

A má nutrição nas crianças é evidenciada pelos seus resultados escolares.

A mal nutrição resulta de um conjunto complexo de factores ligados à alimentação, ou seja, acesso aos alimentos, saneamento, ambiente doméstico e ambiente social (PAM e DSSA, 2004).

Em Cabo Verde, a mal nutrição proteica energética constitui um dos maiores problemas de saúde pública.

A taxa de mortalidade infantil devido a doenças do metabolismo e nutricionais atingiram os 2 % em 1999, e a mal nutrição proteica energética foi responsável por 30 % destes óbitos.

A situação nutricional nas crianças com menos de 5 anos de idade confirma o problema da mal nutrição em Cabo Verde. Um estudo efectuado em 1994 pela UNICEF e Ministério da Saúde, estimou que 16 % das crianças sofriam de mal nutrição crónica moderada.

O estudo efectuado pela PAM em 2002 a crianças com idades compreendidas entre os 6 meses e os 59 meses, confirmam que a taxa de mal nutrição crónica atingiu os 18 % em Santiago e na ilha de Santo Antão.

Existe uma relação forte entre a mal nutrição e a pobreza. A pobreza aumentou em Cabo Verde no período de 1989 a 2002, passando de 30 % para 36,7 %.

A pobreza extrema aumentou de 14 % para 19,7 % no mesmo período. A pobreza manifesta-se no meio rural, onde 46 % da população era pobre em 1989, contra os 51 % em 2002.

O efeito cumulativo do atraso no crescimento e das carências de iodo leva a perdas de produtividades que pode representar mais de 4 % do PIB por ano (PAM e DSSA, 2004).

O estudo realizado pelo INE em 2004 permitiu avaliar o estado da situação nutricional em Cabo Verde; assim os dados de IMC (Índice de Massa Corporal) permitiu concluir que o sobrepeso é mais preocupante que a deficiência crónica de energia.

**Quadro 17- Prevalência da Mal nutrição em Crianças com idades ≤ cinco anos**

Altura/ Idade (Z - score)	Grupo de Ilhas						Total
	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Santiago	Outras Ilhas	
Maior que normal muito alto	4,9	7,5	10,2	5,4	4,5	8,6	6,1
Normal muito alto	5,2	8,9	5,6	5,4	4,0	8,2	5,6
Normal alto	11,5	18,0	8,6	12,9	9,7	16,7	12,1
Normal alto	50,8	42,7	40,1	43,4	43,1	40,9	43,4
Mal nutrição crónica leve	12,2	14,3	18,5	20,3	20,1	14,6	18,0
Mal nutrição crónica moderada	7,9	5,1	9,9	7,9	10,4	6,5	8,5
Mal nutrição crónica severa	7,5	3,5	7,2	4,5	8,2	4,5	6,3
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE, 2004

A nível nacional verifica-se uma prevalência de 7 % de deficiência crónica de energia e 22% de sobrepeso nos adultos. O sobrepeso atinge maioritariamente as mulheres, 24 % e indivíduos situados na faixa etária entre os 25 e os 49 anos. A obesidade atinge cerca de 9 % das crianças cabo-verdianas com idades entre os 0 e os 5 anos de idade.

Da análise dos dados antropométricos (altura/idade), conclui-se que 6 % das crianças com idades menores de cinco anos apresentavam mal nutrição crónica severa e 9 % mal nutrição crónica moderada, totalizando 15 % de crianças com mal nutrição.

A mal nutrição aguda afecta 7 % das crianças cabo-verdianas. De acordo com a W.H.O., os valores de mal nutrição aguda situados entre 5 a 9 % são classificados com grau de severidade média.

A nível regional não existem diferenças em relação à deficiência crónica de energia, mas o sobrepeso é maior na Praia urbana (27%), seguido de 24 % nas outras ilhas.

A ilha de S. Vicente apresenta a menor incidência de mal nutrição crónica (8%), enquanto que o resto de Santiago apresenta a maior taxa de mal nutrição, 19% (Quadro, 17).

O meio rural continua a ser o local onde as crianças manifestam problemas nutricionais, tanto severas como graves. A mal nutrição aguda situa-se entre 5

e 11 %, sendo que a maior incidência verifica-se na ilha do Fogo.

Analisando o estado nutricional segundo o nível de instrução do chefe do agregado, verifica-se que a taxa de sobrepeso aumenta com o nível de instrução.

Rocha no seu estudo realizado em 1987, conclui que: a alimentação dos cabo-verdianos mantinha como base os cereais e as leguminosas secas; a ingestão de carne, de produtos hortícolas e de frutos era muito baixa; quanto à repartição energética, verificou que 11,7 % provinha das proteínas, 20,5 % dos lípidos e 67,9 % dos hidratos de carbono.

Verificou, ainda, que a ingestão de proteínas era adequada, mas a de minerais e vitaminas era insuficiente. As maiores insuficiências eram de vitamina A, zinco e ácido ascórbico, depois de riboflavina, ácido fólico e niacina, as menores as de ferro e vitamina B12. Destacam-se a carência de cálcio nas crianças e ferro nas mulheres em idade fértil.

Os estudos antropométricos revelaram que, em Cabo Verde, as curvas de crescimento se afastam progressivamente dos padrões anglo-saxónicos. A comparação dos parâmetros nutricionais permitiu concluir que a situação nutricional era globalmente melhor, quando comparada com o estudo realizado em 1970-73 (Rocha, 1987).

A luta contra a mal nutrição ao nível do país, passa pela sensibilização das boas práticas de higiene, e pela melhoria das condições sócio-económicas das famílias.

As disponibilidades alimentares para o consumo humano têm aumentado no país indicando assim, um aumento do consumo alimentar médio aparente bastante elevado, quando comparado com o continente africano. Contudo as cifras escondem as dificuldades por que passam certos segmentos da população.

O Quadro 18, mostra que houve aumento na disponibilidade calórica e proteica durante o período em análise.

No ano 2000, a disponibilidade calórica rondava as 3600 Kcal /dia/habitante e a disponibilidade proteica atingiu as 96 g/ habitante/dia.

**Quadro 18 – Disponibilidade calórica e proteica per capita**

<b>Espécie</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>
<b>Disponibilidade calórica</b>			
<b>Kcal/hab/dia</b>	3 391	3 337,8	3 655,3
<b>Disponibilidade proteica</b>			
<b>Gramas/hab/dia</b>	83,2	50,72	96,4

**Fonte: Ministério de Agricultura e Pescas, 2001**

O regime alimentar no país é hipo calórico, apresentando deficiências em alguns micronutrientes, embora cobrindo as necessidades em algumas vitaminas. No que concerne às proteínas, a disponibilidade alimentar por habitante é geralmente hipo proteico.

Um estudo realizado em 1996, sobre a situação de carências em nutrientes demonstrou que existem deficiências a este nível. O estudo confirmou que a prevalência de bócio era de 25,5 %, (a hipo vitaminose A), também foi evidenciada em crianças na idade pré-escolar, considerado com risco moderado a alto. A prevalência de anemia aparece sobretudo nas mulheres grávidas e em crianças, o que está relacionado com as tipologias das refeições, que são deficientes em ferro.

A urbanização crescente que se regista no país, vem contribuindo para uma perda de valores tradicionais, de solidariedade e de hábitos alimentares que acabam por expor as populações a riscos acrescidos de contracção de doenças relacionadas com alimentação deficiente ou pouco equilibrada. O novo estilo de vida urbano pode conduzir a consumos excessivos de açúcares, sal e gorduras saturadas, facilitando assim o surgimento de novas doenças.

Conforme mostra o Quadro 18, o padrão alimentar cabo-verdiano no período em análise sofreu modificações profundas, passando do estado de fome para o de abundância, mas mantendo uma situação de mal nutrição: primeiro, com baixo poder de compra, por deficiências calórica e proteica, depois,

já como sociedade com afluentes por excessos, nomeadamente no que concerne aos consumos per capita de energia, açúcar e gorduras.

**Quadro 19 – Consumo Calórico e Proteico per capita em alguns países África Subariana (2002)**

	Angola	Etiópia	Guiné-Bissau	Moçambique	S. Tomé e Príncipe
<b>Disponibilidade calórica</b>					
<b>Kcal/hab/dia</b>	2 083	1 887	2 024	2 079	2460
<b>Disponibilidade proteica</b>					
<b>Gramas/hab/dia</b>	45	55	39	40	48

Fonte: FAO/ FAOSTAT- Nutrition, 2004

De acordo com o Quadro 19, do conjunto de países de África subsariana, apenas S.Tomé e Príncipe possui um consumo calórico perto das 2500 Kcal per capita. Os restantes países com excepção de Etiópia possuem consumos calóricos próximos das 2000 Kcal, bastante abaixo dos valores verificados em Cabo Verde.

### 3.12. Educação Alimentar

“Nos países europeus, o problema já não é procurar os ingredientes, mas saber escolhê-los e apreciá-los na sua diversidade. Isto aprende-se como se aprende a ler, antes dos 12 anos” (Bourre, 1990).

A análise em compreensão dos hábitos alimentares reveste-se de grande complexidade, em virtude de possuir uma dimensão transdisciplinar, ao qual estão associados factores intrínsecos de natureza biológica, socio-económica e cultural.

Assiste-se hoje em dia a uma chamada de atenção no sentido da promoção de uma alimentação saudável junto dos jovens, usando preferencialmente a escola como alavanca do processo (na esperança que haja um efeito multiplicador junto do grupo familiar.

Sabe-se que os hábitos alimentares são adquiridos sobretudo durante a infância e mantêm-se ao longo da vida. É nesta fase do ciclo biológico que os jovens estão mais predispostos a uma mudança.

A forma de alimentação e os hábitos alimentares que inter relacionam com o meio onde as pessoas vivem, é um facto a ter em conta na alimentação e no bem-estar nutricional. A forma de alimentação e os hábitos alimentares reflectem claramente uma dimensão importante da cultura de uma comunidade.

As preferências dos consumidores podem estar relacionadas com a falta de informação ou com deficiente educação. A educação em nutrição diz respeito a qualquer sistema de comunicação capaz de ensinar as pessoas a fazer melhorias possíveis dos recursos alimentares disponíveis para satisfazer as suas necessidades nutricionais. A educação em alimentação deve trazer mudanças substanciais em conhecimentos, atitudes e comportamento.

Existem estudos que demonstram que os programas de Educação Alimentar têm sido capazes de melhorar as condições de saúde e as condições nutricionais.

Podemos salientar a relação entre bons resultados escolares e uma alimentação correcta, particularmente, a importância de um pequeno-almoço substancial.

Os alimentos e a importância de uma alimentação saudável estão desde há muitos anos no centro das preocupações de um cada vez maior número de cidadãos (Instituto do Consumidor, 2004).

Criada nos anos setenta, a Roda dos Alimentos (fig. 2) tornou-se numa referência obrigatória quando se fala de hábitos alimentares. Trata-se de um instrumento de Educação Alimentar que procura adaptar-se às novas realidades transformando informação nutricional complexa em conceitos simples e fáceis de utilizar e onde se reúnem em sete grupos, alimentos com características nutricionais semelhantes e se indicam as quantidades recomendadas para uma alimentação saudável.

As alterações alimentares ocorridas em 1977 em Portugal levou o governo a constituir um grupo interministerial para lançar as bases da Educação Alimentar. É no contexto das actividades desse grupo que, progressivamente

se foi destacando Emílio Peres, um médico do Porto, fundador da Educação Alimentar em Portugal.

Este médico conseguiu entusiasmar milhares de professores pela sua capacidade de comunicar e transmitir conhecimentos de nutrição numa linguagem simples, a tratar dos assuntos da alimentação equilibrada com um dos eixos do desenvolvimento humano (Santos, 2001).



fig. 2 Roda dos Alimentos

Pela alimentação nos provemos dos elementos essenciais à manutenção das funções vitais do nosso organismo. E se os alimentos nos abastecem das substâncias responsáveis pelo crescimento, renovação e funcionamento orgânico, a qualidade daquilo que comemos, é em grande parte responsável pela qualidade e pelo tempo de nossa vida (Nahas, 2000).

Por vezes, em pessoas com poder aquisitivo suficiente para ter acesso a alimentos variados em quantidade e qualidade, é comum constatar deficiências na alimentação, seja pela falta de informação sobre as qualida-

des nutritivas dos alimentos, seja pela falta de convicção da importância de uma alimentação saudável, a verdade é que, em geral, as pessoas mesmo “comendo bem podem estar a alimentar-se mal” (Peres, 1993).

Sem uma Educação Alimentar coerentemente institucionalizada, que dê às pessoas o saber indispensável para escolher alimentos e adoptar uma alimentação sadia, e sem uma política alimentar que defina, normalize e verifique a qualidade nutricional dos alimentos industrializados e o acerto nutritivo e higiénico da alimentação, as populações resvalarão para as trágicas práticas alimentares das sociedades de consumo abastadas (Peres, 1993).

É necessário estimular uma boa gestão de recursos existentes, com acções pedagógicas e de formação de hábitos de consumo e de atitudes comportamentais que defendam os valores que realmente importam, encontrando soluções de compromisso sustentáveis com a maximização da qualidade de vida aos vários níveis de desenvolvimento (Carvalho, 2003).

### **3.13. Qualidade de Vida**

Embora encerre um conceito relativamente recente, a expressão *qualidade de vida* é hoje em dia, utilizada frequentemente quer ao nível da linguagem comum, quer ao nível do discurso teórico, sendo um tema central em todas as análises e políticas de planeamento e de gestão do território, em particular das cidades (Santos e Martins, 2002).

Historicamente, o conceito de qualidade de vida surge nos anos 60. Prevalencia então, uma corrente essencialmente economicista que analisava o crescimento económico das sociedades através da evolução do respectivo PIB. Esta medida, correspondendo ao montante de bens e serviços gerados e sendo, assim, um indicador da riqueza produzida e distribuída, traduzia de forma global o crescimento económico verificado, mas não contemplava diversos aspectos fundamentais que permitissem analisar o desenvolvimento de uma sociedade.

Nos seus primórdios a investigação em qualidade de vida surge directamente ligada aos sistemas de indicadores sociais então em fase de grande implementação e expansão (Setién, 1993).

O conceito de qualidade de vida engloba diversos aspectos, que se interligam, e que vão desde as questões mais materiais (por exemplo, a segurança e a participação cívica), desde aspectos objectivos até aspectos subjectivos, estes últimos relacionados com a percepção individual da qualidade de vida e do bem estar dos indivíduos, desde aspectos de índole mais individual até aspectos de índole mais colectiva (Santos e Martins, 2002).

O conceito de qualidade de vida é um conceito abrangente e no qual se interligam diversas abordagens e diversas problemáticas. Podemos equacionar três âmbitos de análise relativos à qualidade de vida. Um primeiro, tem a ver com a distinção entre os aspectos materiais e imateriais da qualidade de vida. Os aspectos materiais dizem essencialmente respeito às necessidades humano básico, como por exemplo, as condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, ou seja aspectos de natureza essencialmente física e infraestrutural.

Historicamente, e para sociedades menos desenvolvidas, estas questões materiais eram decisivas ou pelo menos tinham uma focalização muito grande; hoje em dia, as questões imateriais mais ligadas ao ambiente, ao património cultural, ao bem-estar tornaram-se centrais.

Uma outra contribuição, de Allardt (1976;1981), propõe uma distinção, na análise da qualidade de vida, entre as chamadas condições de vida objectivas e subjectivas. Este autor analisa a qualidade de vida com base em quatro aspectos: um primeiro, que denomina nível de vida, que tem a ver com as necessidades mais do tipo material, as necessidades humanas básicas. Um segundo nível, que o autor chama explicitamente de qualidade de vida, ligado às condições de vida não materiais, ou seja, aspectos mais relacionados com o indivíduo propriamente dito, a sua relação com a sociedade, com a família, etc. O terceiro nível, chamado de satisfação, relativo à percepção subjectiva das condições de vida. Por último, um aspecto

que designa por felicidade, que deriva da percepção subjectiva da qualidade de vida.

Importa ainda referir duas outras questões fundamentais que devem ser equacionadas quando se analisa a qualidade de vida e quando se quer definir um conjunto de indicadores de qualidade de vida. A primeira, diz respeito ao facto das necessidades dos indivíduos estarem intimamente relacionadas com o contexto social, político e cultural em que vivem. Há, portanto, uma variação significativa dessas mesmas necessidades, tanto ao longo do tempo, como também ao longo do espaço.

A segunda, está relacionada com a caracterização de um espaço em termos de bens e serviços existentes: a qualidade de vida é medida não só em função da existência desses recursos, mas também, da sua acessibilidade e facilidade de utilização. Directamente relacionada com este último aspecto, coloca-se também a questão do nível de satisfação da população utilizadora desses mesmos bens e serviços, o que será central na análise mais subjectiva da percepção da qualidade de vida (Santos e Martins, 2002).

No conjunto dos estudos dedicados à temática da qualidade de vida é notória, nos últimos anos, uma focalização crescente da pesquisa em torno da realidade urbana. O facto de, à escala mundial, se verificar uma tendência de esforço da concentração das populações em cidades constitui certamente um argumento justificativo da consolidação de uma corrente de investigação autónoma sobre qualidade de vida urbana ao qual se junta, no entanto, um outro, igualmente importante, que tem a ver com o reconhecimento de que a urbanização actual, muitas vezes intensa e desordenada, é ela própria geradora de um conjunto de problemas e de disfuncionamentos internos cuja influência nas condições de vida dos cidadãos importa conhecer e avaliar.

A investigação actual sobre qualidade de vida urbana confronta-se, assim, com o desafio da procura de novos modelos de abordagem que levem em conta as profundas mudanças económicas, sociais e tecnológicas (Santos e Martins, 2002).

Em muitos trabalhos sobre a qualidade de vida a abordagem desenvolvida é orientada para o estabelecimento de rankings. Estes são frequentes, sobretudo nos EUA, mas também na Europa. Nestes casos, a metodologia seguida baseia-se na definição de uma série de dimensões para a qualidade de vida, às quais se associam conjuntos de indicadores quantitativos (Grayson e Young, 1994).

A discussão sobre qualidade alimentar está normalmente associada ao que se entende por qualidade de vida. A qualidade alimentar é, sem dúvida uma das dimensões indispensáveis à qualidade de vida (Carvalho, 2003).

### **3.13.1. Qualidade de Vida em Cabo Verde**

As condições de vida em Cabo Verde registaram melhorias substanciais nas últimas décadas, mas há ainda um longo caminho a percorrer.

As disparidades a níveis regionais são muito grandes. No meio rural, e nos concelhos rurais as condições de vida são mais difíceis. Mais de um terço das famílias vivem em habitações de duas divisões e menos de 57 % em habitações com três divisões.

Apenas um quarto das famílias tem acesso a rede pública de abastecimento de água. O chafariz continua a ser principal meio de abastecimento de água às populações (45%) e abastece mais de metade das populações rurais. Cerca de um pouco mais de um terço das famílias cabo-verdianas tem acesso ao saneamento básico, 54,5% não dispõe de qualquer meio sanitário (INE, 2000).

Apenas 50 % das habitações dispõem de electricidade como fonte primária de energia para iluminação, mas este valor decresce no meio rural para 20 %, onde o petróleo continua a ser a principal fonte energética (60,6%).

Para a preparação de alimentos, cerca de 66% dos agregados familiares utilizam principalmente o gás, mas a lenha ainda é utilizada por cerca de 33 % das famílias cabo-verdianas.

A evacuação de água e dejectos através de rede de esgotos é realmente um privilégio de alguns agregados. De cerca de 100 famílias, pelo menos 72 atiram a água suja na natureza ou em redor da casa.

Os resultados dos censos 2000, indicaram que havia rádio em 66 % dos agregados, televisão em 40 %, 33 % possuíam frigorífico, 17 % vídeo e apenas 7 % possuíam automóveis.

A análise efectuada pela PAM e DSSA (2004) conforme o quadro conceptual das causas da mal nutrição segundo a UNICEF, põe em evidencia a incidência das três condições de acesso aos alimentos, saneamento e ambiente doméstico e o ambiente social. Este estudo confirma a importância dos comportamentos ligados à higiene em particular o impacto da segurança sanitária dos alimentos sobre a nutrição, assim como o impacto da condição da mãe de um ponto de vista de educação, do acesso à informação e às estruturas de saúde.

Utilizando os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação de 2000, o Instituto Nacional de Estatística constitui um índice como indicador compósito cujo princípio de cálculo baseia-se na posse ou acesso pelos agregados familiares de 10 bens de equipamento ou serviços: A posse, à rede pública de água, a posse de rádio, a posse de televisão, a posse de automóvel, a posse de videocassete, a posse de casa de banho com retrete, o número médio de pessoas por quarto de dormir, o acesso a electricidade, a posse de frigorífico e a utilização de gás na cozinha.

De acordo com a classificação utilizada pelo INE, em Cabo Verde cerca de 47 % das famílias tem ainda um nível de conforto muito baixo. Verifica-se que no meio urbano é maior o acesso aos bens de conforto.

### 3.14. Metodologia

Os estudos dos problemas alimentares e a correcção das suas deficiências são fundamentais para a programação sanitária e económica – social das populações numa determinada sociedade.

É de realçar que qualquer tentativa em contribuir para redução da insegurança alimentar em Cabo Verde, deve começar por analisar as causas e a natureza das restrições alimentares e mal nutrição da população em geral, bem como os factores que tendem a agravá-las.

Inúmeros são os constrangimentos e os factores que explicam a dificuldade de segurança alimentar em Cabo Verde e atestam o grau de vulnerabilidade de numerosas famílias. Destacam-se, de entre as limitações relacionadas com o desenvolvimento sustentável da agricultura, os seguintes aspectos: regime das precipitações muito variados e aleatórios; escassos recursos em solo e água; pressão demográfica elevada por unidade de área cultivada; fracas condições económicas e financeiras das pessoas que vivem no meio rural o que condiciona a transferência de novas tecnologias; escassez de recursos económicos aliada à falta de infra-estruturas de conservação, de mercados e de exportação; ausência de grandes infra-estruturas hidráulicas de armazenamento de água e de conservação do solo.

Decorrente destes constrangimentos, a situação alimentar, em termos gerais é caracterizada por um défice estrutural de produção nacional de alimentos, em particular de cereais (base da dieta alimentar dos cabo-verdianos), e pela fraca capacidade em gerar divisas para aceder aos bens alimentares no mercado internacional.

A segurança alimentar confronta-se, portanto, com as flutuações da produção agrícola e com a forte dependência do exterior. Acresce-se ainda o défice em termos de procura de bens alimentares, dada a precária situação económica de grande parte da população.

O país apresenta assim dois níveis de insegurança alimentar: o primeiro é caracterizado por um défice estrutural na produção de alimentos levando à

necessidade de importar grande parte dos alimentos para fazer face às suas necessidades, e o segundo pelo défice de procura que está intimamente ligado ao alto nível da pobreza e baixo rendimento das famílias.

A situação é pois de vulnerabilidade, fortemente dependente do exterior para aprovisionamento do mercado, confrontando-se com a exiguidade de recursos e uma balança de pagamentos cronicamente deficitária.

Essa dependência, mais a fraqueza do aparelho produtivo nacional, do défice crónico da balança de pagamentos são factores de risco para a segurança alimentar nacional.

O frágil rendimento das famílias condiciona significativamente as possibilidades de acesso aos bens alimentares de base. A elevada taxa de desemprego aliada a um acentuado nível de pobreza faz acentuar a vulnerabilidade de parcelas significativas da população.

Os hábitos alimentares em termos de consumo cerealífero, representa 56% do total energético consumido diariamente pelos cabo-verdianos.

A mal nutrição constitui ainda um problema grave de saúde pública, sobretudo, a crónica que reflecte o estado carenciado de uma boa parte da população.

Muitas famílias com rendimentos muito baixos não têm acesso a uma dieta aceitável, mesmo que seja em termos da quantidade de calorias necessárias. Se por um lado a média de consumo de calorias per capita é adequado, por outro um número significativo de famílias tem um nível de consumo calórico bastante baixo.

A redução ou eliminação da ajuda alimentar ao país poderá provocar a escassez e o encarecimento dos alimentos básicos, o governo poderá perder a capacidade de garantir uma segurança alimentar mínima às famílias mais pobres, que podem ver-se privadas de uma espécie de rede protectora de meio de subsistência. Visto que o estatuto nutricional da população é neste momento frágil, com pouca capacidade para adaptar-se a novas restrições,

é provável que os problemas de mal nutrição comecem a expandir-se no país.

O interesse do estudo da alimentação e problemas alimentares em Cabo Verde associa-se ao facto de ser um país muito dependente das importações de produtos alimentares com diversas mudanças económicas que se têm verificado.

As questões levantadas permitem, desde já, prever a existência de uma relação próxima entre a mudança, os factores de mudança e a alimentação da população. Neste contexto, o tipo de abordagem que devemos utilizar para compreender como se alimenta actualmente a população cabo-verdiana, estando implícito o objectivo de estabelecer a relação com alguns dos aspectos que caracterizam a sociedade actual e a forma como se alimenta e as mudanças recentes.

Alguns dos estudos alimentares em Portugal, tal com nos é descrito por Maria Manuel Valagão (1987) no seu estudo realizado no Alto Douro, conduziu-nos à necessidade de abordar a problemática da alimentação segundo um conjunto de perspectivas diferentes, que se relacionam entre si, pelas razões que explicitaremos a seguir.

Em Portugal, no passado (até à década de oitenta), a problemática da alimentação foi abordada dando particular ênfase à nutrição e à sua relação com a saúde.

Segundo Valagão, os primeiros estudos, anteriores a 1974, incidiram principalmente sobre os problemas alimentares no então Ultramar Português. A formulação de questões cujas respostas não podiam ser obtidas no âmbito dos estudos desenvolvidos, foi ponto de partida para a compreensão de que o estudo da alimentação deverá considerar a investigação de outras áreas e domínios para além da nutrição.

Vários autores, como Santos Reis (1960), foram referindo as limitações da abordagem vigente, colocando em evidência a necessidade de enriquecer os estudos com outras componentes de índole social (socio-económicas e

sócio-cultural).

A abordagem da alimentação da população de uma determinada sociedade poderá ser feita utilizando o conceito de Sistema Alimentar.

Segundo Louis Malassis (1993), a noção de Sistema Alimentar representa a “maneira como os homens se organizam enquanto produtores e consumidores, assim como o nível das estruturas de consumo”. Segundo a sua perspectiva, a abordagem da alimentação não deverá ser exclusivamente técnica, na medida em que o “factor alimentar procede da sociedade encarada na sua totalidade”.

A geografia ocupa assim um lugar de relevo, na medida em que a desigualdade alimentar entre os diferentes países do mundo e entre categorias sociais, não resulta apenas das diferenças de desenvolvimento científico e tecnológico da difusão de conhecimentos. Depende das relações dos homens com a natureza e das relações dos homens entre si (Malassis, 1993).

Também a História se apresenta como um meio privilegiado, porque permite uma visão de conjunto das diferentes adaptações culturais dos sistemas alimentares que a mudança histórica exige.

Richie (1995), na sua obra refere a ligação entre história e a alimentação, através dos tempos. “ A comida é importante, o seu papel não é secundário, tem um protagonismo indubitável na denominada história social.”

Malassis define ainda um outro conceito, Modelo de Consumo Alimentar, que nos parece importante, porque diz respeito a aspectos que não são explicitamente focados na definição de Sistema Alimentar.

O Modelo de Consumo Alimentar de uma sociedade refere-se à organização da unidade socio-económica de consumo, às funções desta unidade (abastecimento, armazenamento, preparação das refeições), às práticas alimentares (sistemas culinários e doses alimentares) ao código de boas maneiras à mesa (cultura e sociedade), e ainda ao volume e estrutura de consumo e de despesa.

O mesmo autor explica os factores de diferenciação dos modelos das diferentes sociedades, dos quais merecem destaque os factores por ele considerados mais importantes: as disponibilidades alimentar médias per capita; as condições agro-ecológicas e humanas da produção e da troca; a capacidade de consumo, ou seja, o poder de compra; as condições objectivas de consumo (localização do consumo, ritmo de trabalho, papel da mulher e suas ocupações, modo de vida, etc.); as condições sócio - culturais de consumo (símbolos, hábitos ideologias, hierarquias alimentares, etc.).

Actualmente, o campo de acção de organizações preocupados com a alimentação como a FAO, e a OMS centra-se principalmente no apoio técnico, onde se inclui também a elaboração de documentos. Fornecem, de uma forma prática, os princípios básicos relacionados com o planeamento e desenvolvimento de estudos, pelo que constituem, de facto, uma base de apoio útil a técnicos e investigadores, tanto para avaliação de situações, como para a implementação de acções.

Importa ainda referir o estudo efectuado por Rocha, " O Estado de Nutrição das Populações de Cabo Verde" (1987), que se revelou de extrema importância, pelo seu carácter único e o trabalho elaborado por Maria Manuel Torrão (1995) sobre dietas alimentares em Cabo Verde.

### **3.15. Levantamento Directo da Informação e Modelação**

A metodologia do presente estudo consistiu no levantamento de dados primários indirectos com os principais temas e hipóteses em estudo, através de revisão bibliográfica e consulta de documentos e personalidades conhecidas de forma a melhor analisar e perspectivar o conhecimento actual disponível.

#### **3.15.1. Material e Métodos**

Neste capítulo descrevemos o trabalho de colecta de dados primários baseado em levantamento por inquéritos. Os inquéritos foram necessáriamen-

te estruturados no sentido de se adaptarem ao contexto do estudo, ou seja, no sentido de melhor perceber o sistema alimentar da sociedade em questão.

A metodologia escolhida para chegar aos consumidores foi através das escolas, tendo sido seleccionadas algumas escolas da cidade da Praia, e por intermédio dos alunos destas, chegar às famílias.

Foram assim, seleccionadas três escolas: Amor de Deus, A Turminha e SOS da Fazenda, tendo leccionado uma aula de Educação Alimentar para explicar o objectivo do inquérito.

Realizou-se um Inquérito às Crianças com o objectivo de avaliar o consumo efectuado pelas crianças. Este inquérito foi preenchido no âmbito da aula de Educação Alimentar.

Efectuámos ainda a avaliação da situação nutricional das crianças dos dois aos cinco anos de idade (Estudo Antropométrico).

Durante e após a realização do trabalho de campo, preocupámo-nos particularmente com a componente metodológica da observação directa que permitiu enriquecer o estudo e complementar a informação obtida através do inquérito realizado.

As directoras das Escola Amor de Deus e SOS da Fazenda informaram que os alunos recebiam, através do projecto do ICASE, uma refeição diariamente.

### **3.15.2. Inquéritos**

O primeiro objectivo do inquérito consistiu na obtenção de dados socio-económicos que permitissem não só caracterizar os agregados familiares, como também estudar a eventual influência dessas características na alimentação e no estado nutricional das pessoas que compõem o agregado. O Anexo 1-Formulário do Inquérito ao Consumo Alimentar, foi elaborado com base neste objectivo.

O segundo objectivo, que se encontra mais directamente relacionado com aspectos alimentares da população estudada, consistiu na caracterização do regime alimentar, assim como na avaliação do seu estado nutricional.

Neste âmbito, pretendeu-se analisar aspectos qualitativos e quantitativos da alimentação, com o intuito de os confrontar com algumas características dos agregados que integram a amostra. Para complementar este objectivo, realizou-se o Inquérito ao Consumo das Crianças - Anexo 2.

A avaliação antropométrica do grupo etário de idades até aos cinco anos fornece indicadores válidos do estado nutricional da população em geral.

Para avaliação do estado nutricional das crianças recolheram-se dados antropométricos das crianças, como o peso e a altura do referido grupo etário, bem como a idade e o sexo.

Para tal utilizaram-se balanças de casa de banho com peso máximo 120 kg e fitas métricas (150 cm). A altura das crianças foi avaliada com a fita métrica.

A balança foi calibrada antes de cada medição. As medidas foram recolhidas, da parte da manhã, tendo as crianças o mínimo de roupa possível e sem os sapatos.

Obtiveram-se medidas antropométricas de cento e setenta e cinco crianças, sendo cinquenta e oito da escola "A Turminha" e cento e dezassete da escola "Amor de Deus".

A análise dos valores obtidos foi efectuada de acordo com os procedimentos usuais em estudos semelhantes, como se explica no Anexo 3, Análise do Estudo Antropométrico.

A comparação com a população de referência foi efectuada utilizando a escala de Desvio-Padrão "(Z-score)" que traduz o afastamento à mediana da distribuição de referência, em unidades de desvio padrão da mesma.

### **3.15.3. Amostra**

De acordo com a metodologia escolhida para este estudo, seleccionaram-se três escolas localizadas na Cidade da Praia, na ilha de Santiago.

A base para escolha das escolas prendeu-se com o facto de serem escolas localizadas em diferentes zonas da cidade, com regimes de ensino diferentes e por possuírem alunos oriundos de estratos sociais distintos.

Os alunos da escola Amor de Deus, são oriundos dos bairros circundantes à escola, como Bela Vista e Eugénio Lima, considerados bairros degradados, mas também de zonas habitacionais condignas.

O colégio da Turminha é uma escola de regime privado que acolhe crianças desde o berçário até ao 4º ano, oriundas de classe média – alta.

A escola SOS da Fazenda, é uma escola pública que recebe alunos oriundos de várias zonas circundantes da cidade provenientes de vários estratos sociais.

A escola Amor de Deus situa-se na Terra Branca, funciona em regime semi-público, com alunos desde o ensino infantil até ao secundário (11º ano), com um total de 1 244 alunos.

Nesta escola realizou-se o estudo antropométrico às crianças dos 2 aos 5 anos. Às turmas do 4º ano, leccionou-se uma aula de Educação Alimentar para os sensibilizar para o preenchimento do Inquérito às Crianças.

O Inquérito ao Consumo foi entregue aos alunos das turmas do 7º ano, após a aula de Educação Alimentar, para posteriormente serem preenchidos pelos Encarregados de Educação.

O colégio da Turminha situa-se na localidade de Tira Chapéu, funciona em regime privado, possui cerca de 200 alunos, desde o ensino infantil até ao 4º ano. Iniciaram-se os trabalhos com a aula de Educação Alimentar aos alunos do 4º ano. No final da aula efectuou-se o preenchimento do Inquérito às Crianças, e o Inquérito ao Consumo foi-lhes entregue para levarem para casa para serem preenchidos pelos Encarregados de Educação.

Às crianças do infantil efectuou-se uma avaliação antropométrica com ajuda das educadoras.

A Escola SOS da Fazenda localiza-se na Fazenda, funciona em regime público, com alunos desde o 1º ano até ao 6º ano de escolaridade, em regime diurno, e o 7º ano e 8º ano funcionam em regime nocturno, num total de 902 alunos.

Utilizando a mesma metodologia descrita em cima, efectuou-se o Inquérito às Crianças a uma turma do 4º ano. O Inquérito ao Consumo foi realizado pelos Encarregados de Educação destes mesmos alunos o que permitiu a obtenção de uma amostra de 113 agregados, e o Inquérito às Crianças foi aplicado a 127 crianças.

#### **3.15.4. Forma de Aplicação**

De acordo com a metodologia utilizada, a escola constitui a melhor forma de aproximar-nos dos agregados familiares e efectuar o estudo pretendido.

Na primeira visita às escolas contactaram-se as Directoras e efectuou-se o levantamento das turmas alvo de inquérito. Esta visita possibilitou o contacto com os alunos e a aplicação do Inquérito às Crianças após a aula de Educação Alimentar.

O estudo decorreu no período compreendido entre 7 a 11 de Março de 2005, facto que condicionou os resultados referentes ao consumo de alimentos, devido à sazonalidade da maioria dos produtos agrícolas.

Para avaliação antropométrica, efectuamos as medições a todas as crianças as crianças pretendidas nas referidas escolas.

Na parte final do trabalho houve necessidade de confirmação de alguns Inquéritos ao Consumo Alimentar. Para tal deslocámo-nos aos bairros habitacionais com ajuda das auxiliares de acção educativa das referidas escolas.

A segunda fase do estudo consistiu num inquérito alimentar de consumo aplicado aos Encarregados de Educação. Este inquérito foi entregue aos alunos na escola, levaram-no para casa e depois de preenchido foi-nos devolvido.

## Capítulo 4-Análise e Quantificação dos Resultados

### 4.1.Caracterização dos Agregados

#### 4.1.1.Estrutura Etária e por Sexo

O nosso estudo, tal como foi referido na metodologia, incidiu sob cento e treze agregados familiares, incluindo as crianças estudantes da Escola Amor de Deus, o Colégio da Turminha e SOS Fazenda, num total de seiscentos e vinte e sete indivíduos.

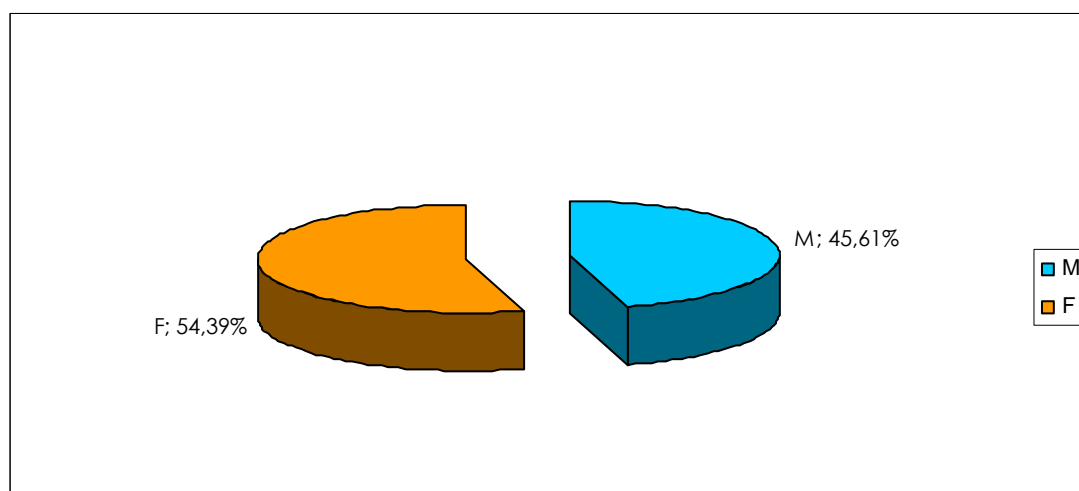


Gráfico 1.Distribuição por Sexo dos Agregados

O Inquérito Consumo Alimentar (Formulário I -Anexo 1) permitiu caracterizar cada um dos agregados familiares, no que se refere às variáveis socio-económicas face aos objectivos iniciais.

A estrutura etária da população é representada no Quadro 20, constatando-se que a população que constitui a amostra sob a qual incidiu o nosso estudo é uma população jovem, da qual cerca de 60 % das pessoas têm idade inferior a 20 anos.

Verifica-se que é uma população maioritariamente constituída por pessoas do sexo feminino (54,4%) (Gráfico 1).

**Quadro 20- Estrutura etária dos agregados**

Grupos etários	Nº indivíduos	%
0-14	252	40,19
15-19	124	19,78
20-59	242	38,60
>60	9	1,43

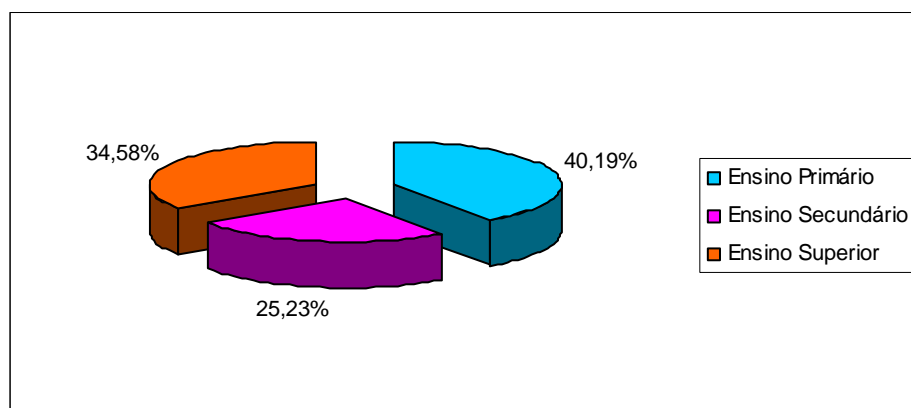
Fonte: Trabalho de campo e estudo de caso

O nosso estudo incidiu sobre famílias onde existiam crianças de idades até aos cinco anos de idade (classe etária indicadora do estado nutricional de uma população), de forma a possibilitar a realização do estudo antropométrico, e crianças em idade escolar para realizar o estudo dos hábitos de consumo alimentar.

A dimensão média “equivalente homem” das famílias estudadas é de 4,6 por agregado familiar, o que está de acordo com o censo 2001, que apontou para a cidade da Praia uma dimensão média dos agregados familiares de 4,4 membros e os resultados da estrutura etária, da nossa amostra também está de acordo com os dados do mesmo recenseamento.

#### 4.1.2. Nível Educacional

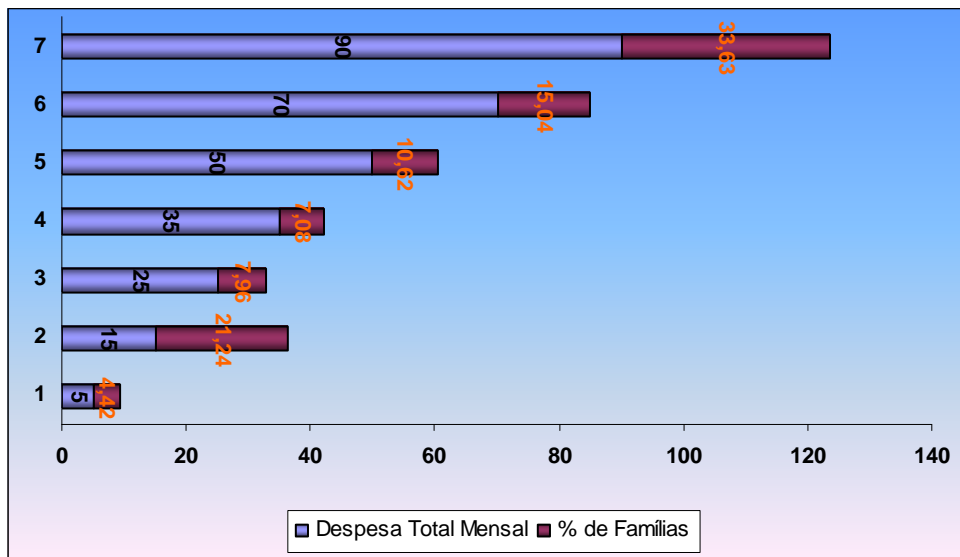
A análise dos dados, evidencia que 95 % dos chefes dos agregados e 94 % dos segundos elementos sabem ler e escrever. Constata-se igualmente que, cerca de 35 % dos chefes familiares possuem habilitações ao nível do ensino superior e cerca de 40 % possuem o ensino primário (Gráfico 2).



**Gráfico 2. Nível Educacional dos Agregados**

### 4.1.3. Nível Socio-económico

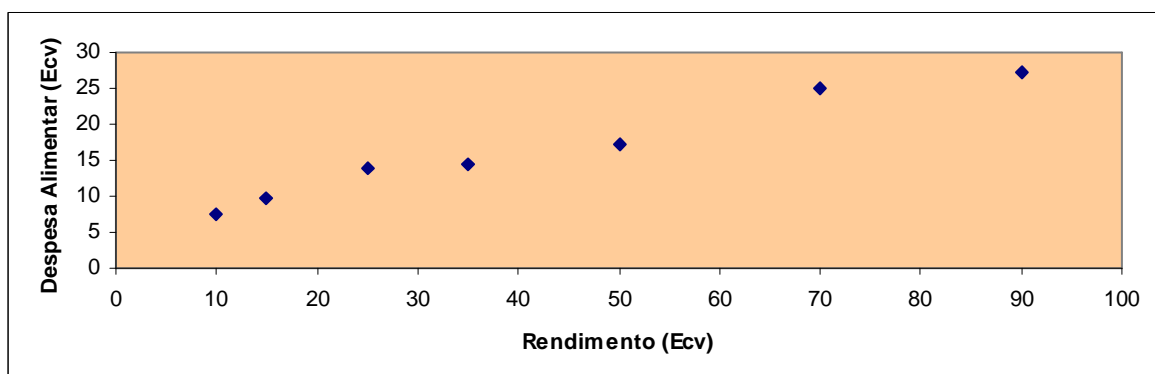
A partir da estrutura das despesas dos agregados familiares inferimos o rendimento de cada agregado. Dividimos os rendimentos em classes e Utilizamos os pontos médios das classes para efectuar os cálculos. O Gráfico 3, evidencia que cerca de 34 % das famílias possuem uma despesa mensal de 90 mil escudos cabo-verdianos e apenas 4 % tem uma despesa mensal de 5 mil escudos cabo-verdianos.



**Gráfico 3. Despesa Familiar Mensal (ECV)**

A partir do Gráfico 4, pode-se verificar que muitas famílias vivem abaixo do rendimento médio familiar, o que demonstra que poderá existir consumo de bens alimentares de auto – produção no seio familiar. Constata-se também que os gastos com a alimentação possuem o mesmo comportamento que o rendimento, ou seja quando se verifica um aumento do nível de rendimento a despesa alimentar tende a crescer.

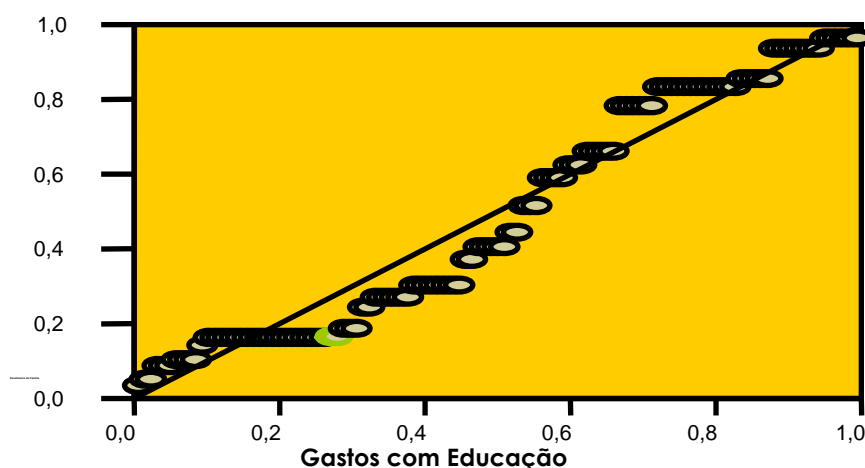
**Gráfico 4. Relação Níveis de Rendimento / Consumo Alimentar**



A partir desta análise podemos constatar que muitas destas famílias vive em situações de vulnerabilidade alimentar.

A partir da análise da regressão (Gráfico 5), constata-se que existe uma relação linear entre as variáveis rendimento familiar e gastos com a educação, o que evidencia que as famílias mais abastadas investem uma maior percentagem do seu rendimento em gastos com a educação.

**Gráfico 5. Relação Entre Rendimento da Família e Gastos com Educação**



#### **4.1.4. Despesa Mensal com a Alimentação**

Pela análise dos gastos com a alimentação, poder-se-á concluir que cada agregado familiar gasta em média cerca de 8 333,00 ECV por mês, cerca de 75 euros. Comparando o nosso valor estimado com o valor referenciado pelo Jornal Expresso (2006), que referiu como custo total do cabaz mensal cerca de 73 euros, podemos verificar que a diferença é mínima.

Comparando este valor com o ordenado mínimo praticado em Cabo Verde que ronda os 12 000 ECV, é possível derivar duas análises. A primeira permite-

nos concluir que a amostra do trabalho é constituída por agregados com elevado rendimento mensal. A segunda leva-nos a concluir que, tendo em conta o valor do ordenado mínimo nacional, muitas destas famílias não conseguem adquirir o necessário possível para ter uma alimentação equilibrada. (Gráficos 3 e 4).

## **4.2. Análise do Consumo dos Agregados**

O consumo alimentar foi a componente do Sistema Alimentar mais explorado no decorrer deste estudo. O tipo de metodologia utilizada, o Inquérito Consumo Alimentar (Formulário I- Anexo I) e as limitações de tempo, assim como as dificuldades de ordem prática, determinaram esta escolha.

De todas as práticas alimentares, as de consumo são as que melhor se podem exprimir de forma objectiva, pois, sobre estas obtiveram-se dados quantitativos de frequência de consumo e quantificação de alimentos.

No presente capítulo pretendemos abordar um conjunto de aspectos que permitirão caracterizar qualitativa e quantitativamente o regime alimentar do grupo estudado, de acordo com os objectivos inicialmente delineados.

A análise será feita em três fases distintas: na primeira estudaremos o regime alimentar, procedendo à sua caracterização, com base na frequência semanal de consumo dos alimentos importantes no regime e nas quantidades consumidas de cada alimento; na segunda fase avaliaremos a qualidade nutricional dos regimes alimentares caracterizados. Este conceito permite confrontar o consumo verificado com as necessidades nutricionais do grupo em estudo. Tencionamos detectar as principais carências nutricionais e concluir acerca do equilíbrio do regime das populações em questão.

Pretendemos ainda tratar os dados recolhidos de forma a melhor compreender a importância nutricional de alguns alimentos, nomeadamente dos alimentos importados. Estas conclusões permitir-nos-ão indicar possíveis directrizes rumo a uma alimentação de qualidade superior, investindo na Educação Alimentar das populações.

Na terceira e última fase, para complementar esta abordagem global apoiada em dados quantitativos, consideramos importante abordar o consumo de um ponto de vista económico -social (qualidade de vida).

#### **4.2.1. Regime Alimentar**

A quantidade de alimentos ingeridos diariamente por uma pessoa em cada população depende entre outros, de factores ligados à disponibilidade alimentar na região, à estrutura etária da população, ao tipo de actividade profissional e ao poder de compra.

#### **4.2.2. Frequência Semanal de Consumo de Bens Alimentares**

A grande parte das famílias estudadas toma duas refeições completas, designadamente, o almoço e o jantar, intervaladas de outras duas o pequeno - almoço e o lanche.

As refeições propriamente ditas são constituídas por um prato à base de um cereal, milho ou arroz, um tubérculo amiláceo (mandioca, batata inglesa ou batata doce) e um alimento fornecedor de proteína peixe ou carne.

As hortaliças servem de acompanhamento e apresentam-se cozidas ou cruas (abóboras, alface, tomate, feijão verde etc.,)

Dos alimentos que constituem a base da alimentação, o arroz é aquele que foi consumido com maior frequência. Segundo o Quadro 21, este cereal é consumido todos os dias por cerca de 70 % dos agregados. Verifica-se que o milho, alimento principal da base de alimentação cabo-verdiana, não é consumido todos os dias.

O milho passou a ser consumido raramente pelas famílias (49%) e constitui um prato de "dias de festas", dado as características da *cachupa* que requer em termos energéticos um gasto considerável e por ser um prato com custo elevado para a maioria das famílias cabo-verdianas.

**Quadro 21- Frequência de Consumo de Bens de Primeira Necessidade (%)**

<b>Bem alimentar</b>	<b>Todos dias</b>	<b>3 – 5</b>	<b>2 – 3</b>	<b>1 – 2</b>	<b>Raramente</b>
<b>Milho</b>	0,00	10,61	8,85	31,85	48,67
<b>Arroz</b>	70,80	20,35	2,66	2,62	3,54
<b>Feijão</b>	15,92	9,73	25,66	25,66	23,00
<b>Pão</b>	76,10	10,62	4,42	5,31	3,54
<b>Óleo</b>	70,80	9,73	1,77	11,50	6,20
<b>Azeite</b>	67,25	8,85	6,20	12,39	5,31
<b>Açúcar</b>	77,00	9,74	7,96	5,31	0,00
<b>Leite em pó</b>	55,75	5,31	7,97	7,97	23,00
<b>Leite</b>	33,62	11,50	15,92	10,62	28,30

**Fonte: Trabalho de campo e estudo de caso**

O arroz veio substituir o milho como prato principal, dadas as exigências em termos de tempo de cozedura, preço, rendimento e por constituir um alimento que é possível ser consumido sem acompanhamento "arroz com arroz".

O aumento do consumo de arroz reflecte a influência de hábitos do período colonial e as alterações que os produtos importados manifestam nos hábitos alimentares.

As raízes e tubérculos fazem parte diariamente dos pratos de cerca de 18 % das famílias estudadas. A baixa representatividade destes alimentos no consumo das famílias, deve-se ao preço destes bens no mercado.

O inquérito foi realizado em Março, época em que estes produtos escasseiam nos mercados locais, nomeadamente, a mandioca e batata-doce que são de produção nacional.

Quanto à batata inglesa, existe uma produção interna considerável no país, com tendência crescente, mas ainda não cobre todas as necessidades de consumo. Este bem alimentar atinge preços mais baixos que a batata-doce.

O feijão faz parte dos alimentos com frequência menor de consumo do conjunto apontado, embora de extrema importância nutritiva. Apenas 16 % dos inquiridos consome feijão todos os dias, enquanto que 26 % consome duas a três vezes por semana. O consumo de feijão poderá estar associado ao consumo de milho que diminui drasticamente mas é hoje uma das soluções mais importantes para o suprimento proteico.

O consumo de pão é bastante elevado, cerca de 76 % dos agregados consome pão todos os dias. O pão constitui o alimento base dos pequenos-almoços das famílias e principalmente das crianças em idade escolar.

Referindo-se às gorduras, os óleos alimentares são consumidos todos os dias por cerca de 70% das famílias, enquanto que o azeite é preferido diariamente por 67% dos agregados. Cerca de 77% dos inquiridos consome diariamente açúcar.

O consumo de leite é bastante significativo, em que 56 % das famílias consomem leite em pó todos os dias, e cerca de 34% utiliza o leite de “pacote”, leite homogeneizado e ultrapasteurizado. Existe actualmente no país um incremento no consumo de leite homogeneizado, dada a facilidade de utilização e conservação.

No grupo de alimentos de consumo menos frequente, interessa evidenciar o consumo da carne, do peixe, dos ovos, das hortaliças e das frutas.

De acordo com o Quadro 22, o consumo de carne é efectuado 3 a 5 vezes por semana, por cerca de 37 % dos agregados. Este dado evidencia o baixo consumo semanal de carne pelas famílias.

**Quadro 22- Frequência de Consumo de Outros Bens Alimentares (%)**

<b>Bem alimentar</b>	<b>Todos dias</b>	<b>3 – 5</b>	<b>2 – 3</b>	<b>1 – 2</b>	<b>Raramente</b>
Carne	13,27	37,17	23,89	10,63	15,04
Peixe	21,24	40,71	25,66	8,85	3,54
Ovos	9,73	18,58	23,89	35,41	12,39
Hortaliças	25,66	29,2	15,93	7,08	22,12
Frutas	38,05	18,58	6,20	7,97	29,20
Raízes e tubérculos	17,70	32,74	28,32	14,16	7,08

**Fonte: Trabalho de campo e estudo de caso**

A carne consumida é constituída por carnes de aves (galinhas, perus e frangos) em detrimento da carne de vaca ou de suínos. A carne consumida é quase toda de importação e chega ao país congelada.

A carne de aves é a única que atinge preços acessíveis à maioria das famílias cabo-verdianas, comparada com as restantes carnes.

Referindo-se à frequência de consumo diário, cerca de 21 % dos agregados consomem peixe contra os 13% que consome carne. O peixe encontra-se no grupo dos alimentos de consumo menos frequente, contudo 41 % das famílias estudadas consomem peixe durante 3 a 5 dias por semana. O peixe é o alimento fornecedor de proteínas animais mais importante, e, para muitos, o único disponível.

As famílias de baixo rendimento adquirem peixe à unidade ou seja á "cabeça", 4 a 6 cabeças de peixe normalmente para uma família de 5 ou mais pessoas. O peixe adquirido por essas famílias, geralmente é peixe de má qualidade, como o chicharro ou as cavalas.

As hortaliças e as frutas são alimentos de alguma importância no regime alimentar da população. Algumas famílias possuem o cuidado de acompanhar as refeições com hortaliças (26%), mas 22% raramente consome hortaliças.

O consumo de hortaliças e frutas está directamente relacionado com o poder aquisitivo destas famílias. Quer as hortaliças, quer as frutas são na sua maioria importados, e por outro lado, são bens que dependem da época de cultivo, o que influencia a sua abundância nos mercados e consequentemente o seu preço.

Os ovos, como fonte de proteínas, são consumidos 1 a 2 vezes por semana por cerca de 35 % das famílias.

Estes dados evidenciam que as famílias cabo-verdianas não possuem o hábito de consumir frutas nem hortaliças com abundância (de acordo com a Roda dos alimentos que considera que o consumo desses alimentos deve ser abundante e diário).

Apenas 38 % dos agregados consomem fruta diariamente, e 29 % consome hortaliças três a cinco vezes por semana.

### 4.2.3. Análise das Quantidades Consumidas

#### 4.2.3.1. Quantidades Consumidas pelos Agregados

No Quadro 23, apresentam-se as quantidades consumidas dos bens alimentares pelos agregados, em quantidades por semana e em EH (equivalente homem).

O arroz constitui o bem alimentar com maior consumo, quer em quantidades por semana, quer em g/ EH, ou seja cerca de 844 g de arroz é consumido por cada EH por semana.

**Quadro 23- Quantidades consumidas por semana de bens alimentares**

<b>Bem alimentar</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Consumo por EH</b>
Milho	147,95 (kg)	285 (g)
Arroz	454,1 ( Kg )	844(g)
Feijão	136,4 (Kg)	267 (g)
Pão	3880 (unidade)	7,45
Raízes	149,7 (Kg)	308 (g)
Carne	240,2 (Kg)	497(g)
Peixe	283,7 (Kg)	590(g)
Açúcar	124,1 (Kg)	251 (g)
Azeite	88,0 ( l )	175 (ml)
Óleo	122,1 ( l )	235(ml)
Leite Pó	108,7 (Kg)	209(g)
Leite	278,8 (Kg)	624 (ml)
Ovos	901 (unidades)	1,92
Hortaliças	173,3 ( Kg)	369(g)
Frutos	22,1 (Kg)	484 (g)

**Fonte: Trabalho de campo e estudo de caso**

O milho e o feijão representam valores muito próximos de consumo semanal, 285 g para o milho e 267 g para o feijão.

O consumo de pão demonstra que se consome em média cerca de 1 pão por dia por pessoa. Este consumo demonstra a importância do consumo de farinha de trigo no país e conseqüentemente a dependência das importa-

ções deste bem alimentar.

As informações disponíveis apontam para tendência de substituição de leite em pó por leite de “pacote,” aliás tendência expectável com a subida de rendimento das famílias. A alteração de consumo com o aumento do rendimento das famílias faz-se assim em duas direcções. Por um lado o aumento de rendimento induz a um maior aumento de consumo de leite em pó, e por outro a substituição do leite em pó pelo leite de “pacote” dado as características deste leite, a facilidade de conservação e manuseamento.

O consumo de óleo alimentar é superior ao do azeite, o que se justifica pelo elevado preço do azeite no mercado local, e também por o óleo ser um produto de ajuda alimentar.

Consome -se cerca de 484 g de frutos por semana, o que demonstra um baixo consumo de frutos. A OMS recomenda um consumo de cerca de 400 g de frutos diariamente. Comparando o consumo de frutos com o consumo efectuado pela população portuguesa, constatamos que o consumo de frutos também é baixo. Os portugueses consomem pouco mais do que uma peça de fruta por dia o que equivale a cerca de 198 g diários (Associação Nacional de Nutricionistas, 2006).

O baixo consumo das hortaliças representa também a sua baixa representatividade nas refeições das famílias.

Os alimentos fornecedores de proteínas animais, como os ovos, o peixe e a carne representam valores de consumo semanal, de cerca de 1 ovo por semana, 589 g de peixe e 497 g de carne por semana.

Para melhor percepção da balança alimentar dos agregados familiares inquiridos, em termos de quantidade e qualidade nutricional dos produtos consumidos, apresenta-se o Quadro 24, com as estimativas do consumo alimentar médio por agregado e *per capita/ano*, destacando-se a importância dos cereais arroz e milho e das leguminosas, os feijões na dieta alimentar.

**Quadro 24- Quantidades Consumidas de Bens Alimentares ( EH/ Ano)**

<b>Bem Alimentar</b>	<b>Quantidade (Média EH/Ano)</b>
Milho (kg)	14,82
Arroz (kg)	43,88
Feijão (kg)	13,88
Pão (Unidades)	387,40
Raízes (kg)	16,01
Óleo alimentar (l)	12,20
Azeite (l)	9,100
Açúcar (kg)	13,05
Leite pó (kg)	10,87
Leite (l)	32,45
Frutos (kg)	25,06
Carne (kg)	25,84
Peixe (kg)	30,68
Ovos (unidades)	99,84
Hortaliças (kg)	19,19

**Fonte: Trabalho de campo e estudo de caso**

De acordo com o Quadro 24, verifica-se que o consumo de arroz atinge cerca de 44 kg *per capita* ano.

Relativamente ao consumo de milho e feijão, verifica-se um consumo praticamente idêntico destes produtos, cerca de 14 kg *per capita* ano de milho e 15 kg *per capita/ano* em relação ao feijão.

As raízes e tubérculos, nomeadamente a batata “inglesa”, ou batata comum, a batata -doce e a mandioca assumem alguma importância na dieta alimentar das famílias, com consumo de cerca de 16 kg *per capita /ano* destes tubérculos.

O consumo *per capita* anual de peixe é superior ao consumo *per capita* anual de carne, 30 kg contra aproximadamente 25 kg de carne.

Comparando os dados do Quadro 24 com os referidos no Anuário de Segurança Alimentar 2002, podemos constatar que os valores do consumo dos cereais, milho e arroz são muito inferiores aos referidos no Anuário.

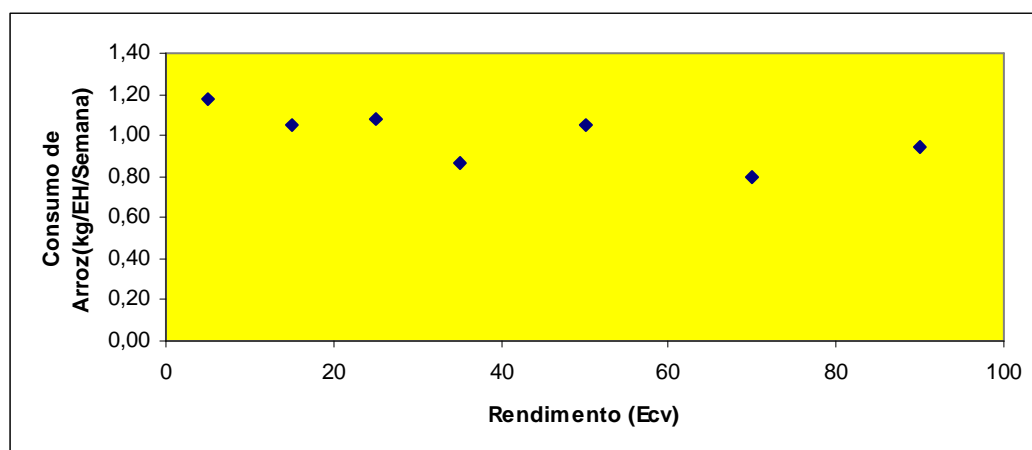
Os valores de consumo aparente de óleo, leite em pó, peixe e ovos, encontram-se próximos dos registados no Anuário de Segurança Alimentar 2002.

O consumo de açúcar é muito inferior ao referido no Anuário, e constata-se que o consumo de carne registado neste trabalho (25,84 kg), é inferior ao referido pela FAO, 2004 (28,8 kg).

#### 4.2.3.2. Relação Quantidades Consumidas de Arroz e Milho/Rendimento

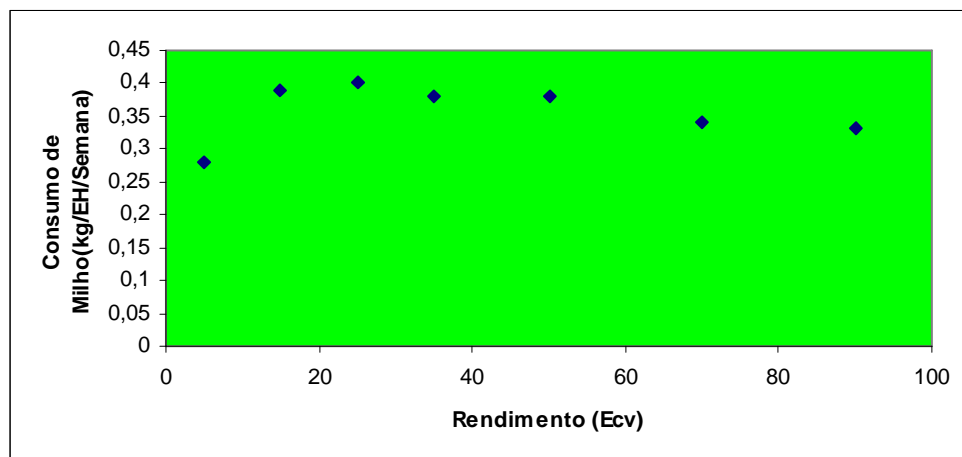
Para uma melhor percepção do consumo das famílias de acordo com o nível de rendimento, efectuou-se uma análise gráfica simples que é evidenciada através do Gráfico 6. Verifica-se que organizando o tratamento por níveis de rendimento que o consumo de arroz decresce com o rendimento, o que demonstra que a elasticidade rendimento tem valor negativo. Isto é o consumo decresce com os níveis superiores de rendimento das famílias.

Gráfico 6. Relação Consumo de Arroz / Níveis de Rendimento



No caso do milho efectuou-se o mesmo tratamento (Gráfico 7) e pode-se constatar que o consumo médio por EH / semana de arroz é o dobro do consumo médio por EH/ semana de milho, e que o consumo de milho cresce inicialmente com o rendimento mas posteriormente tende a decrescer com o aumento do rendimento familiar.

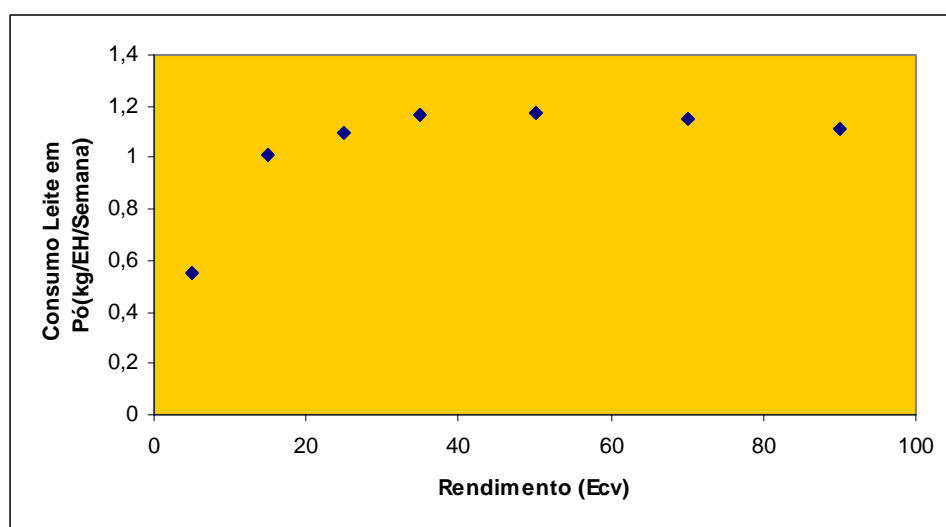
**Gráfico 7. Relação Consumo de Milho/ Níveis de Rendimento**



#### 4.2.3.3. Relação Quantidades Consumidas de leite /Rendimento

Para analisar o comportamento do consumo médio por EH/ semana de leite em pó em função do nível de rendimento, efectuou-se uma análise gráfica simples. Para o caso do leite em pó (Gráfico 8) há um claro aumento de consumo com o nível de rendimento, que a partir de níveis de rendimentos superiores a 40 mil ECV tem tendência a decrescer.

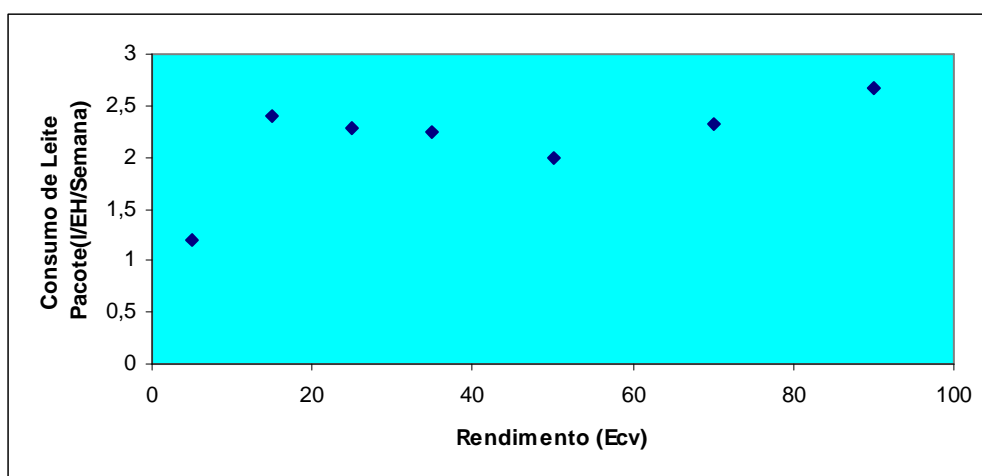
**Gráfico 8. Relação Consumo de Leite em Pó/ Níveis de Rendimento**



Quando analisamos o comportamento do consumo de leite de pacote verificamos um enorme aumento com o rendimento (a níveis baixos de despesa / rendimento da família), com decréscimos a níveis intermédios de rendimento e uma nova subida substancial de níveis de consumo para estratos mais elevados (Gráfico 9).

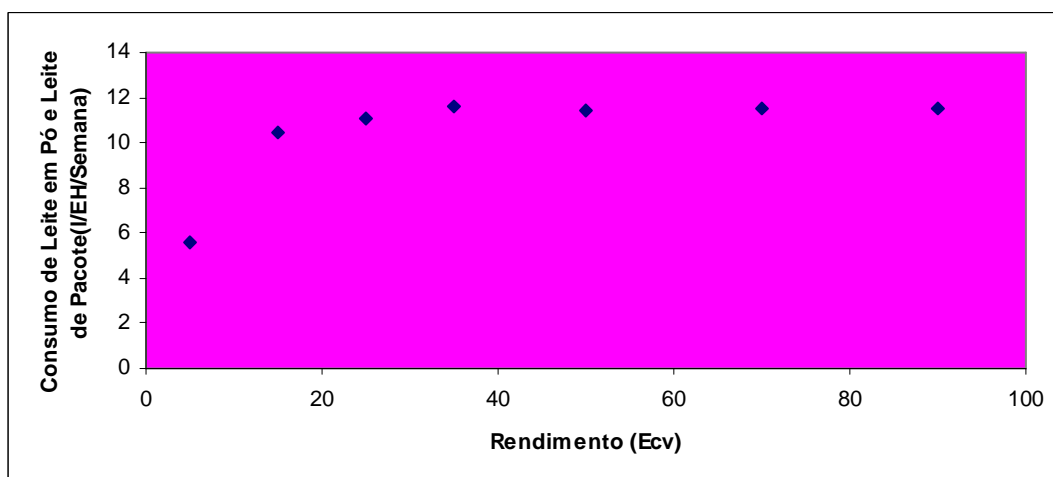
Este comportamento pode indiciar melhor gestão dos recursos disponíveis à medida que existe um melhor nível educacional (que se associa a níveis de rendimento razoáveis).

**Gráfico 9. Relação Consumo de Leite em Pacote / Níveis de Rendimento**



Para melhor evidenciar a substituição do leite em pó por leite em pacote iremos proceder a estimativa de consumo global, associando os dois tipos de consumo. A análise gráfica permite evidenciar a forma assintótica do gráfico (Gráfico 10).

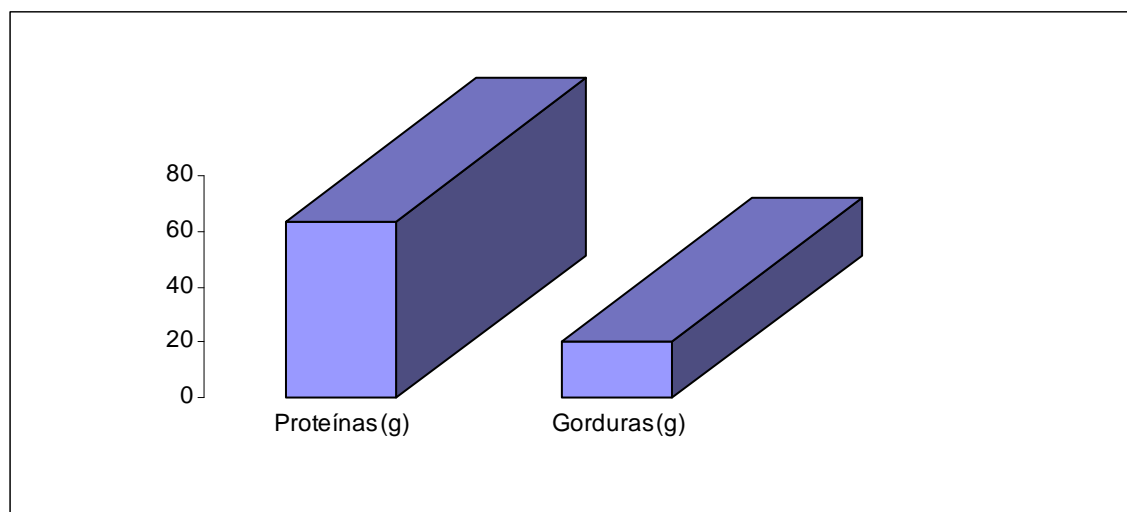
**Gráfico 10. Relação Consumo de Leite em Pó e leite Pacote/ Níveis de Rendimento**



É contudo, necessário ter presente que este exercício é meramente exploratório, uma vez que o leite em pó também é utilizado para outros fins alimentares que não o seu consumo enquanto leite reconstituído líquido.

#### 4.2.3.4. Balanço Energético e Proteico *per capita* /dia

Apresenta-se o consumo de proteínas e gorduras no Gráfico 11. Os cálculos foram efectuados com base em índices nutritivos internacionais publicados pela FAO (2003).



**Gráfico 11. Consumo de Proteínas e Gorduras *per capita* /dia**

Analisando o Gráfico 11, podemos constatar que as famílias estudadas ingerem em média 64 g de proteínas e 21 g de gorduras *per capita* por dia. Constata-se igualmente um consumo calórico de 2404 Kcal *per capita* por dia. Ao analisar este valor deve-se ter em conta que se trata de um valor médio, tendo o cuidado de perceber as limitações do cálculo efectuado.

Por outro lado este valor é inferior ao referido normalmente no Anuário de Segurança Alimentar 2002 para Cabo Verde que deve rondar as 3 600 Kcal.

As diferenças obtidas podem ser explicadas de várias formas. Em primeiro lugar há casos cuja informação está incompleta e subestimada ao nível dos

agregados, sendo também visível que a informação calculada refere-se ao consumo efectuado em casa. Os consumos fora de casa em centros urbanos podem ser significativos. Há ainda a ter em conta que os cálculos de disponibilidade são claramente diferentes do consumo referido. Dito isto, queremos afirmar que a questão não está esgotada sendo necessário maior investigação para averiguar sobre os hábitos alimentares e comportamentos do consumidor.

O estudo efectuado é claramente indicativo e exploratório não podendo servir para efectuar generalizações ou inferências a nível mais global.

Em termos proteicos temos um valor de aproximadamente de 64 g, comparando com o Anuário de Segurança Alimentar 2002 que cita, cerca de 96,4 g para Cabo Verde.

A partir destes valores de consumo calórico verificamos que na nossa amostra havia cerca de 25 famílias com um consumo inferior às 2000 Kcal *per capita*. Sendo assim, revemos o cálculo das médias para o cálculo das calorias consumidas seguindo o seguinte procedimento: Identificamos os casos em que o cálculo de consumo calórico apresentava valores que se afastava da média acima de 1 desvio padrão. Com este procedimento, retiramos da amostra estas famílias para prosseguir os cálculos. Este cálculo permitiu obter assim um valor de consumo calórico de 2578,12 Kcal *per capita*. O consumo proteico alterou-se significativamente para as 70,15 g e as gorduras para as 21,64 g *per capita*.

Estes valores de consumos calóricos permitiu constatar que muitas das famílias da nossa amostra são famílias de grande dimensão e vivem numa situação de vulnerabilidade alimentar.

Contudo, o valor da adequação energética referenciada pela OMS, é de 2800 Kcal *per capita* com uma dieta alimentar saudável e o consumo proteico em média deve rondar as 70 g de várias origens. Por sua vez, a FAO refere valores de consumo calóricos para os PVD na ordem das 2400 Kcal, e

o consumo proteico compreendido entre as 50 g diárias e as 63 g consoante o sexo.

#### 4.2.3.5. Equilíbrio do Regime Alimentar

Num regime alimentar equilibrado, as necessidades energéticas devem ser satisfeitas obedecendo a determinadas indicações que respeitam o metabolismo humano e a constituição do corpo.

O regime alimentar diz-se equilibrado quando 50 a 60 % das calorias forem provenientes de glícidos, entre 25 e 30 % provenientes de gorduras e lípidos, entre 12 e 15 % das calorias forem provenientes das proteínas (Ferreira, 1994).

Assim sendo, apresentamos alguns parâmetros que permitem a análise do regime alimentar das famílias estudadas.

Os dados apresentados no Quadro 25 permitem concluir que a quantidade de calorias fornecidas pelos glícidos é ligeiramente superior ao ideal.

**Quadro 25 – Origem das calorias no regime alimentar dos agregados (%)**

Calorias provenientes de proteínas	Calorias provenientes de lípidos	Calorias provenientes de glícidos
8,50	14,69	76,81

**Fonte: Trabalho de campo e estudo de caso**

Interessa realçar que o valor registado das calorias provenientes de proteínas se encontra a um valor muito inferior ao indicado (8,5 %).

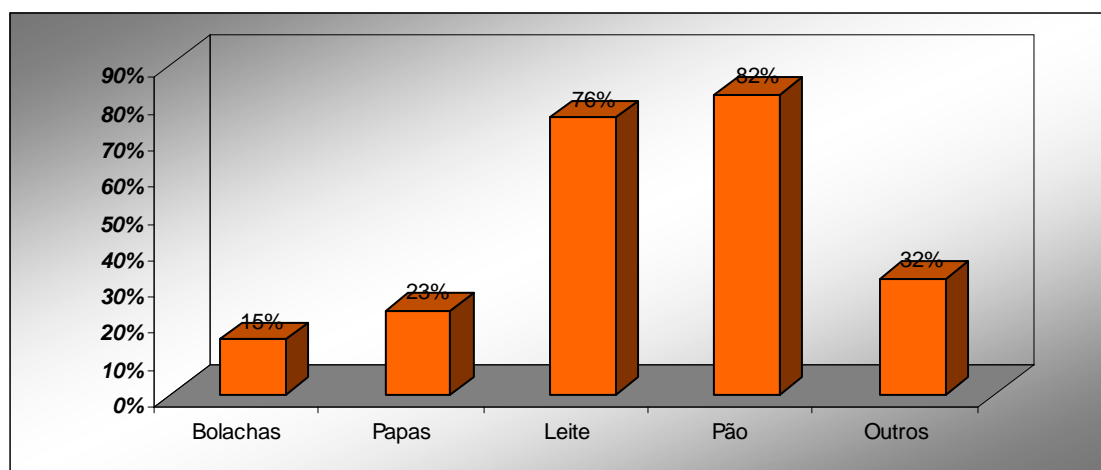
Com efeito, a energia proveniente dos lípidos e dos glícidos é mais barata, o que está de acordo com o facto de se verificar um menor afastamento do equilíbrio.

Os dados apresentados permitem concluir que, de uma maneira geral, o regime alimentar das famílias analisadas não é equilibrado. Para um conjunto de 113 agregados familiares torna-se difícil compreender os aspectos qualita-

tivos e quantitativos da alimentação, responsáveis pelas carências ou excessos do seu regime alimentar. Contudo, não podemos deixar de referir que as populações baseiam as suas escolhas alimentares em aspectos que se prendem sobretudo com disponibilidade alimentar e o gosto pessoal.

### 4.3. Análise ao Consumo das Crianças

A partir do Anexo 2 (Inquérito ao Consumo das Crianças), obtiveram-se os resultados do Gráfico 12. De um total de 130 crianças inquiridas, 127 tomam o pequeno-almoço o que corresponde a cerca de 97,70% da amostra.



**Gráfico 12. Alimentos Consumidos ao Pequeno-Almoço pelas Crianças**

O pão e o leite constituem a base alimentar do pequeno-almoço das crianças. Os “cereais” ou papas também fazem parte da alimentação de cerca de 23 % das crianças inquiridas.

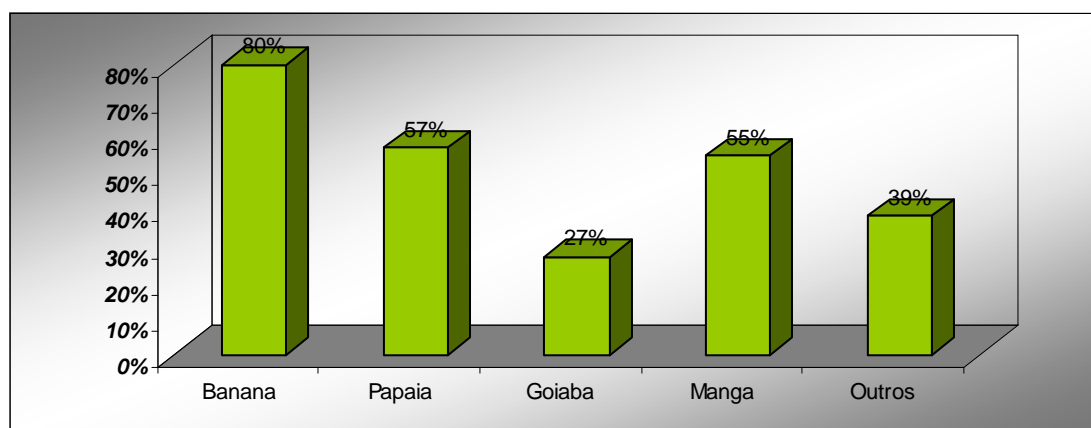
Uma grande parte das crianças consome outros alimentos ao pequeno-almoço (32%), nomeadamente, camoca<sup>3</sup>, café com leite ou sobras do jantar do dia anterior.

Cerca de 94% das crianças inquiridas consomem frutos distribuídos da seguinte forma: almoço 10%, lanche 56,92% e jantar 26,15 % .

<sup>3</sup>Camoca-milho torrado e moído.

O consumo de fruta é feito preferencialmente ao lanche (57%). A banana é a fruta mais consumida pelas crianças (80%), o que se justifica por ser uma fruta com o preço acessível às famílias e também por ser uma fruta abundante no país durante todo o ano.

Os "frutos da terra" (banana, papaia, manga, goiaba etc..) são as mais consumidas dadas as suas disponibilidades no mercado (Gráfico 13).

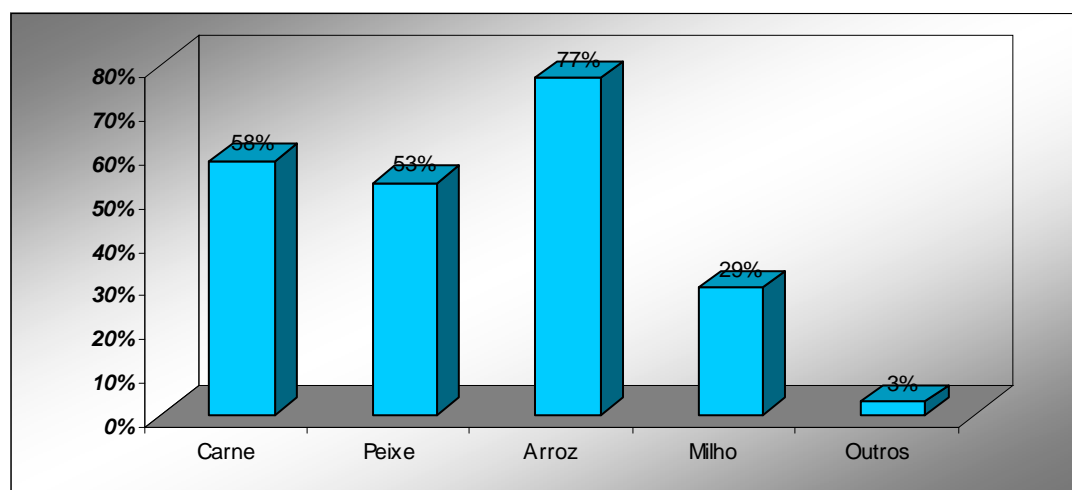


**Gráfico 13. Frutos consumidos pelas crianças**

Outros frutos são consumidos pelas crianças (39%), nomeadamente, maçã, pêra, uvas, morangos etc. Estes frutos são consumidos por uma parte significativa das crianças inquiridas, o que demonstra que essas crianças fazem parte de famílias com elevado poder aquisitivo, dado que esses frutos são adquiridos a preços não acessíveis a todas as famílias cabo-verdianas.

Relativamente ao consumo de cereais, de realçar que 77% das crianças inquiridas consomem arroz, enquanto que o consumo do milho é apenas referido por 29% destas crianças (Gráfico 14).

Cerca de 58% das crianças inquiridas, referiram que consomem carne, enquanto que o consumo de peixe é referido por 53% das mesmas.



**Gráfico 14. Alimentos Consumidos pelas Crianças**

Os dados indicados não estão condizentes com o consumo de carne efectuado pelas suas famílias, que declaram consumir mais peixe semanalmente.

Esta diferença poderá estar relacionada com as preferências das crianças, ou por terem interpretado incorrectamente a questão.

A análise do consumo das crianças permitiu efectuar uma comparação com o consumo dos agregados. Sendo assim, as crianças referem que consomem preferencialmente o arroz, o que está de acordo com o consumo dos seus agregados (Gráfico 14).

O milho é consumido por uma percentagem muito reduzida de crianças. As crianças referiram consumir em maiores percentagens carne, comparativamente ao peixe.

Esta constatação não está de acordo com o consumo das suas famílias, que declaram consumir maiores quantidades de peixe.

Esta diferença poderá demonstrar que as crianças preferem consumir carne em detrimento de peixe.

#### 4.4 Análise da Qualidade de Vida dos Agregados

Como evidencia o Quadro 26, a maioria das crianças beneficia de luz eléctrica em casa (95%). As habitações com casa de banho estão presentes em 84% das mesmas.

A presença de alguns bens de equipamento como televisão (87%), frigorífico (85%), telefone (84%), vídeo (35%) e automóvel (66%), evidencia o nível de conforto que vive a maioria das crianças inquiridas e suas famílias e pode definir a qualidade de vida das famílias.

O Quadro 26 mostra que quase metade das crianças inquiridas possui computadores nas suas habitações.

**Quadro 26-Bens de Conforto dos agregados**

<b>Bens de Conforto</b>	<b>(%)</b>
Casa de Banho	83,85
Televisão	86,92
Rádio	91,54
Frigorífico	84,62
Telefone	83,84
Vídeo	34,62
Computador	47,70
Automóvel	66,00
Luz eléctrica	94,61

**Fonte: Trabalho de campo e estudo de caso**

Muitas das crianças que habitam nos bairros como Bela Vista e Eugénio Lima declararam possuir electricidade nas suas habitações. Este facto foi-nos confirmado por informações de terceiros, que estas habitações possuem electricidade, mas “puxada” de outras casas.

A posse de frigorífico demonstra a importância que este equipamento apresenta para a conservação dos alimentos e também para a segurança alimentar das famílias.

A presença de casa de banho também é fundamental para o conforto e qualidade de vida dos agregados. Cerca de 84 % das famílias possui casa de banho.

Comparando estes dados com o estudo efectuado pelo INE em 2000, apresentado no Anuário de Segurança Alimentar 2002 (Quadro 27), podemos evidenciar que houve um acréscimo em todos os indicadores de qualidade de vida. Este facto demonstra a capacidade aquisitiva das famílias e melhoria na qualidade de vida dos agregados.

O nível de conforto para a Cidade da Praia situa-se entre o muito baixo a baixo, com um índice de conforto de 51,8 e com um índice de conforto de 28,1 um nível alto ou muito alto. O índice de conforto permite inferir acerca da qualidade de vida das unidades familiares.

**Quadro 27 - Bens de Conforto dos Agregados Familiares da Cidade da Praia**

<b>Bens de conforto</b>	<b>(%)</b>
Casa de Banho	47,1
Televisão	53,5
Rádio	71,1
Frigorífico	48,4
Telefone	-
Vídeo	24,5
Computador	-
Automóvel	13,3
Luz eléctrica	63,4

Fonte: Anuário Segurança Alimentar 2002

Comparando os nossos dados de bens de conforto, com os números referenciados no Quadro 27 para a Cidade da Praia, verificamos que houve uma melhoria em termos gerais nos bens de conforto. A melhoria registada poderá estar estritamente ligada com o aumento substanciais nos rendimentos das famílias. Refere-se neste caso alguns bens que merecem serem destacados, a aquisição de frigorífico e computadores. O frigorífico constitui um bem de extrema importância para a conservação dos alimen-

tos, neste caso referimos a (Food Safety), os computadores pela importância que as novas tecnologias trazem às sociedades.

#### **4.5. Estudos Antropométricos**

Os estudos antropométricos incidiram sobre cento e setenta e cinco crianças com idades compreendidas entre os 12 meses e os 60 meses inclusive. Este estudo baseou-se na recolha de dados antropométricos: idade, peso e altura.

O processamento dos dados recolhidos foi efectuado a partir do Anexo 3 (Análise dos dados Antropométricos), que conduziu à obtenção de índices que permitem a avaliação do estado nutricional das crianças. De uma forma sintética, podemos considerar que um valor para o índice peso/altura (P/A) inferior ao normal nos denuncia a incidência de um processo que está a causar um défice de peso (mal nutrição aguda).

Uma criança de determinada faixa etária nestas condições possui menos tecido muscular que outra, da mesma altura considerada normal. Da mesma forma um valor inferior ao normal para o índice altura/idade (A/I), representa um atraso no crescimento, causado por um processo lento de efeitos cumulativos, por exemplo uma mal nutrição prolongada no tempo (mal nutrição crónica).

O outro índice refere-se ao peso/idade (P/I), que expressa a massa corporal para a idade cronológica. Este índice tem a desvantagem de poder ser influenciado pela altura da criança, facto que não o torna muito recomendado.

Estabelecemos sete intervalos ou níveis de valores para os três índices seleccionados como indicadores do estado nutricional da população utilizando a escala Desvio Padrão ou S.D. score (Standard Deviation Score).

Nos Gráficos 15, 16 e 17, estão representados os números relativos ou dito de outra forma, a percentagem de crianças cujos índices se encontram nos intervalos definidos.

O estudo efectuado pelo INE em 2004 permitiu concluir que a mal nutrição aguda atingia cerca de 7 % das crianças cabo-verdianas e a obesidade 9 %. A W.H.O., considera que taxas de mal nutrição agudas entre 5 a 9 %, são consideradas com grau de severidade média.

Analisando o Gráfico 15, constata-se que cerca de 11 % das crianças apresentam obesidade, a mal nutrição aguda moderada afecta cerca de 4,5 % e 2,29 % sofre de mal nutrição aguda severa.

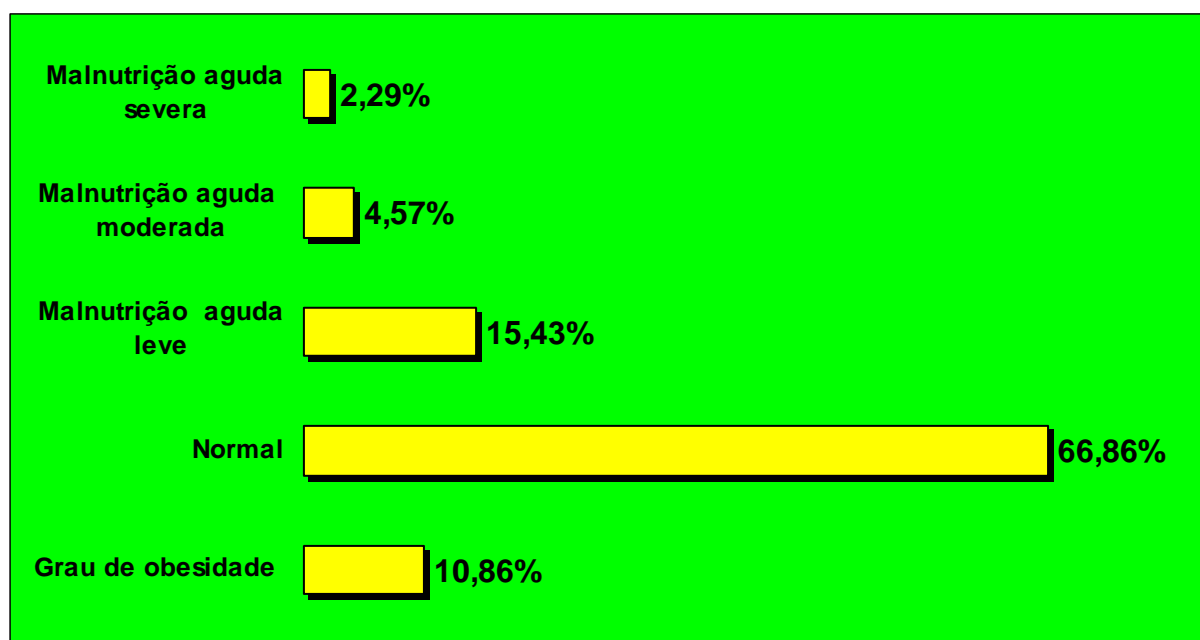


Gráfico 15. Estado nutricional índice peso/altura

O Gráfico 16 evidencia que as crianças analisadas não apresentam problemas de mal nutrição crónica.

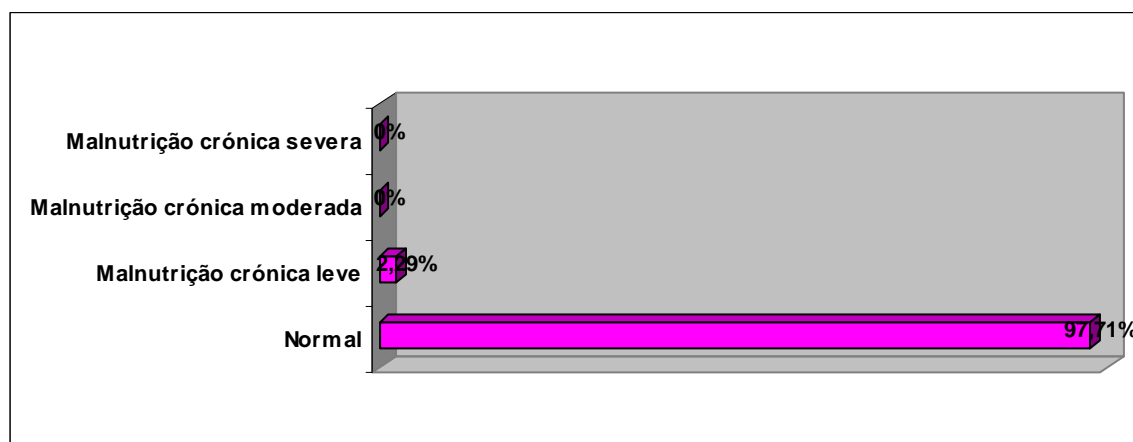


Gráfico 16- Estado Nutricional Índice Altura /idade

Efectuando uma comparação entre o estudo efectuado pelo INE e o nosso trabalho, podemos verificar que para o caso de Praia urbana, foi referido um valor de 4,5 % para a mal nutrição crónica severa, e para a mal nutrição aguda moderada ou severa cerca de 2,9%.

Esta diferença de valores poderá dever-se ao tamanho da nossa amostra, às características sócio económicas das famílias das crianças inquiridas, ou por estas crianças estarem sujeitas a uma refeição que é distribuída pela escola, o que veio colmatar vários problemas nutricionais.

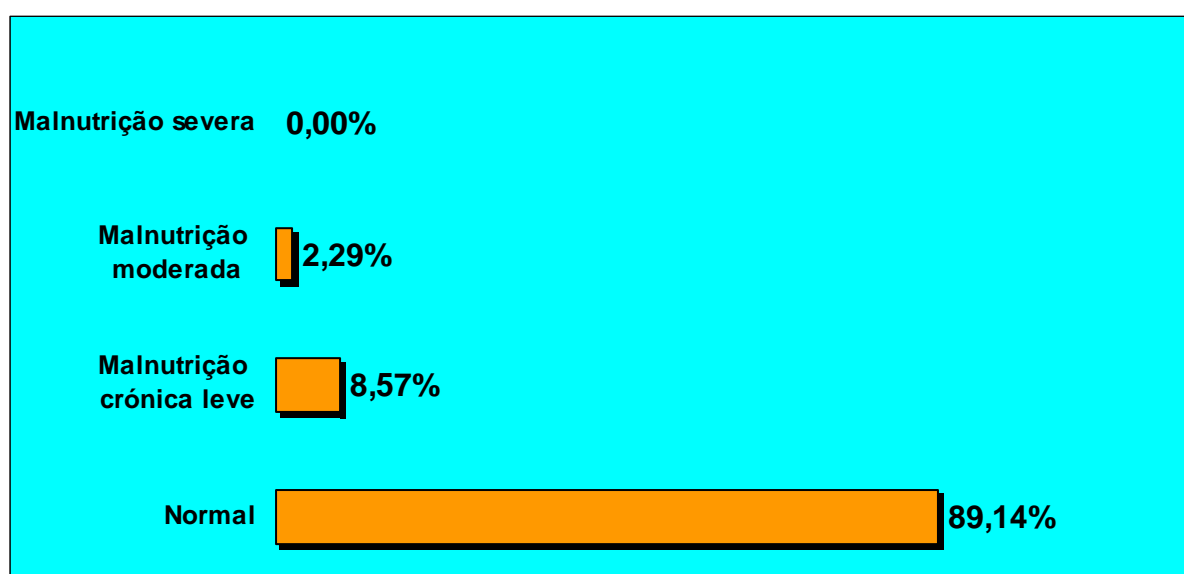


Gráfico 17. Estado nutricional índice Peso/idade

## **4.6. Análise Econométrica**

### **4.6.1. Proposta de Modelação para Quantidades Consumidas em Função do Rendimento**

Este capítulo trata da análise do ajustamento de funções procura para o conjunto de produtos alimentares. A “proxi” para o rendimento foi obtida a partir das despesas declaradas pelas famílias.

Partindo de uma base de dados “ Matriz Tratamento de Dados” (Anexo 4), em que se fez algumas transformações e esboçou-se a análise estatística, utilizando o programa Estatística versão 6.

A matriz é constituída por 113 colunas que corresponde aos 113 agregados analisados e em linhas as várias variáveis:

- x1- Número de pessoas
- x2- Equivalente Homem (EH)
- x3- Sabe ler ou não
- x4 - Kcal/dia
- x5 - Despesa total
- x6 - Despesa alimentar
- x7 - Despesa com educação
- x8 -Consumo de milho
- x9 - Consumo de arroz,
- x10 - Consumo de feijão
- x11- Consumo de pão
- x12 - Consumo de raízes
- x13 - Consumo de óleo
- x14 - Consumo de azeite
- x15 - Consumo de açúcar.

Seguidamente apresento resumidamente alguns conceitos importantes utilizados neste capítulo:

$R^2$ - Coeficiente de determinação simples, e  $R^{2*}$  é o coeficiente de determinação ajustado – É uma medida de ajuste do modelo. Mede a proporção da variação da variável dependente que é explicada pela variável independente.

$B_i$  – Estimativas dos coeficientes da função para cada variável, variação percentual na variável dependente em função de variações percentuais nas variáveis independentes.

Elasticidade rendimento - Representa variações percentuais no consumo para variações de 1% no rendimento

Bem inferior – apresenta elasticidade rendimento de sinal negativo, ou seja o consumo do bem decresce à medida que o rendimento aumenta.

A análise estatística dos dados é apresentada de forma resumida, utilizando ensaios para facilitar a organização do trabalho.

**Ensaio 1** - Pretende-se com este ensaio determinar o Modelo que melhor pode explicar variações na despesa total das famílias. Para este ensaio utilizamos o Modelo de Regressão Linear Múltipla, tentando mostrar qual, ou quais as variáveis que melhor explicam a variável dependente (Var. x5), Despesa total, que podemos tomar como uma “proxi” para o rendimento total das famílias. Neste caso, o conjunto de variáveis independentes que parece melhor justificar as variações da variável dependente, provou ser dada pela seguinte equação.

### **Equação A**

$\ln$  Despesa total =  $f \text{ var} (x_2, x_3, \ln x_4, \ln x_7, \ln x_8, \ln x_9, \ln x_{10}, \ln x_{11}, \ln x_{12}, \ln x_{13}, \ln x_{14}, \ln x_{15})$

$R^2 = 0,483$

$R^{2*}$  ajustado = 0,420

Os valores significativos estão representados a vermelho na tabela.

**Quadro 28- Sumário dos dados para o modelo econométrico cuja variável dependente é despesa total (x5)**

N= 113	B	t (102)
Intercept	-13,9315	-4,21501
X2-EH	0,0673	1,5793
X3- ler	0,2307	0,8668
ln x4	1,5519	4,1400
ln x7	0,7134	6,1758
ln x8	-0,1155	-2,8800
ln x9	0,0766	-0,6067
ln x10	-0,0544	-0,4946
ln x11	0,2158	1,3565
ln x12	0,0896	0,8053
ln x13	-0,0832	-0,6987
ln x14	-0,1568	-1,2987
ln x15	0,0088	0,0592

**Fonte: Trabalho de campo e estudo de caso**

Estas variáveis independentes são as que melhor explicam as variações do rendimento total das famílias, sendo que permitem explicar cerca de 48 % da variação existente ( $R^2 = 0,483$ ). Das variáveis independentes o nível de educação (var x3), é a que melhor explica o rendimento das famílias (Quadro 28).

**Ensaio 2-** Pretende-se estimar quais as variáveis que melhor explicam a despesa alimentar do agregado (var x6).

### **Equação B**

$$\ln \text{ Despesa alimentar} = f \text{ var} (x2, x3, \ln x5, \ln x7)$$

$$R^2 = 0,6795$$

$$R^{2*} \text{ ajustado} = 0,6676$$

**Quadro 29- Sumário dos dados para o modelo econométrico cuja variável dependente é despesa alimentar (x6)**

N= 113	B	t (108)
Intercept	5,3935	11,65169
X2-EH	-0,0703	-3,85561
X3- ler	0,43384	3,00525
ln x5	0,54487	10,6531
ln x7	-0,01620	-0,21286

Fonte: Trabalho de campo e estudo de caso

A despesa alimentar do agregado familiar está fortemente relacionada com a despesa total (rendimento familiar). A elasticidade consumo alimentar ao nível do rendimento familiar total é muito grande, quando o rendimento sofre um aumento de 10 %, 5,5 % destina-se á alimentação, (B = 0,54487).

Os gastos na alimentação é função do tamanho do agregado familiar e do grau de instrução do agregado (saber ler ou não), ( $R^2 = 0,6795$ ) (Quadro 29).

**Ensaio 3-** Pretende-se com este ensaio determinar o modelo que melhor estima o consumo alimentar de milho e arroz em EH/ano.

### Equação c

ln Quantidade Consumida milho = *f var* ( x2, x3, ln x5)

$R^2 = 0,051$

$R^{2*}$  ajustado = 0,0244

**Quadro 30- Sumário dos dados para o modelo econométrico cuja variável dependente é consumo de milho (x8)**

N= 113	B	t (109)
Intercept	4,2660	4,57901
X2-EH	-0,0378	-0,49618
X3- ler	-0,3890	-2,13758
ln x5	-0,3965	-065534

Fonte: Trabalho de campo e estudo de caso

As quantidades consumidas de milho está inversamente correlacionado com o rendimento das famílias ( $B = -0,3965$ ), ou seja se houver um aumento de 10 % na despesa total (rendimento familiar), implica um decréscimo no consumo de milho de 3,9 % (Quadro 30).

### Equação D

$\ln$  Quantidade Consumida arroz =  $f \text{ var}$  ( $x_2, x_3, \ln x_5$ )

$R^2 = 0,10327$

$R^{2*}$  ajustado = 0,07858

**Quadro 31- Sumário dos dados para o modelo econométrico cuja variável dependente é consumo de arroz ( $x_9$ )**

<b>N= 113</b>	<b>B</b>	<b>t (109)</b>
Intercept	4,0024	12,74201
X2-EH	0,0520	2,02340
X3- ler	-0,1763	-0,86448
$\ln x_5$	-0,1294	-2,10975

**Fonte: Trabalho de campo e estudo de caso**

No caso do arroz a elasticidade rendimento também é negativa, ou seja ( $B = -0,1290$ ), o que demonstra que o arroz é um bem inferior. Sendo assim, o consumo alimentar de arroz decresce à medida que o rendimento familiar aumenta. No caso do arroz temos que ter em consideração não só a importância do arroz no consumo alimentar e no orçamento familiar, mas também o facto de a variação de preços ser quase inexistentes (Quadro 31).

Para o consumo de leite em pó não foi possível obter estimativas conclusivas, contudo sabe-se que o consumo de leite em pó tem crescido com as melhorias no rendimento, mas quando há um acréscimo substancial no rendimento, verifica-se uma tendência para aumentar o consumo de leite de “pacote”.

## Capítulo 5 - Conclusões e Considerações Finais

### 5.1. Conclusões

Através dos objectivos traçados nos inquéritos, bem como, das questões formuladas, constata-se que o padrão alimentar cabo-verdiano sofreu modificações profundas. Verifica-se uma tendência para a diminuição do consumo de produtos tradicionais (caso do milho) e também uma diversificação da dieta com o aumento do rendimento (caso do consumo de arroz). Constatamos que o nível de educação é importante para a definição do padrão alimentar.

Os dados sócio -económicos permitem caracterizar os agregados familiares nos quais incidiu o nosso estudo. A estrutura etária da população evidencia uma população jovem, em que 60 % das pessoas têm idade inferior a 20 anos e maioritariamente constituída por pessoas do sexo feminino (54,4%).

A dimensão média das famílias é de 4,6 elementos. Quase todos os chefes dos agregados sabem ler, registando-se cerca de 95 %, e 35 % dos chefes familiares possuem o ensino superior, o que demonstra um nível educacional bastante elevado para a população.

A análise às famílias, sobretudo aquelas com maiores gastos mensais, permitiu-nos inferir que estas possuem maiores rendimentos mensais e apostam na educação dos seus filhos. Os gastos com alimentação constitui uma fatia elevada das despesas totais das famílias.

A quantificação do consumo alimentar permite-nos concluir que o arroz é o alimento mais utilizado pela população. Este cereal é consumido todos os dias por 70 % dos agregados; o milho, o arroz e o feijão são alimentos de importância semelhante no regime alimentar da população, como alimentos base da refeição, sendo que o milho e o feijão são produtos disponíveis nos sistemas de produção local.

O milho passou a ser consumido raramente pelas famílias (49 %).

O consumo de pão é bastante elevado, 76 % das famílias consome este alimento diariamente.

O peixe foi o alimento fornecedor de proteínas mais importante no consumo diário das famílias (21%). As hortaliças e os frutos são alimentos de alguma importância no regime alimentar da população, embora sejam consumidos em menores quantidades, apenas 26 % dos agregados familiares consome hortaliças diariamente e 38 % consome frutos.

Constatámos que as famílias tomam duas refeições completas, o almoço e o jantar, intervaladas de outras duas, o pequeno-almoço e o lanche. As refeições são preparadas tendo como base um alimento como o arroz, o feijão, a batata-doce, ou a mandioca acompanhado com peixe ou carne.

Dos alimentos que constituem a base da alimentação, o arroz é aquele que atinge os maiores valores de consumo, 844 g/semana. O consumo semanal de carne e peixe aproxima-se das 500 g. O consumo de milho atingiu as 285 g/semana, o que confirma a baixa frequência de consumo deste cereal. O consumo de pão evidencia a dependência do consumo do trigo no país, pois, regista-se o consumo de cerca de 7 pães/pessoa/semana.

Conseguimos demonstrar a tendência de substituição de leite em pó por leite de "pacote," aliás tendência expectável com a subida de rendimento das famílias. A alteração de consumo com o aumento do rendimento das famílias faz-se assim em duas direcções. Por um lado o aumento de rendimento induz a um maior aumento de consumo de leite em pó, e por outro a substituição do leite em pó pelo leite de "pacote" dado as características deste leite, a facilidade de conservação e manuseamento.

A gordura alimentar mais consumida no país é o óleo alimentar devido ao preço praticado nos mercados locais. O consumo de frutos e hortaliças é baixo, consome-se cerca de 400 g de frutos por semana e 300 g de hortaliças.

O consumo *per capita* ano de arroz situa-se nos 44 kg/ ano, o feijão 15 kg, as raízes e tubérculos 16 kg. Comparando os valores de consumo de arroz com

alguns países, podemos constatar que em Portugal consome-se cerca de 18,2 kg, em S. Tomé e Príncipe 42 kg e na Guiné - Bissau 125 kg *per capita* ano. O consumo de carne e peixe situa-se nos 25 kg e 30 kg respectivamente. O consumo de pescado em Portugal atinge o dobro do consumido em Cabo Verde, cerca de 58,3 kg. A carne consumida em Portugal representa quase três vezes mais o consumo efectuado pelos cabo-verdianos, 88,6 kg *per capita* ano (FAO, 2001). O consumo *per capita* de frutas e hortaliças, que sofreu um acréscimo, está directamente relacionado com o poder aquisitivo das famílias, mas ainda está longe dos valores recomendados pela OMS (400 g de frutos diários).

A quantificação do consumo de bens alimentares pelos agregados familiares permite-nos evidenciar a dependência do país em relação ao exterior. Dos bens alimentares consumidos no país, a contribuição da produção nacional é apenas uma parte dos seguintes produtos: milho, feijões, alguma carne, os ovos e as raízes. Os restantes bens alimentares são oriundos do exterior via importação ou ajuda alimentar.

A produção nacional de bens alimentares sofreu um acréscimo considerável, mas não consegue ainda satisfazer as necessidades alimentares locais.

No que se refere aos aspectos nutricionais dos agregados, podemos concluir que em termos referenciais médios, ingerem cerca de 2400 Kcal/*per capita*/dia e 64 g de proteínas.

Quanto ao equilíbrio do regime alimentar, verificamos que a quantidade de calorias fornecida pelos glícidos é ligeiramente superior ao ideal, e os valores provenientes das proteínas se encontram num valor muito inferior ao indicado o que permite concluir que, de uma maneira geral, o regime alimentar não é equilibrado. Os glícidos e os lípidos são de facto mais procurados pelas populações com menores recursos económicos.

Relativamente a aspectos da alimentação das crianças, podemos constatar, que 97 % tomam o pequeno -almoço, sendo que o pão e o leite constituem a base alimentar dos pequenos-almoços das crianças.

Cerca de 1/3 das crianças consome outros alimentos nomeadamente, camoca, café com leite ou sobras do jantar do dia anterior. Os alimentos consumidos pelas crianças ao pequeno-almoço evidenciam o nível de rendimentos auferidos pelas suas famílias e a importância do pequeno – almoço no regime alimentar.

Os dados obtidos através do estudo antropométrico permitiu concluir que não há problemas graves de deficiência /carências, de mal nutrição crónica, embora haja sim 11 % das crianças que apresentam obesidade e 4,5 % sofre de mal nutrição aguda moderada.

Analisando aspectos referentes à qualidade de vida, 95 % das habitações possuem luz eléctrica e 84 % beneficia de casa de banho. A presença de bens de equipamentos como o frigorífico, telefone, rádio e computadores, evidencia um elevado nível de vida em termos de conforto relativo em que vive a maioria das famílias. É de referir que amostra é meramente relativo à cidade da Paria.

Os modelos apresentados nos ensaios revelam que, a variável nível de educação é a que melhor explica o rendimento das famílias, porque permitiu explicar cerca de 48 % da variação existente ( $R^2 = 0,4830$ ).

Relativamente a despesa alimentar do agregado familiar, verifica-se que está fortemente relacionada com a despesa total (rendimento familiar). A elasticidade consumo alimentar ao nível do rendimento familiar total é muito grande. Quando o rendimento sofre um aumento de 10 %, 5,5 % destina-se à alimentação, ( $B = 0,54487$ ). Este valor está de acordo com o referido pelo inquérito efectuado pelo INE em 1988, que referia que a alimentação absorvia cerca de 54 % das despesas familiares.

Os gastos na alimentação é função do tamanho do agregado familiar e do grau de instrução do agregado (saber ler ou não), ( $R^2 = 0,6795$ ).

Em relação aos bens alimentares, constata-se que a quantidade consumida de milho está inversamente correlacionada com o rendimento das famílias

( $B = -0,3965$ ), ou seja se houver um aumento de 10 % na despesa total (rendimento familiar), implica um decréscimo no consumo de milho de 3,9 %. Relativamente ao consumo de arroz, verifica-se que a elasticidade rendimento também é negativo, ou seja ( $B = -0,1290$ ), o que demonstra que o arroz é um bem inferior. Sendo assim, o consumo alimentar de arroz decresce à medida que o rendimento familiar aumenta. No caso do arroz temos que ter em consideração não só a importância do arroz no consumo alimentar e no orçamento familiar, mas também o facto de a variação de preços ser quase inexistente.

Confrontando os resultados com a hipótese 1 (*A produção alimentar local tem um papel determinante para a garantia de segurança alimentar a nível familiar*), verifica-se que a produção interna do país, garante uma parte considerável do consumo alimentar das famílias, facto que determina o papel importante da produção alimentar local, na segurança alimentar do país. Comprova-se a partir dos dados referenciados na bibliografia, a importância que a produção nacional tem no país. Assim, em 2000 a produção local contribui com 25,2 % para o aprovisionamento do mercado de bens alimentares. Refere-se ainda a importância que a produção nacional teve para o balanço energético, em termos calóricos a sua contribuição foi de 31,1 %.

A hipótese 2 (*Os padrões de consumo dos agregados estão relacionados com o nível de rendimento, dimensão dos agregados e nível de educação*). Comprova-se a partir dos modelos econométricos, que demonstraram que o consumo de bens alimentares é proporcional ao rendimento. O nível de educação dos agregados tem uma extrema importância nos padrões do consumo das famílias, o que está plenamente de acordo com o expectável face ao conhecimento em Teoria Económica. Refere-se ainda que as famílias de maior dimensão são as que se apresentam com maior vulnerabilidade alimentar e consumos energéticos inferiores aos recomendados.

A hipótese 3 (*A despesa alimentar ainda é determinante do orçamento das famílias*). Comprova-se, a partir dos modelos econométricos, que a elasticidade do consumo alimentar ao nível do rendimento familiar total é grande ( $B= 0,55$ ).

A hipótese 4 (*Há produtos tradicionais cujo consumo deverá diminuir com o rendimento (caso do milho e do arroz) das famílias*). Verifica-se quer pelo modelo econométrico, quer pela análise da frequência de consumo, que o milho está a perder importância nos hábitos alimentares das famílias cabo-verdianas.

Relativamente ao consumo do arroz, verifica-se que o aumento de rendimento das famílias, tende a induzir a um menor consumo deste bem.

A hipótese 5 (*A alimentação continua a ser um desafio importante para o desenvolvimento do país e qualidade de vida da população*). Com base na evolução dos hábitos alimentares de um país é possível inferir o seu grau de desenvolvimento e consequentemente a qualidade de vida das suas populações. Comprovamos esta hipótese com base na bibliografia consultada e no trabalho de campo realizado. Verificamos através dos indicadores económicos que Cabo Verde tem sofrido melhorias significativas, pelo crescimento do PIB per capita mas, existe um número muito significativo de famílias com rendimentos muito baixo, o que os torna muito vulneráveis em termos de alimentação. O consumo calórico, neste caso baixo efectuado pelas famílias evidencia um valor a ter em atenção, visto que permite evidenciar que existe problemas em termos nutricionais no país e consequentemente uma qualidade de vida inferior.

De acordo com a classificação para o nível de conforto, Cabo Verde classifica-se com 64 % no nível muito baixo a baixo, e a cidade da Praia com 51,8 situados no nível de conforto de muito baixo a baixo.

## 5.2. Considerações Finais

Os países sahelianos possuem algumas potencialidades no domínio agro-alimentar mas pouco aproveitados e valorizados. Isto faz com que a maioria dos produtos alimentares consumidos seja importada provocando mudanças nos hábitos alimentares e induzindo à desvalorização dos produtos locais.

Em Cabo Verde verifica-se uma tendência para a diminuição do consumo de milho e feijão, produtos de produção local, para outros bens de consumo como o arroz e a farinha que constituem bens oriundos do exterior. Assim, torna-se necessário estimular uma boa prática de gestão dos recursos existentes, com acções pedagógicas e de formação de hábitos de consumo e de atitudes comportamentais que conduzem à maximização da qualidade de vida.

O consumo de feijões é de facto uma alternativa disponível, na medida que existe potencial produtivo que pode ser melhorado (variedades resistentes ao stress hídrico, épocas de plantio e rega complementar e por outro lado a importância nutricional do feijão.

Os governos podem ter um papel preponderante seja no estímulo à produção, na melhoria dos sistemas de distribuição, mas também em matéria de educação alimentar e nutricional. A grande receita será diversificar as dietas o mais possível.

A educação alimentar deverá ser incrementada no país, principalmente através das escolas.

Dada a elevada taxa média de crescimento demográfico verificado nos últimos anos, as projecções apontam para 500 mil habitantes em 2010. Mais de 50 % desses habitantes residirão nas áreas urbanas com os problemas inerentes ao crescimento urbanístico.

Cabo Verde não poderá alcançar auto-suficiência alimentar, pelo menos no domínio dos cereais, mas a agricultura tradicional pode contribuir para o

desenvolvimento global do país uma vez que a sua capacidade produtiva é baixa mas é de extrema importância para o consumo local.

Dado que o país se encontra no grupo de países de desenvolvimento médio, a longo prazo a eliminação da ajuda alimentar pode trazer problemas de escassez e encarecimento de alimentos básicos. O governo deveria acautelar a capacidade de garantir uma segurança alimentar às famílias mais pobres, que podem ver-se privadas de uma espécie de rede protectora de meios de subsistência. Visto que o estatuto nutricional da população é neste momento muito frágil, com pouca capacidade para adaptar-se a novas restrições, é provável que problemas de mal nutrição comecem a expandir no país.

Com as alterações que se passa no arquipélago, existe uma necessidade de quantificação mais rigorosa para estudar o tipo de regime alimentar a nível do país.

No decurso de colecta de dados deparámo-nos com várias dificuldades o que limitou, em alguns casos, a análise comparativa que poderíamos fazer entre o passado e o período em análise.

Na área de alimentação - nutrição, é necessário uma continuidade, ao nível do trabalho na ilha Santiago, mais precisamente no interior da ilha e também nas restantes ilhas que constituí o arquipélago.

Os problemas de obesidade que se registam actualmente em Cabo Verde, constitui um problema de saúde pública que importa prevenir desde a infância.

## **Anexos**

## Referências Bibliográficas

Afonso, C. (1997) *Princípios Básicos de Alimentação e Nutrição*. Lisboa: Universidade Aberta Ed.

Afonso, M. M. (1996). *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Allardt, E. (1981). Experience from the Comparative Scandinavian Study with a Bibliography of the Project: *European Journal of Political Research*, 9: 101-111 (cit, Santos e Martins, 2002).

Allardt, E. (1976). Dimensions of Welfare in Comparative Scandinavian Study, *Acta Sociológica*, 12 (3) (cit, Santos e Martins, 2002).

Albuquerque, L. de & Santos, M. E. M. (1991). *História Geral de Cabo Verde*, vol I Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Amaral, I. do. (1988). A Propósito das Cidades do Terceiro Mundo: Contribuições Geográficas. *Garcia de Orta, Série Geográfica*, 13 (1): 1-23.

Anuário de Segurança Alimentar (2002) Projecto ANSA/ ISA USP.

Anuário de Segurança Alimentar (2000) Projecto ANSA/ ISA USP.

Associação Nacional de Nutricionistas Janeiro (2006). Não Fumadores Vivem mais cinco anos. *Jornal Destak*.

Azevedo, M. (2003). *Teses, Relatórios e Trabalhos Escolares Sugestões Para a Estruturação da Escrita*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Edição Preparada Pela Editorial Verbo.

Barbosa, L. A. G. (1961). Subsídio Para Um Dicionário Utilitário e Glossário dos Nomes Vernáculos das Plantas do Arquipélago de Cabo Verde, *Est Agron.* 2 (1) : 1-57.

Beardsworth, A (1997). *Sociology on the Menu*. In Invitation to the study of Food and Society London.

Beja, S.(2001). Saber Comer é Saber Viver. *Jornal de Notícias*.

Belknap, J; Morris, M. F. (1992). Cabo Verde e Avaliação de Necessidades Alimentares. OFDA/USDA Actividade para Combater a Fome PASA, Conn (cit Langworthy, 1995).

Bourdieu, P (1979). Toward a Psycho-Sociology of Contemporary Food Consumption In Foster, R & Ranum, (Ed). *Food and Drink in History*. Baltimore. Md: The John Hopkins University Press (cit Pedraza, 2004).

Bourre, J. M. (1990). *La Diététique du Cerveau* Paris : Ed. Odile Jacob : 34-78.

BraidWood, J.R. (1960). La Revolucion Agricola. In *Selecciones de Scientific American, Biologia y Cultura: Introducción a la antropología biológica y social*. Madrid : Herman Blume (Ed.): 209-217.

Braudel, F. (1983). *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo 1*. Lisboa: Ed. Dom Quixote.

Bourdieu, P (1979). Toward a Psycho-Sociology of Contemporary Food Consumption In Foster, R; Ranum, (Ed). *Food and Drink in History*. Baltimore, Md: The John Hopkins University Press (cit Pedraza, 2004).

Campino, A. C. C. (1983). Nutrição e Desenvolvimento Económico. *Série Relatórios de Pesquisa 15*, Instituto de Pesquisas Económicas, São Paulo.

Carreira, A. (1983). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.

Carreira, A. (1982). *Estudos de Economia Cabo-verdiana*. Lisboa.

Carvalho, B. M. T. de S. P. de. (2006). 3º Recenseamento Geral da Agricultura de Cabo Verde. Divulgação e Comentários, *Série de Estudos de Desenvolvimento e Gestão de Sistemas*, 12 (1). Lisboa: Secção de Agronomia Tropical e Subtropical, Instituto Superior de Agronomia.

Carvalho, B. M. T. de S. P. de. (2003). A Segurança Alimentar Qualidade de Vida e Desenvolvimento, *Série de Estudos de Desenvolvimento e Gestão de Sistemas*, 9 (4). Lisboa: Secção de Agronomia Tropical e Subtropical, Instituto Superior de Agronomia.

Carvalho, B. M. T. de S. P. de. (2002). A Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Rural: Africa Sub-Shariana. *Série de Estudos de Desenvolvimento e Gestão de Sistemas*, 8 (1). Lisboa: Secção De Agronomia Tropical e Subtropical, Instituto Superior de Agronomia.

Carvalho, B. M. T. de S. P. de. (2000). Política De Segurança Alimentar Em Cabo Verde. *Série de Estudos de Desenvolvimento e Gestão de Sistemas*, 6 (2). Lisboa: Secção De Agronomia Tropical e Subtropical, Instituto Superior de Agronomia.

Carvalho, B. M. T. de S. P. de. (1998). Food Security And Hedonic Behaviour: A case Study of São Tomé e Príncipe, *Food Policy*, 23 (3 - 4): 263-275.

Carvalho, B. M. T. de S. P. de. (1996). Economia do Desenvolvimento, Agronomia Tropical e Segurança Alimentar. *Série de Estudos de Desenvolvimento e Gestão de Sistemas*, 2 (2). Lisboa: Secção De Agronomia Tropical e Subtropical, Instituto Superior de Agronomia.

Carvalho, B. M. T. de S. P. de. (1995). Segurança Alimentar, Hedonismo e Desenvolvimento Económica. *Série de Estudos de Desenvolvimento e Gestão de Sistemas Agronomia* 1 (2). Lisboa: Secção De Agronomia Tropical e Subtropical, Instituto Superior de.

Castro, J. de. (1948). *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro (cit Félix, 2000).

Cépède, M; Gounell, H. (1997). *A Fome*. Lisboa: ITAU, (cit Félix, 2000).

Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (W.C.E.D) (1991). *O Nosso Futuro Comum*, Meribérica/ Liber Editores S.A. (cit, Lampreia).

Correia, A. M. N. G. (2000). Condicionantes Africanas Face Ao Incremento das Necessidades Alimentares no Próximo Milénio: Estratégias. *Revista de Ciências Agrárias* 12 (3): 96-119.

Correia, A. M. N. G. (1992). A Agricultura Em Cabo Verde 1<sup>as</sup> Jornadas Sobre a Agricultura de Cabo Verde, 23-25 Outubro, *Série de Ciências Agrárias* 8: 155-169. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Costa, M. S. (1996). Segurança Alimentar e Agro – Indústrias, II Jornadas das Agro - Indústrias, Instituto Superior de Agronomia, 8-11 Janeiro, Lisboa.

Costa, M. L. B da. (2002). Qualidade e Segurança Alimentar. Conceitos Idênticos ou Diferenciados? Seminário Qualidade e Segurança Alimentar Comemorações dos 150 anos do Ensino Superior Agrícola em Portugal. Instituto Superior de Agronomia.

Couto, M. F. P. d. (1997). *Contribuição para o Estudo das Estratégias Familiares de Subsistência Rurais em Santiago de Cabo Verde: Uma Abordagem Sócio -Antropológica*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Delgado, J. M. S. (1998). *A Agricultura e A Arborização em Cabo Verde: Contribuição para a Sua Problemática*. Dissertação de Mestrado em Produção Agrícola Tropical. Lisboa: Universidade Técnica Lisboa Instituto Superior de Agronomia.

Diagnóstico de Segurança Alimentar em Cabo Verde (2002). Ministério de Agricultura e Pescas. Vol I.

Direcção Geral do Planeamento (2002). Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005, I volume, Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional.

FAO (2005). Statistical Database.

FAO (2004). Faostat Nutrition.

FAO (2001). Faostat Nutrition.

FAO (1997). Report of the World Food Summit, FAO, Rome.

FAO, (1996). *Alimentação para Todos*, Roma.

Faria, F. X. de. (1992). Alguns Aspectos dos Solos de Cabo Verde 1<sup>as</sup> Jornadas Sobre a Agricultura de Cabo Verde, 23-25 Outubro, *Série de Ciências Agrárias* 8: 47-54. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Félix, M. M. (2000). *A Alimentação e Nutrição em Angola, “ O Paradoxo de Potencialidade”*. Dissertação de Mestrado em Produção Agrícola Tropical. Lisboa: Universidade Técnica Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

Ferrão, J. E. M. (1997). *Recursos Alimentares Mundiais População, Alimentos, Ambiente*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Ferrão, J. E. M. (1993). *A Alimentação, A Protecção de Recursos e a Agricultura Durável*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Ferrão, J. E. M. (1992). *A Fruticultura Em Cabo Verde. 1<sup>as</sup> Jornadas Sobre a Agricultura de Cabo Verde, 23-25 Outubro, Série de Ciências Agrárias 8: 171-183*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Ferrão, J. E. M. (1992). *A Desertificação Integrada na Conservação dos Recursos Naturais na Poluição e Produção de Alimentos: 15-26*. Instituto Superior de Agronomia.

Ferrão, J. E. M. (1990). *A Fome no Mundo. Causas e Soluções*. Lisboa: C.N.FAO.

Ferrão, J. E. M. (1987). *Uma Medida Para A Fome e Mal Nutrição. À Guerra dos Cereais entre os Países Excedentários*. Lisboa: C. N.FAO.

Ferreira, F. A. G. (1994). *Nutrição Humana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2<sup>a</sup> Edição.

Fieldhouse, P. (1995). *Food and Nutrition Customs and Culture*. Chapman Hall, 2<sup>a</sup> Ed. (cit Vaz de Almeida, 1997).

Filho, J. L. (1996). *Ilha de S. Nicolau. Formação da Sociedade e Mudança Cultural Vol e II*, Secretaria-geral do Ministério de Educação Praia.

Fischler, C. (1988). *Food, Self and Identity In: Social Sciences Information, 27: 92-275* (cit Pedraza, 2004).

Furtado, C. A. (1993). *A Transformação das Estruturas Agrárias Numa Sociedade em Mudança - Santiago, Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em Sociologia S. Paulo: Universidade de S. Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Frutuoso, G. (1925). *Saudades da Terra*. Porto (cit Ferrão, 1992).

Grayson, L; K. Young (1994) *Quality of Life in Cities*. London British Library Board (cit , Santos e Martins, 2002).

Instituto do Consumidor (2004). *Consumidores Têm Novo Guia Alimentar – A Nova Roda dos Alimentos, Consumidores Série II 1*.

Instituto do Consumidor (2004). *A Nova Roda dos Alimentos, Consumidores Série II 1*.

Instituto do Consumidor (2003). *Guia - Os Alimentos na Roda* pp. 52.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2000). *Recenseamento Geral de Habitação e População*.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2000; 2003;2004;2005).

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (1988). *Inquérito Às Despesas das Famílias*.

Jacinto, J. da M. A. (2004). *Segurança Alimentar em Cabo Verde: Estudo de Caso da Vulnerabilidade Alimentar das Famílias de Santa Cruz*. Dissertação de Mestrado em Produção Agrícola Tropical. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Agronomia.

Jornal Expresso Fevereiro (2006). *Cadernos de Economia*. Pais de Contrastes.

Kofi Annam (2000). *Discurso do Milénio no Conselho das Nações Unidas*. ONU (cit Correia, 2000).

Lampreia, M. M. de M. S. L. (1997). *Consumo e Hábitos Alimentares em São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado em Tecnologia Alimentar. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Lancaster, K. (1966). *Change And Innovation in The Technology of Consumption*. *American Economic Review* 56 (2):14-23 (cit Carvalho, 1998).

Langworthy, M. (1995). *Cabo Verde Avaliação de Necessidade de Ajuda Alimentar*. Arizona: Departamento de Agricultura e Economia Universidade de Arizona EUA.

Levi-Strauss, C. (1996). *Le Triangle Culinaire*. *L'Arc*, 26:10-29. (cit Valagão, 1990).

Malassis, L. (1993). *Alimentar os Homens*. Lisboa: Biblioteca Básica de Ensino e Cultura, Instituto Piaget.

Matos, R. E. P. de. (2004). *O Papel do Armazenamento para a Segurança Alimentar: Um Estudo de Caso na Área Periurbana de Luanda -Angola*. Dissertação de Mestrado em Produção Agrícola Tropical. Lisboa: Universidade Técnica Lisboa Instituto Superior de Agronomia.

Ministério das Finanças e do Planeamento (2004). *Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza*.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, Comissão Nacional para A Segurança Alimentar, Direcção de Serviços de Segurança Alimentar (2003). *Inquérito Piloto de Seguimento da Vulnerabilidade das Famílias*. Cabo Verde.

Ministério de Agricultura e Pescas, Direcção de Serviços de Segurança Alimentar (2002). *Boletim Anual da CNASA, 2001, Informação Sobre Segurança Alimentar*.

Ministério de Agricultura e Pescas, Direcção de Serviços de Segurança Alimentar (2001). *Boletim Anual da CNASA, 2000, Informação Sobre Segurança Alimentar*.

Ministério de Agricultura, Alimentação e Ambiente (1999). *Segurança Alimentar: Um Desafio e uma Prioridade do Governo*. Seminário Nacional sobre a Segurança Alimentar.

Ministério de Agricultura, Alimentação e Ambiente (1997). *Plano Director de Irrigação*.

Ministério da Saúde (1998). *Inquérito Demográfico de Saúde Reprodutiva*.

Muller, G. (1983). *Nutrição e Desenvolvimento económico*. *Nutrição e Desenvolvimento Económico, Série Relatórios de Pesquisa 15: 7-23*. S. Paulo: Instituto de Pesquisas Económicas.

Nahas, A. C. (2000). *Alunos do Ensino Fundamental II Participam do Projecto “Educação Alimentar”* Desenvolvido Pelo Sector de Alimentação, Centro Educacional Leonardo da Vinci Brasil.

Nelson, (1979). *Tratado de Pediatria*. 11ªEd (cit Félix, 2000).

Norberto, T. S. (1974). *Avaliação Nutricional da População Infantil Banto (0-5 anos) de Uma Zona Suburbana da Cidade de Lourenço Marques* (cit Félix, 2000).

ONGD-CE (1994). *La Seguridad Alimentaría Después del Año 2010* (cit, Matos, 2004).

PAM, DSSA, (2004). *Les Principaux Determinants de La Malnutrition Chronique Chez Les Enfants En Milieu Rural Au Cap Vert*.

Pedraza, D. F. (2002). Padrões alimentares: Da teoria à Prática -O caso do Brasil *Revista Virtual de Humanidades* 9.

Peres, E. (1993). Comer à Portuguesa. *Informar o Consumidor*, 45:19- 20.

Pires, M. de, J. F. (1999). *A Incidência do Fenómeno Urbano Sobre as Práticas Sociais na Praia (Santiago, Cabo Verde) - Uma Aproximação Sociológica aos Bairros de “Habitat Espontâneo”*. Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

PNUD, (2005). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Trinova Editora, Lisboa.

PNUD, (2004). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Trinova Editora, Lisboa.

PNUD, (2002). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Trinova Editora, Lisboa.

PNUD, (2000). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Trinova Editora, Lisboa.

PNUD, (1998). *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Publicação para o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Tricontinental Editora, Lisboa.

Reis, S. (1960). *A Nutrição e saúde Pública Portuguesa*. Centro de Estudos Demográficos Instituto Nacional Estatística. (cit Valagão, 1990).

Ribeiro, O. (1956). *A Ilha do Fogo e suas Erupções*. Lisboa (cit Ferrão, 1992).

Richie, C. I. A. (1995). *Comida e Civilização de como a História foi Influenciada Pelos Gostos humanos*. Lisboa (cit Rosal, 2000).

Ritchie, M. D. K. (1998). *Who and Food Security - what is at Stack*, Institute for Agriculture And Trade Policy. ( cit Matos, 2004).

Rocha, L. A., C. (1987). *O Estado de Nutrição das Populações de Cabo Verde*. Relatório de Actividades. Lisboa: Instituto de Higiene e Medicina Tropical.

Rosal, M. T. P. M. B. (2000). *Hábitos de Consumo de Peixe nos Jovens: Estudo de Caso Realizado em Escolas C+S na Área de Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Ciência e Tecnologia dos Alimentos. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Sanvageot, S. (1961). *Navigation de Lisbonne à ille São Tomé*. *Garcia de Orta* 9 (1) : 123 -138 (cit Ferrão, 1992).

Santos, L. D & Martins, I. (2002). *A Qualidade de Vida Urbana: O Caso da Cidade do Porto*. *Working Papers da FEP* 116: 2-24. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Santos, P. O. P. e. (1992). *Cabo Verde – Cana -de Açúcar e Tecnologias Intermédias* 1<sup>as</sup> Jornadas Sobre a Agricultura de Cabo Verde, 23-25 Outubro, *Série de Ciências Agrárias* 8:185-195 Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

Secrérariat Conjoint FAO/OMS de la Conférence (1992). *Réunion du Comité Préparatoire à la Conférence Internationale sur la Nutrition- Project de Plan d`Action Pour la Nutrition*, Genève ( cit Lampeira,1997).

Setien, M. L. (1993). *Indicadores Sociales de Calidad de Vida*.Madrid: Centro de Investigaciones Socilógicas.

Silva C. E. P. (1992). *A Problemática da Cultura do Milho Em Cabo Verde* 1<sup>as</sup> Jornadas Sobre a Agricultura de Cabo Verde, 23-25 Outubro, *Série de Ciências Agrárias* 8: 73-90 Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

Soares, M. C., (2001). *Evolução Da Alimentação na Europa e em Portugal Contemporâneo*: Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.

Sueli, R. T. (2001). *Desnutrição e Obesidade: Faces Contraditórias na Miséria e na Abundância*. Instituto Materno Infantil de Pernambuco. *Série Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco (IMIP)*, 2 (cit, Pedraza, 2004).

Scrimshaw, N. S., & S, D. (1983). O Papel das Intervenções Nutricionais no Processo de Desenvolvimento Económico. *Nutrição e Desenvolvimento Económico, Série Relatórios de Pesquisa 15*: 25-247. São Paulo: Instituto de Pesquisas Económicas.

Torrão, M. M. (1995). *Diets Alimentares Transferências e Adaptações nas Ilhas de Cabo Verde (1460-1540)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Valagão, M. M. (1990). *Práticas Alimentares numa Sociedade em Mudança. Estudo de Caso numa Freguesia do Alto-Douro*. Dissertação de Doutoramento. Monte da Caparica: Universidade Nova Lisboa. Faculdade de Ciências e Tecnologias.

Valagão, M. M., (1987). *Consumo e Hábitos Alimentares de Um Grupo de Famílias Rurais No Alto Douro*, Instituto Nacional de Investigação Agrária, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Caderno 9*.

Valente, F. L. S. (1997). *Contribuições Preliminares Para o Seminário Sobre Segurança Alimentar de Cabo Verde*.

Vaz de Almeida, M. D., (1994). *Análise Nutricional e Sanitária do Regime Mediterrânico Actual*. Em: *Alimentação, Hábitos e Comportamentos, Sociedade Portuguesa para o Estudo da Obesidade*. Lisboa: Ed. Especial.

Wardlaw, G. M., ( 1997. *Comtemporary Nutrition: Issues And Insights*. 3<sup>rd</sup> Ed.

Iowa, U.S.A: Brown and Benchamark Publihers (cit Rosal,2000).

## **Cibergrafia**

[WWW.Unctad.org/statistics/handbook](http://WWW.Unctad.org/statistics/handbook)

[WWW.INE.CV](http://WWW.INE.CV)

[WWW.FAO.ORG](http://WWW.FAO.ORG)

[WWW.USP.BR](http://WWW.USP.BR)

[WWW.Worldbank.org](http://WWW.Worldbank.org)

[WWW.WHO.org/nutrition](http://WWW.WHO.org/nutrition)



